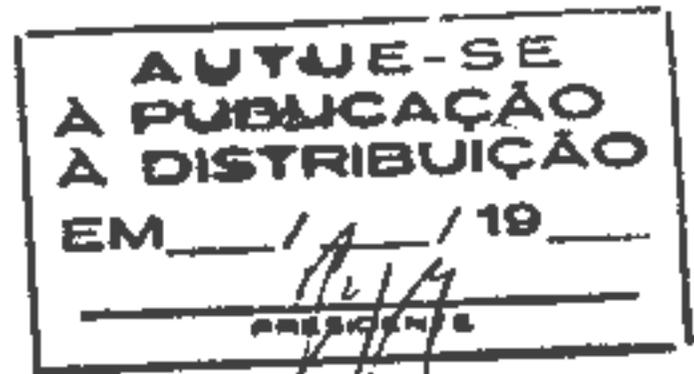


MENSAGEM
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - EXERCÍCIO 1971



66/SAJL - 11

31 de março de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em cumprimento à norma constitucional do artigo 66, item XIV, da Constituição do Estado, Mensagem expositiva sobre a situação dos negócios do Estado, para conhecimento dos Senhores Deputados, bem como do trabalho que o Executivo vem realizando, em prol do progresso da nossa terra e do bem-estar da gente rio-grandense.

.....

A Sua Excelência o Senhor
Deputado FRANCISCO SOLANO BORGES
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Palácio Farroupilha
NESTA CAPITAL



Senhores Deputados

A 15 de março de 1971, ao prestar compromisso como governador do Estado do Rio Grande do Sul, perante o Egrégio Poder Legislativo Riograndense, expressei minha firme convicção de que "a construção e a reconstrução nacional são podem ser fruto do esforço coordenado de toda a Nação, mobilizada pelo influxo benéfico dos sentimentos de brasilidade, de confiança e de afirmação, revitalizados no ideário da Revolução de Março de 1964", que hoje completa 8 anos.

É por isso que o Projeto Grande Rio Grande, em cujas diretrizes se consubstancia a linha de governo que adotei, pode ser caracterizado em uma palavra básica: participação, "presença solidária de pensamento e ação na busca persistente de idênticos objetivos": participação dos dirigentes, das classes empresariais, dos servidores públicos, dos estudantes, dos trabalhadores dos campos e cidades, do povo em geral.

Este Projeto, como sabeis, nasceu da verificação de que, talvez mais do que em outros Estados da Federação, no Rio Grande do Sul havia, e ainda há, uma dependência dos demais setores econômicos relativamente à agropecuária. Daí a necessidade de se promover um crescimento conjunto, de modo a elevar aceleradamente o nível da atividade econômica global, condicionando-se o atendimento a prioridades setoriais às exigências do contexto econômico e social amplamente considerado.

A atuação do poder público haveria de dar prosseguimento à implantação das obras de infraestrutura já iniciadas, concentrando, porém, doravante, esforços específicos em setores-chave, visando sempre marcar a etapa pelo aumento do rendimento do trabalho, do capital e da ter-



ra, numa palavra, pela produtividade.

Como setores-chave ou áreas prioritárias ficaram estabelecidos os da Educação, da Agropecuária e da Indústria.

Primeiramente a Educação, porque é por meio dela que o homem pode encaminhar-se à sua realização plena, ganhando condições para atualizar as potencialidades com que o Criador o agraciou, de modo a "dominar sobre o mundo" (cf. Gên., 1,28).

Só a Educação pode conduzir esse homem a impor-se a seu ambiente sem destruí-lo, só a Educação pode integrá-lo no processo de desenvolvimento para que ele não fique esmagado, fazendo, ao contrário, que ele cresça como pessoa e possa beneficiar a sociedade com suas realizações.

A Educação, não só por ser parte integral e essencial do progresso, mas principalmente por ser a que lhe dita o rumo, forçosamente há de estar na base de qualquer atuação governamental.

De outra parte, o fato de a Agropecuária ser a base do modelo econômico gaúcho fez com que também este setor fosse incluído no campo prioritário, objetivando o rápido acréscimo de sua produtividade e o fortalecimento dos sistemas de comercialização e abastecimento.

E como "no sistema econômico do Rio Grande do Sul, a interdependência existente entre a agropecuária e a indústria permite e determina um modelo de crescimento em bloco com ambos os setores crescendo simultaneamente", a escolha da Indústria, também como área prioritária, se apresentou como uma imposição, com vistas a uma política



industrial definida, ao fortalecimento do poder de competição da empresa, à criação de novas oportunidades para investimentos e à evolução tecnológica do setor.

A par desses setores prioritários, orientava-se também o Governo para o atendimento a outros campos da Administração, procurando dar um sentido global à ação pública através dos grandes programas no setor de Planejamento e no Social, aperfeiçoando o Sistema Financeiro, complementando a infra-estrutura material do Estado e propondo um movimento de arregimentação de toda a comunidade, com vistas ao Grande Rio Grande.

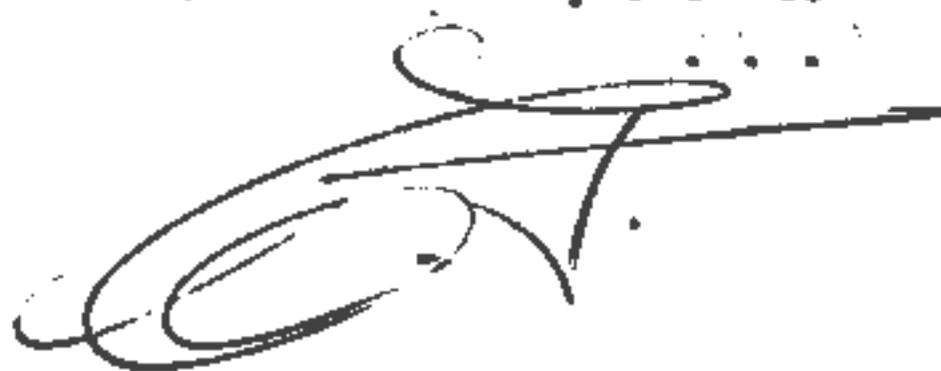
Ante a existência efetiva de condições para o desenvolvimento, impunha-se ao Estado aparelhar-se, de modo a aproveitar essas potencialidades, reforçando sua estrutura, racionalizando sua administração, somando sua ação à capacidade de imaginação e labor do homem rio-grandense, tornando realidade a concepção da integração Estado-Empresa, formando uma força única de sustentação desse processo.

A existência e o aproveitamento desses fatores positivos fizeram com que todas as metas desejadas e possíveis, dentro do contexto da realidade gaúcha, fossem atingidas e mesmo superadas em muitos pontos.

Desempenho nas áreas de Educação, Agropecuária e Indústria.

Educação

Visando ao aperfeiçoamento do sistema educacional através do planejamento, da coordenação e do



controle da execução de programas e projetos baseados em critérios de prioridade e de custo-benefício. levando em consideração a educação como um investimento, a ação da Secretaria de Educação e Cultura caracterizou-se pelo atendimento a dois grandes setores operacionais: a Reforma Administrativa e a Reforma do Ensino.

Objetivando imprimir maior flexibilidade e dinamismo aos diversos órgãos que atuam no setor Educação, foi iniciado na Secretaria o processo de Reforma Administrativa, de acordo com os princípios de "Administração por Sistemas" e "Administração por Objetivos", caracterizado pela implantação de nova estrutura da Secretaria, pelo treinamento de recursos humanos e pela regionalização dos serviços em sete Coordenações Regionais e 26 Delegacias de Educação.

Foi iniciada a introdução da Reforma do Ensino determinada pela legislação federal e fundamentada na integração do complexo EDUCAÇÃO - RECURSOS HUMANOS - SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO, consubstanciada na "Operação-Escola" e na Implantação e na Implementação do Ensino de 1º e 2º grau.

Para mencionar apenas algumas cifras, a rede estadual foi enriquecida em 1971 de 83 prédios escolares, num total de 342 salas de aula, correspondentes a 34.200 alunos.

Agropecuária

Uma política de dinamização da atividade agrícola, objetivando o incremento dos níveis de produção e, principalmente, os índices de produtividade, foi posta em marcha em consonância com as diretrizes governamentais.

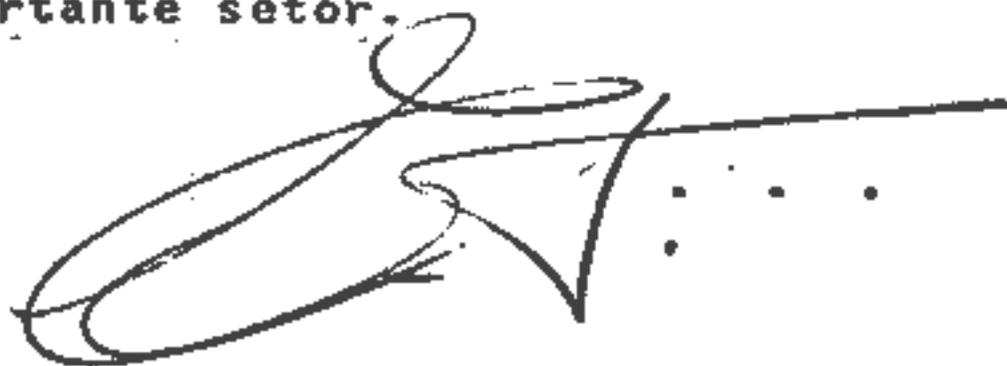


A campanha dos dois milhões de toneladas de soja, lançada pelo Governo em Passo Fundo, teve no Estado a maior ressonância. A cultura está se generalizando em todo o território estadual, com a identificação de áreas com excepcional adaptabilidade; a safra 70/71 alcançou um total de 1 500 000 T, com um acréscimo de 41% sobre a anterior.

O trigo, atualmente primeiro produto da lavoura em valor bruto da produção, apresentou, em 1971, significativo incremento, atingindo a 1.728.000 toneladas, ou seja, cerca de 13,6% sobre a safra anterior, apesar da ocorrência de fatores climáticos adversos, pragas e moléstias.

Parcela substancial desse desenvolvimento deve ser creditada à pesquisa da Secretaria da Agricultura, uma vez que 60% da semente de trigo plantada no Estado foi produzida em suas Estações Experimentais: variedades com elevada capacidade produtiva e resistência às principais moléstias ocorrentes, destacando-se algumas pelo elevado valor industrial.

A campanha de renovação da vitiviní cultura gaúcha, em termos de incremento das variedades viníferas e melhoria qualitativa das variedades comuns pela adoção de práticas de cultivo adequadas, teve também repercussão positiva. O cadastramento dos parreirais, o início da fiscalização volante, a construção de duas concentradoras de mosto (Bento Gonçalves e Caxias do Sul) complementam as medidas de apoio e defesa a tão importante setor.



Na área da produção animal, medidas de elevado alcance em benefício da produtividade foram adotadas. A instalação de sete estações de avaliação de gado bovino de corte, localizadas em Esteio, Guaíba, Montenegro, Uruguaiana, São Gabriel, Tupanciretã e Vacaria, teve repercussão generalizada entre os criadores, o que motivou a decisão de duplicar a capacidade das estações.

A realização da 34ª Exposição de Animais, e seu incontestável sucesso, foram fatores de estímulo ao ruralismo, no sentido do aprimoramento zootécnico do rebanho gaúcho.

No setor dos recursos naturais renováveis, as providências não foram menos significativas. A idéia básica de desenvolver uma política agrícola capaz de conduzir à utilização do solo segundo a sua vocação natural pressupõe o conhecimento do mesmo. Por isso, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis empenhou-se na tarefa de descrever os grandes grupos de solos do Estado, bem como iniciou, nos Municípios de Ijuí e Palmeira das Missões, o levantamento semi-detalhado dos solos, tendo concluído o de Ijuí, com 100.300 hectares.

O incremento dos níveis de produtividade, em qualquer setor, pressupõe inovação tecnológica. As duas variáveis que conduzem a ela no setor agrícola são pesquisa e extensão.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

Na área da produção animal, medidas de elevado alcance em benefício da produtividade foram adotadas. A instalação de sete estações de avaliação de gado bovino de corte, localizadas em Esteio, Guaíba, Montenegro, Uruguaiana, São Gabriel, Tupanciretã e Vacaria, teve repercussão generalizada entre os criadores, o que motivou a decisão de duplicar a capacidade das estações.

A realização da 34ª Exposição de Animais, e seu incontestável sucesso, foram fatores de estímulo ao ruralismo, no sentido do aprimoramento zootécnico do rebanho gaúcho.

No setor dos recursos naturais renováveis, as providências não foram menos significativas. A idéia básica de desenvolver uma política agrícola capaz de conduzir à utilização do solo segundo a sua vocação natural pressupõe o conhecimento do mesmo. Por isso, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis empenhou-se na tarefa de descrever os grandes grupos de solos do Estado, bem como iniciou, nos Municípios de Ijuí e Palmeira das Missões, o levantamento semi-detalhado dos solos, tendo concluído o de Ijuí, com 100.300 hectares.

O incremento dos níveis de produtividade, em qualquer setor, pressupõe inovação tecnológica. As duas variáveis que conduzem a ela no setor agrícola são pesquisa e extensão.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

A instalação do CONDEI - Conselho de Desenvolvimento Industrial -, promotor, junto com a FIERGS e a Secretaria da Indústria e Comércio, do " 1º Congresso sobre o Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul", e o efetivo engajamento do Estado na implantação da CIPERGS - Companhia Industrial Petroquímica do Rio Grande do Sul, foram os fatos mais destacados no decorrer do período considerado.

Outrossim, já tendo estruturada uma política industrial, alicerçada pelos fatores antes definidos e consolidada pelos reflexos positivos do clima de otimismo reinante no Estado, seguramente estão criadas as condições para levar o Rio Grande à posição de segundo Estado Industrial no país, em um futuro próximo.

Setor Econômico e de Planejamento

Nesta área, a ação pública se faz sentir de forma institucional pela atuação, no setor de Planejamento, da Secretaria de Coordenação e Planejamento, e, no setor Econômico, pelas Secretarias da Fazenda, Agricultura, Indústria e Comércio, Turismo, Energia, Minas e Comunicações e dos Transportes.

É, efetivamente, a área onde se faz sentir o maior peso da atuação governamental, ao lado da Educação, pois engloba os setores atualmente prioritários da Agropecuária e Indústria e, ainda, os de infra-estrutura, em fase de consolidação.

No processo de compatibilização da política econômico-financeira do Estado com as diretrizes governamentais, tiveram marcante atuação a Junta de Coordenação



Financeira, unidade normativa, coordenadora e fiscalizadora do sistema e os órgãos de planejamento, responsáveis pela política dos investimentos públicos.

Ultrapassada a principal etapa do Planejamento das metas iniciais às disponibilidades de recursos, buscou a Secretaria de Coordenação e Planejamento a efetiva implantação do Sistema de Coordenação Geral procurando maximizar os resultados da gestão pública, sem as distorções e duplicidades de atuação que entravam tais atividades, mercê de uma realidade administrativa, política e social que não podemos e não devemos ocultar.

Esta maximização apresenta como pontos basilares nesta área a criação da Junta Coordenadora da Reforma Administrativa e do CEPEDI - Conselho Especial de Planejamento e Expansão dos Distritos Industriais, bem como a implantação do sistema de acompanhamento da execução dos investimentos estaduais.

Com efeito, a Junta Coordenadora da Reforma Administrativa, em seu primeiro ano de atuação, já pode apresentar como resultados relevantes a implantação da Secretaria de Turismo, a reestruturação de nove Secretarias de Estado, e a criação do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Administração Estadual - CEDHRAE - órgão a ela vinculado e instrumento importante na implantação da Reforma.

O Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais vem cumprindo as deliberações por ele já tomadas, quanto à política estadual de Distritos Industriais, através de sua Assessoria Técnica que funciona na Secretaria de Coordenação e Planejamento.



Para o Distrito Industrial de Rio Grande, integrante do complexo portuário-industrial em projeto, foram desenvolvidos estudos complementares de coordenação das atividades dos órgãos setoriais na área.

Paralelamente, o Estado vem oferecendo a complementação permanente às iniciativas que o Governo Federal assume nesse importante empreendimento.

Foram, também, estudadas reivindicações de municípios que pretendam criar áreas industriais, e às quais o Estado oferece, em contrapartida, os estímulos adequados.

A efetiva implantação do Sistema Financeiro integra-se em um esquema mais amplo de atuação, que contempla a necessidade de racionalizar os mecanismos de decisão do Governo, desde a fase de fixação de objetivos às etapas de efetiva realização e controle, tendo presente a necessidade de aperfeiçoamento do programa de investimentos do Estado, mediante o estabelecimento de prioridades compatíveis com as disponibilidades de recursos do Tesouro e das instituições financeiras estaduais.

Além das atribuições normais de execução orçamentária, a Secretaria da Fazenda concentrou esforços na implantação de medidas visando a dinamização e racionalização dos serviços e obtenção de melhores resultados na área da administração financeira e orçamentária.

Entre tais eventos devemos destacar o início da implantação do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais, com alterações na legislação sobre o documentário fiscal, visando a obtenção de amplos dados de interesse à fiscalização e à política fiscal, o aperfeiçoamento da legislação tributária.



Medidas especiais de apoio ao setor empresarial foram implantadas, visando por um lado, reduzir os custos da exação e, por outro, dar condições mais favoráveis aos contribuintes, entre outras a implantação gradativa da cobrança de tributos pela rede bancária e a alteração nos prazos de apuração e recolhimento do ICM, propiciando ao contribuinte maiores disponibilidades de capital de giro.

Englobando todas estas medidas de caráter financeiro, de planejamento e fazendário, temos a atuação da Junta de Coordenação Financeira, órgão executor do sistema financeiro do Estado.

No que diz respeito à execução orçamentária, é de referir-se que a receita prevista para o exercício de 1971 sofreu várias reestimativas.

Para fazer frente a um déficit potencial que representava 19,32% sobre a receita reestimada, o Governo adotou, por um lado, severas normas de contenção de despesas, reduzindo os gastos efetivos de Cr\$ 2.225.431.346,00 (autorizado) para Cr\$ 1.957.845.051,13, ou sejam menos Cr\$ 267.586.295,27, e por outro lado, incrementou a receita reestimada em Cr\$ 1.865.031.490,00 para Cr\$ 1.913.729.065,37, ou seja uma receita maior, em relação à reestimada, de Cr\$ 48.697.573,37, ficando assim reduzido o déficit de execução para Cr\$ 44.115.985,76, o que representa, em números relativos à receita arrecadada uma diminuição de 19,32% para 2,30%



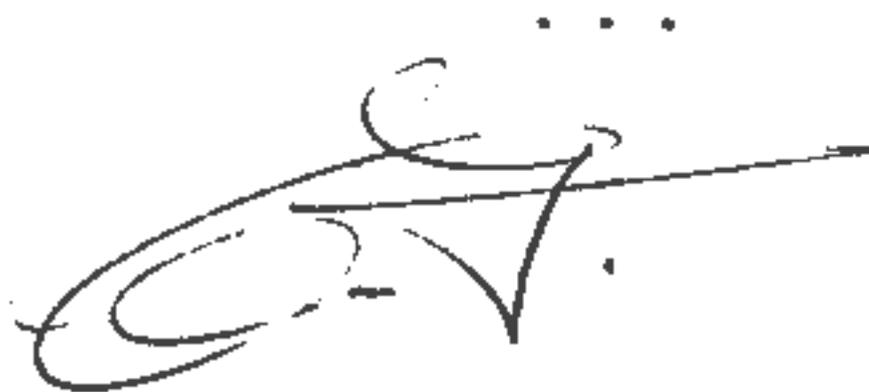
As atuações das Secretarias da Agricultura e Indústria e Comércio, que se incluem nesse Setor, já foram objeto de menção em separado, por se tratar de área considerada prioritária pelo atual governo.

A Secretaria de Turismo, criada no Setor Econômico com a finalidade de formular e pôr em execução a política turística do Estado, imediatamente passou a atuar de forma objetiva, principalmente a partir da edição do documento, " Turismo RS - Uma Nova Estratégia ", que define as funções e justifica a criação dos métodos operacionais que compõem a estrutura institucional neste campo.

Em decorrência de tais diretrizes foi criada a Companhia Rio-Grandense de Turismo - CR - TUR e programada a instalação da Comissão Intersectorial de Turismo - CITUR - que se deu em março do corrente ano.

No desenvolvimento do processo de ampliação da infra-estrutura, destaca-se o trabalho profícuo e coordenado das Secretarias de Energia, Minas e Comunicações, dos Transportes e, ainda, da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, do Setor Social, pela atuação da CORSAN em saneamento básico.

...



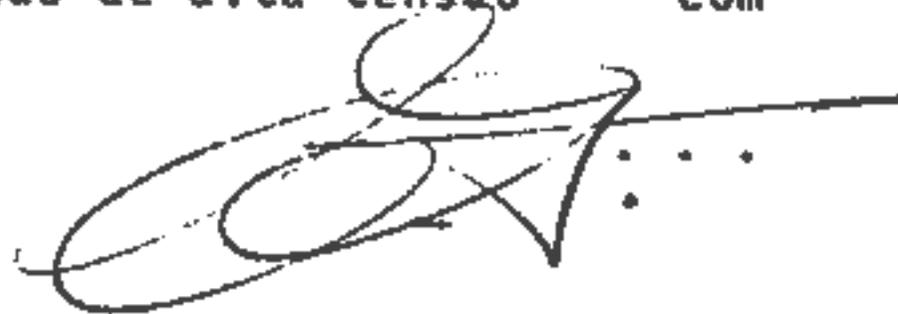
Visando elevar no Estado, no quadriênio, de 80% a capacidade instalada de geração de energia elétrica, as atividades da CEEE em 1971 são representadas pelo investimento de cerca de Cr\$ 341.000.000,00 principalmente na implantação da CHE de Passo Real e CTE de Candiota II e ainda na CHE de Passo Fundo, obra da Eletrosul, da qual o Estado e a CEEE são acionistas.

Quanto à CHE Itaúba, o maior projeto energético em andamento no Estado, eis que, concluída, garantirá em ano de estiagem um número de 700.000.000 Kwh, a CEEE, após a aprovação oficial do estudo de viabilidade, proseguiu nas pesquisas geológicas da área, com o objetivo de ultimar os projetos de concorrência para as obras civis. O Projeto está definido e as especificações técnicas, tanto dos equipamentos eletromecânicos, como das obras civis, estão concluídos.

Obtida em 30 de dezembro de 1971 a concessão para a construção das obras relacionadas com esse Projeto, e equacionado o esquema financeiro, sua implantação terá início no 1º semestre de 1972.

Foi iniciado o processo de mudança de frequência do Estado, graças à interligação da SOTELCA (Santa Catarina) a Farroupilha, em 60 ciclos, e à transformação de parte da Central do Jacuī. No momento, já 50% da área do Estado recebe energia na frequência utilizada no restante do Brasil.

Ao mesmo tempo foram incrementados os trabalhos de implantação de linhas de transmissão e distribuição de energia, sendo ultimadas linhas de alta tensão com 310 Km de extensão.



O Plano Estadual de Telecomunicações desenvolveu-se dentro dos cronogramas traçados, com o prosseguimento do programa de integração ao sistema telefônico de regiões e comunidades isoladas.

Foi completada a ampliação das Centrais de Porto Alegre, inaugurou-se a Central de Rio Pardo e foi ampliada a de Santa Rosa, ao mesmo tempo em que se prosseguia a montagem, já em fase final, das Centrais automáticas de Santa Maria, São Marcos, Rio Grande e Torres. Foi inaugurado o sistema DDD com Santa Cruz do Sul e Caxias do Sul e instalado o sistema UHF interligando Bagé, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Herval e Pinheiro Machado à rede estadual.

A política dos Transportes foi coordenada pela respectiva Secretaria, que, por intermédio de seus órgãos vinculados, iniciou, concluiu e deu andamento a um amplo conjunto de projetos no setor de armazenamento e em todas as modalidades de transportes, com exceção do ferroviário.

A atuação do DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - foi responsável pela implantação de 231 Km de estradas, asfaltamento de 275 Km de rodovias e conservação permanente de 9.639 Km de estradas.

As principais obras de pavimentação concluídas incluem a RS-7, trecho BR-290 - Santa Cruz do Sul-Rio Pardo; RS-8, trecho Pelotas-Canguçu; RS-90, trecho Capão da Canoa-BR-101 e a RS-106, Capivari-Osório.

As implantações concluídas de maior importância foram: Santa Maria-São Pedro e Sarandi- Palmeira das Missões e os principais trechos que continuam em obras, em 1972, são:



RS-3 : Mariante-Santa Cruz do Sul	- implantação e pavimentação
RS-4 : Caí-Farroupilha	- implantação e pavimentação
RS-11/38: Muçum-Cruzeiro do Sul	- implantação e pavimentação
RS-13(BR-386): Tabaí-Canoas	- implantação e pavimentação
RS-15: Santa Rosa-Santo Ângelo	- implantação e pavimentação
RS-62: Santa Maria-São Sepê	- implantação e pavimentação
RS-26/99: São Vendelino-Adolorata	- implantação e pavimentação
RS-25 : Tamandarê-Farroupilha	- implantação

Os resultados obtidos pela CINTEA, em grandes números, podem ser representados pela implantação de 185 Km de estradas alimentadoras e 124 Km de revestimento concluído.

Ao mesmo tempo, a atuação da CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazens - desenvolvia-se no sentido de reapelehar e ampliar a rede de silos, como suporte do desenvolvimento das safras gaúchas, complementando a rede via ria.

Setor Social

A área social engloba a atuação da Secretaria da Educação e Cultura, já referida, Secretaria do Trabalho e Ação Social, do Desenvolvimento Regional e Obras Públi cas e da Saúde.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social desenvolveu suas atividades, no campo do Bem-Estar, pela FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, que, no exer cício de 1971, prestou assistência direta a 5.019 menores e.



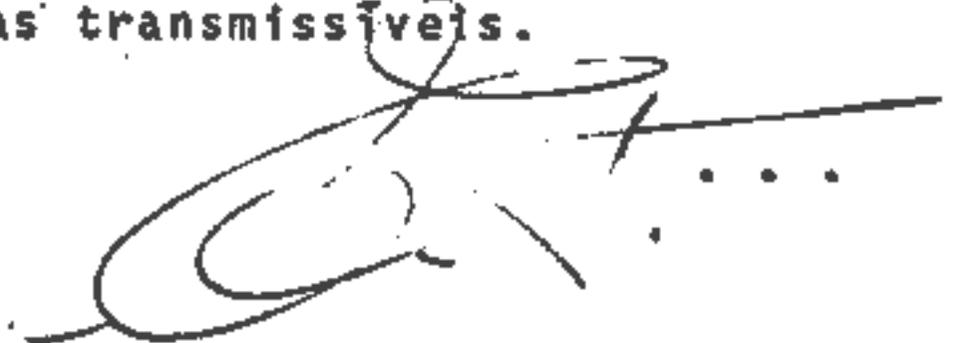
através de convênio, assistiu 25.936 menores; Fundação Sul-Riograndense de Assistência que, no exercício, distribuiu o lucro líquido a entidades hospitalares e assistenciais, alcançando Cr\$ 1.072.000,00; Fundação Gaúcha do Trabalho, que ministrou 633 cursos, totalizando 9.779 alunos treinados nos setores industrial, agrícola e rural e construção civil; e COHAB-RS que desenvolveu projetos referentes a aproximadamente 6.000 unidades habitacionais e assinou convênio especial com o BNH, no montante de Cr\$ 80.000.000,00 para utilização, no triênio, em habitações populares.

O evento mais importante das atividades da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Pùcas foi sua transformação no que tange à estrutura administrativa e em suas atividades-fim, incluindo-se a orientação da política do desenvolvimento regional e local.

Foram igualmente desenvolvidos os trabalhos finais do Projeto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Caí, elaborado por técnicos alemães e brasileiros e foi concluído o Planejamento da Bacia do Rio Taquari-Antas; no setor de obras, foi dada orientação e assistência técnica a 36 municípios e concluídas 111 obras diversas.

A CORSAN colocou em funcionamento 6 novas hidráulicas e realizou obras de construção, reformas e ampliação dos sistemas de 64 cidades.

No campo da Saúde foi dado grande impulso a diversos programas, como na área de Saúde Mental, com reformas radicais no Hospital Psiquiátrico São Pedro, bem como foi dado novo alento às campanhas de vacinação visando a prevenção e erradicação de doenças transmissíveis.

A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is cursive and appears to be the name of the official responsible for the document.

Outrossim, foram criados o Laboratório Industrial do Estado, o Ambulatório de Prevenção do Câncer Ginecológico e o Centro de Registro do Câncer

A Secretaria da Saúde procurou, também, desenvolver a interiorização dos seus serviços, procurando levar às comunidades melhores condições de saúde.

Setor de Administração Pública

A Secretaria da Administração desenvolveu suas atividades, principalmente, através do Complexo de Pessoal, agente setorial do Sistema de Pessoal do Estado. Até a criação do CEDRHAÉ esta Secretaria desenvolvia atividades de seleção e treinamento de pessoal.

O CPED - Centro de Processamento Eletrônico de Dados - órgão subordinado à Secretaria, encontra-se em fase de reestruturação, devendo ser transformado em sociedade de economia mista.

O IPERGS, órgão vinculado à Secretaria da Administração, lançou novos planos de assistência médico-social, visando, principalmente, dar cobertura médico-hospitalar a seus associados e dependentes, tendo atingido inicialmente cerca de 60% da massa segurada.

Em 1972, pretende o Instituto dar atendimento à totalidade dos funcionários, sendo de destacar-se que diversos programas oferecem assistência inteiramente gratuita.



Interior e Justiça

A instalação da Coordenadoria de Assistência Técnico-Administrativa ao Município - COATAM - destacou-se como fato exponencial da atuação da Secretaria do Interior e Justiça durante o ano de 1971, coordenando a prestação de assistência direta às Prefeituras e Câmaras Municipais.

Quanto à política penitenciária, o planejamento global para o quadriênio buscou adaptar à realidade presente todos os estudos e planos desenvolvidos no Rio Grande do Sul desde 1952.

A escala de prioridades, em obras, visa, em primeira instância, a construção de presídios locais correspondendo às circunscrições judiciárias, passando, após, à criação de estabelecimentos médico-penais, patronatos e institutos penais destinados a reeducandos de elevada capacidade de recuperação.

Nesse último sentido o ano de 1971 apresentou profícuo avanço com a criação e início de funcionamento do Instituto Penal de Mariante, em Venâncio Aires, o primeiro "presídio sem grades" do país, destinado a acolher detentos primários, de 18 a 25 anos, condenados a penas inferiores a seis anos, os quais, dedicando-se a trabalhos manuais, agrícolas e pecuários, e a aprendizado em currículos oficiais, se beneficiam não apenas de amplas oportunidades para a sua integral recuperação, mas auferem úteis ensinamentos para se reintegrarem plenamente em vida produtiva ao final de suas penas.



Essa mesma preocupação de proporcionar educação aos presidiários estende-se à rede penitenciária convencional, onde, em 1971, formaram-se 1.855 detentos nos diversos cursos promovidos, desde os de alfabetização (MOBRAL) até os de primário, madureza e de preparação de mão-de-obra.

Na mesma perspectiva foi promovido o aperfeiçoamento da legislação que regula a prestação de serviços externos, possível agora também junto à empresa privada (Lei nº 6308, de 25.11.71).

Segurança Pública

O sistema de Segurança vigente, representado no Estado pela Secretaria de Segurança Pública e órgãos a ela subordinados, permitiu a manutenção de um ambiente de calma e tranquilidade, dando efetivas condições para o desenvolvimento das atividades públicas e privadas, segurança esta obtida sem maiores condicionamentos.

Considerações Finais

Apresentadas em grandes linhas as realizações do Governo do Estado em 1971, particularizadas no Anexo a esta Mensagem, cabe ainda uma palavra de fé e entusiasmo no futuro de nossa Terra.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

O desenvolvimento do produto riograndense, no ano de 1971, que se estima a uma taxa de crescimento da ordem de 12% a 13% em relação ao ano anterior, permite-nos as mais promissoras expectativas para o desempenho da economia em 1972, o que se consubstanciará em maiores recursos disponíveis para os investimentos indispensáveis à manutenção de tal desempenho.

Cumpridos os objetivos educacionais, sintetizados na meta de não permitir a existência de nenhuma criança sem Escola,

consolidada a infra-estrutura, pela superação das deficiências de geração de energia elétrica, pela complementação do sistema de comunicações, e pelo enriquecimento do sistema de transporte e armazenagem,

embasados numa agropecuária pujante os setores industriais e de serviços e, ainda,

renovados e adequados os instrumentos institucionais,

acredito estarem lançadas definitivamente as coordenadas do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, objetivo por que sonharam e lutaram tantas gerações gaúchas e que pretendemos promover nos termos das diretrizes fixadas no "Projeto Grande Rio Grande", complementadas e quantificadas na forma do Orçamento Plurianual de Investimentos.

...

S. C. F.
BIBLIOTECA
Reg.º n.º 1019
Data: 14/10/04

Desejo finalmente, Senhor Presidente, cumprimentar os Senhores Deputados pelo patriótico e fecundo labor desenvolvido na Sessão Legislativa do ano findo, dando guarida, examinando e aperfeiçoando numerosas proposições que o Executivo tinha como de interesse público. Mais uma vez, Senhor Presidente, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul reafirmou a nobreza e índole democrática do povo gaúcho.

Na oportunidade, Senhor Presidente, renovo-lhe meus protestos de elevada estima e distinta consi
deração.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Euclides Triches', written in a cursive style with a large initial 'E'.

EUOLIDES TRICHES
Governador do Estado



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

A N E X O S

SECRETARIAS :

- 1 - EDUCAÇÃO E CULTURA
- 2 - AGRICULTURA
- 3 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- 4 - COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
- 5 - FAZENDA
- 6 - TURISMO
- 7 - ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
- 8 - TRANSPORTES
- 9 - TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
- 10 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS
- 11 - SAÚDE
- 12 - ADMINISTRAÇÃO
- 13 - INTERIOR E JUSTIÇA
- 14 - SEGURANÇA PÚBLICA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

25.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- II - SECRETÁRIO: Tenente Coronel Mauro Costa Rodrigues
- III - SEDE: Rua Carlos Chagas
- IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA
FUNDAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE
- V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69:

A Secretaria de Educação e Cultura já se encontra totalmente reestruturada, de acordo com as disposições do referido Decreto.

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

1. Reforma Administrativa:

O aperfeiçoamento do sistema educacional através do planejamento, da coordenação e do controle da execução de programas e projetos baseados em critérios de prioridade e de custo-benefício, levando em consideração a educação como um investimento, é meta prioritária do atual Governo.

Assim, visando imprimir maior flexibilidade e dinamismo aos diversos órgãos, foi implantada a Reforma Administrativa na Secretaria de Educação e Cultura, com base no Decreto Estadual nº 19.801/69. Elaborada de acordo com os princípios de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Administração por Sistemas e Administração por Objetivos, ca
racteriza-se em vários projetos fundamentais:

- implantação da nova estrutura administrativa da SEC, através das Supervisões Técnica e Ad
ministrativa;
- divisão do Estado em 7 (sete) Coordenadori as
Regionais de Educação;
- regionalização dos serviços técnicos e admi
nistrativos em 26 (vinte e seis) Delegacias de Educação;
- treinamento de recursos humanos na área técni
co-administrativa, abrangendo 1.545 funcionã
rios entre Supervisores, Diretores de Departa
mentos, Coordenadores de Unidade, Assessores
Técnicos, Coordenadores Regionais, Delegados
de Educação.

2.- Reforma de Ensino

De acordo com as diretrizes do Governo Federal, foi iniciada a Reforma do Ensino, fundamentada na integração do complexo Educação-Recursos Humanos-Segurança Nacional-Desenvolvimento.

2.1 - Operação Escola

Visando a implantação e Implementação a curto, médio e longo prazo do ensino integrado de 8 anos, a Rede de Ensino foi ampliada, objetivando maior escolarização, tanto na zona urbana como na rural.

Assim, em 1971 foram construídos 83 prédios es
colares, totalizando 342 novas salas de aula, permitindo que 34 mil e 200 novos alunos fossem absorvidos pelo sistema edu
cacional. Esta ampliação representou um investimento de apro
ximadamente 10 milhões de cruzeiros.

Ainda, dentro do Projeto Operação-Escola, foi contratada, em 1971, a construção de 82 prédios escolares, per
fazendo um total de mais 439 novas salas de aula, o que possi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

22

bilítarã atender aproximadamente 44 mil alunos. A conclusão destes prēdios, de acordo com o cronograma de execução da Comissão Mista SEC/SDO, estã prevista para junho de 1972.

No primeiro semestre de 1972, a rede escolar receberã mais 15 prēdios com 150 salas de aula, para atendimento a 12 mil novos alunos do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio-PREMEM.

A construção destes 180 prēdios escolares representa para a Secretaria de Educação e Cultura, um investimento de Cr\$ 31.694.406,51 (trinta e um milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e seis cruzeiros e cinquenta e um centavos).

2.2 - Implantação e implementação do Ensino de I e II Grau.

2.2.1 - Reciclagem de Pessoal (Técnico-Administrativo, Técnico Pedagógico e Docente).

Constitui o treinamento do pessoal de execução (diretores, fiscais, supervisores, professores, orientadores) em aspectos específicos da Reforma Educacional, implantada pela Lei nº 5.692/71, tais como estrutura, currículo e funcionamento do ensino de I grau. Em 1971, foram recicladas 1.134 pessoas.

2.2.2 - Titulação de professores - foram titulados 601 professores em cursos de licenciatura de curta duração, promovidos pela UFRGS, em convênio com o PREMEM, com o objetivo de constituição do corpo docente das Escolas de Área.

2.2.3 - Cursos Técnico-Pedagógicos - 5.681 professores primários de Educação Artística, Educação Especializada e de Educação Física foram treinados em Atualização Pedagógica e Orientação Psico-Pedagógica, num total de 5.078 horas-aula.

2.2.4 - Encontros - Objetivando a integração da Secretaria de Educação e Cultura com as Universidades e Faculdades de Educação do Estado, cerca de 300 Diretores e Profes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

sores Especializados de Porto Alegre e interior participaram de encontros com técnicos da SEC, atualizando-se em termos de estrutura e caracterização do currículo de I e II Grau.

2.2.5 - Unidades Integradas de Ensino - Conjunto de estabelecimentos escolares que mantêm a articulação física e integração técnico-pedagógica, constituído de uma (1) escola de área e escolas tributárias (designação das atuais escolas primárias, estaduais, particulares e municipais, responsáveis pelos quatro primeiros anos de escolaridade e que pertencem ao zoneamento da Unidade Integrada de Ensino). Em 1971, foram instaladas 20 Unidades Integradas de Ensino. A meta para 1972 é de 91 Unidades Integradas de Ensino.

2.2.6 - Planejamento prévio de implantação - Foi elaborado em 1971, de acordo com a Lei 5.692 de 11/08/71, fixando as linhas gerais que deverão nortear o Plano Estadual de Implantação e estabelecendo as medidas de execução imediata do Sistema Educacional.

2.2.7 - Professores, Matrículas e ajustamento de Vagas - Ano Letivo de 1972.

A fim de que as escolas estaduais possam iniciar o ano letivo de 1972, dentro do maior clima de tranquilidade, houve por bem a Secretaria realizar um trabalho de equipe, no sentido de atender ao que considera seus maiores problemas: professores, matrículas e compra de vagas.

Para tanto, o Secretário de Educação e Cultura, acompanhado dos Supervisores Técnico e Administrativo e vários assessores, realizou visita a todas as sedes de Delegacias de Educação do Estado.

Após levantamento da situação existente foram tomadas as seguintes medidas:

- a) quanto aos professores:
 - remanejamento
 - convocação para regime especial de trabalho
 - novas contratações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

b) quanto às matrículas:

Com o objetivo de proporcionar escolas para todos os alunos na faixa etária de 7 a 14 anos, foi determinado o máximo aproveitamento da capacidade das escolas e uma equitativa redistribuição dos alunos, atendendo o preconizado por Sua Excelência o Senhor Governador Euclides Triches, em seu pronunciamento em 2 de março do corrente, no Palácio Piratini: "A Vaga será concedida automaticamente e assegurada por um critério de justiça".

c) Quanto à compra de vagas:

- Verificação da oferta de vagas da rede particular.

- Verificação das necessidades devido à falta de vagas na rede estadual.

- Levantamento da carência do aluno através de estudo da ficha sócio-econômica.

- Encaminhamento às escolas particulares dos realmente carentes, através de:

- compra de vagas
- cedência de professores
- outros convênios

Estima-se que serão atendidos aproximadamente 100 mil escolares.

3. Acordos e Convênios.

A Secretaria de Educação e Cultura firmou, em 1971, diversos acordos e convênios com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos num total de Cr\$ 10.661.660,60.

Aplicação de Recursos

3.1 - Departamento de Educação Fundamental

- Foram destinados aos Projetos Operação-Escola e Implantação e Implementação do Ensino Fundamental, Cr\$ 8.661.682,60 aplicados na construção, ampliação e equipagem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

da rede de 1 Grau e ainda na qualificação de recursos humanos. (Reciclagem de 14 mil pessoas nas áreas Técnico-Administrativas).

- Para o treinamento de professores leigos, nos municípios de Lajeado, Palmeira das Missões, Caxias do Sul e Livramento, foram destinados Cr\$ 572.760,00, atendendo em regime de internato 576 professores.

3.2 - Departamento de Ensino Médio

- Várias Escolas Técnicas receberam recursos oriundos do MEC na ordem de Cr\$ 203.662,00.

3.3 - Departamento de Educação Física e Desportos

- Construção do Centro Desportivo do Parque Menino Deus. Inicialmente, serão aplicados Cr\$ 700.000,00 e no triênio 1972/1974 aproximadamente mais Cr\$ 3.000.000,00.

- Integração Escolas-Clubes em Porto Alegre e no interior do Estado, já estando liberados Cr\$ 1.000.000,00 de acordo com cronograma de desembolso do MEC.

- Para o aperfeiçoamento de Professores do Ensino de 1 Grau em atividades Físicas, em convênio com o Instituto de Porto Alegre - IPA, também, está liberada pelo MEC a parcela de Cr\$ 110.000,00. Serão reciclados 300 professores.

3.4 - Departamento de Educação Especializada

- Reciclagem de Professores e Supervisores para atender às necessidades da rede de Educação Especial na Faixa de Fronteira: Cr\$ 269.400,00.

- Suplementação do Plano de Alfabetização Funcional e Educacional Continuada, através do Programa de Educação Supletiva, pela Televisão Educativa do Estado - Cr\$ 80.000,00.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3.5 - Realizações em 1971

- Através de Cursos Supletivos foram atendidos em todo o Estado, aproximadamente, 110 mil alunos.

Em 1972, está previsto o atendimento a mais 140 mil alunos através do MOBRAL e PIPMO.

3.6 - Secretaria de Educação e Cultura - Sede

- Foram firmados, em 1971, com a SUDESUL 2 acordos no valor de Cr\$ 174.156,00, para estudos, pesquisas e levantamentos (estagiários das diversas Faculdades) e treinamento de recursos humanos no sistema de informática.

ATIVIDADES-MEIO

- Cursos realizados

- Técnico-Administrativo: 559 horas-aula com 1.545 participantes

- Técnico-pedagógico: 5.078 horas-aula com 5.681 participantes

- Cursos assistidos

- Técnico-Administrativo: 508 participantes

- Encontros, Seminários, palestras, etc.

- 103 atividades

- 5.325 participantes

- Elaboração de 32 programas e projetos

- Expedição de 99.899 documentos diversos

- Processos em tramitação: 48.285

- Atendimento de 86.388 pessoas

- Concursados: 17.108 professores

- Obras contratadas: 180 prédios no valor de Cr\$ 31.694.406,51

- Reforma do prédio da sede, substituição de mobiliário, reforma da instalação elétrica, etc.- Cr\$ 1.500.000,00

- Remanejamento de pessoal do Edifício Sede para escolas, Delegacias de Educação e outras Secretarias: 686



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA
- II - DIRETOR: Professor Orlando Razzera
- III - SEDE: Rua Inconfidentes, 395 - Novo Hamburgo
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha foi instituída pela Lei nº 5.444, de 23 de janeiro de 1967.

Durante o exercício de 1971, funcionaram os cursos técnicos de Química, Eletrotécnica e Mecânica com um total de 485 alunos matriculados assim distribuídos:

Química - 321

Eletrotécnica - 105

Mecânica - 59

A Fundação é mantida particularmente e funciona em regime de semi-internato, contando atualmente com um total de 59 professores em seus diversos cursos.

A entidade proporciona assistência técnica às empresas pela realização de testes de qualidade, resistência, pesquisas etc. Através da receita dos mesmos, o Fundo de Manutenção do Equipamento, permite manter atualizado o equipamento técnico utilizado pelos alunos.

Dentro de uma formação profissionalizante, a Fundação proporciona visitas a empresas durante o curso, bem como facilita o estágio nas indústrias da Região, do Estado e também Exterior (Suíça e Suécia).

A fixação das vagas para os cursos existentes é feita em função de pesquisa e projeção do mercado de trabalho, o que permite traçar o perfil do técnico necessitado pela indústria gaúcha.

Já em funcionamento há 4 anos, o Fundo Rotativo de Bolsas proporciona aos alunos da Fundação o curso gratuitamente, sendo que o pagamento é feito a partir de sua conclusão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

32

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE

II - PRESIDENTE: Doutor Moysês Vellinho

III - SEDE: Rua Desembargador André da Rocha, 50

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Realizações da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre na temporada de 1971:

- Concertos para a Juventude	32
- Concertos para os contribuintes particulares	12
- Concertos Extraordinários, destacando-se, entre estes, os realizados através da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS e Sindicatos, que fizeram chegar a cultura artística até o povo.	25



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

SECRETARIA DA AGRICULTURA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - **ÓRGÃO:** SECRETARIA DA AGRICULTURA
- II - **SECRETÁRIO:** Economista Edgar Irio Simm
- III - **SEDE:** Avenida Júlio de Castilhos nº 585
- IV - **ÓRGÃO VINCULADO:** GRUPO EXECUTIVO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DA PESCA - GEDIP
- V - **SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69.**

O respectivo projeto de reestruturação da Secretaria acha-se na Junta Coordenadora da Reforma Administrativa.

VI - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

O aumento da produtividade na lavoura e na pecuária, setores que concentram o trabalho de mais da metade da população do Estado, foi uma meta constante nas atividades da Secretaria da Agricultura no primeiro ano do Governo Euclides Triches. Igualmente, a criação de uma consciência em torno de um novo processo administrativo, a procura de novos métodos de trabalho, tanto da parte dos técnicos como dos criadores e lavourefros, é um fato que deve ser notado e serve de estímulo para novas conquistas destas metas, em busca de melhor rentabilidade econômica.

Tendo em vista a magnitude das atividades confiadas à Secretaria, somente apresentare



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

25

mos as realizações do ano de 1971 de forma esquematizada, nos seus grandes números.

Direção Geral

- Informação e Divulgação Agrícola

1.414.971 impressos de diferentes espécies para todos os Departamentos desta Secretaria e ainda para as Secretarias da Fazenda e Administração.

- Serviço de Informação de Mercado Agrícola

Publicação diária de 70 boletins com preços ao nível atacadista de produtos alimentícios e intercâmbio por telex com Guanabara, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza.

Departamento da Produção Animal

- Extensão:	Animais inspecionados	88.349
	Produção de forrageiras	86.050 ton.
	Cursos práticos	13
- Avaliação de bovinos de carne:		
	Animais inscritos	248
- Outras atividades:		
	Animais inscritos em exposições	1.918
	Licenças para fabricação de rações	150
	Reuniões técnicas	63
	Trabalhos apresentados	34
- Combate à febre aftosa:		
	Animais vacinados por etapa	11.561.094
	Doses aplicadas	34.702.033
- Combate à raiva dos herbívoros:		
	Propriedades visitadas	6.175
	Vacinações	67.653
- Combate à raiva canina:		
	Vacinações	83.099



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Combate à peste suína clássica:	
Suínos vacinados	569.109
- Combate à tuberculose (bovina):	
Tuberculinizações realizadas	43.829
- Combate à brucelose:	
- Bovina	
Vacinações de terneiros 3/8 meses	429.515
Provas diagnósticas	67.886
- Suína	
Provas diagnósticas	7.635
- Combate à New Castle:	
Vacinações	514.466
- Combate à purulose aviária:	
Provas diagnósticas	70.223
- Combate à sarna e pfolheira ovina:	
Revisões em ovinos	42.771.165
- Combate ao carrapato:	
Estã em desenvolvimento o projeto denominado "Pes- quisa para controle de Carrapato e avaliação de carrapaticidas".	
- Combate às helmintoses:	
Deselmintações em bovinos, ovinos, sui- nos, equinos, aves e cães	4.961.400
- Outras atividades:	
Inspeções sanitárias	1.010.290
- Outras vacinações:	755.100
- Produção de vacinas contra aftosa, brucelose, raiva bovina, peste suína, paratifo suino	5.691.800



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

25

Departamento de Produção Vegetal

- Levantamento da situação real da viticultura.
- Desenvolvimento da "Campanha de Renovação da Viticultura Gaúcha".
- Aquisição de duas concentradoras de mosto.
- Início da fiscalização volante de vinhos.
- Lançamento da campanha para alcançar na safra 71/72, 2.000.000 toneladas de soja.
- Identificação e combate ao pulgão de espiga, tendo sido mobilizada a metade da frota de aviação agrícola do país.
- Convênios com oito Bancos para aplicação do crédito orientado, tendo sido aplicados de abril a setembro 8.636.776 cruzeiros.

- Cursos:

Em colaboração com o PIPMO do Ministério de Educação e Cultura foram concluídos 25 cursos para capacitação de mão de obra para o meio rural com 770 alunos.

- Agronomias Regionais:

Foram instaladas, em 1971, cinco agronomias regionais.

- Semanas Ruralistas:

Realização de 10 semanas ruralistas e 23 semanas de Desenvolvimento Agrícola.

- Lavouras demonstrativas:

Instaladas 262 lavouras demonstrativas.

- Aviação agrícola:

Pulverizações diversas	27.417 ha
Adubação em cobertura	9.239 ha



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

231

- Assistência à lavoura:

Reuniões com agricultores	549
Informações escritas	23.333
Viveiros inspecionados	297
Mudas inspecionadas	3.200.500
Análises de terra	22.464
Análises de sementes	24.659
Distribuição de mudas	504.899

- Sementes fiscalizadas:

Trigo	2.500.000 sacos
Soja	1.650.000 sacos
Cebola	
Semente	30 toneladas
Bulbos	568 toneladas
Milho híbrido	18.000 sacos

- Pesquisa, experimentação e produção de sementes:

Trigo	
Parcelas semeadas	57.000
Variedade lançada: Dom Feliciano	
Soja	
Parcelas plantadas	8.000
Linhagens promissoras: três	
Milho	
Semente produzida	18.000 sacos
Este material é o único resistente a helmintosporiose produzido no Estado	
Cebola	
Lançamento da variedade Norte/14	
Mandioca	
Introdução de três variedades	
Fruticultura	
Introdução em viticultura de 39 cultivares, isentos de virose, 29.000 hibridações de rosáceas e 4.449 seedlings testados em citros.	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

22

Departamento de Recursos Naturais Renováveis

- Levantamento semi-detalhado dos solos de Ijuí, com 100.300 Has. Iniciado o de Palmeiras.
- Descrição dos grandes grupos de solos do Estado.
- Pesquisa referente ao efeito de irrigação de soja em resteva de arroz.
- Ensaíos com materiais vegetais do Litoral.
- Instalação da Região Conservacionista de Pelotas e de Associações Conservacionistas de Pelotas, Sananduva e Júlio de Castilhos.
- Assistência a 3.682 agricultores.
Atendimento a 78.711 hectares.
- Terraceamento 21.404 km
Canais escoadores 3.684
Fertilizantes e corretivos 8.707 has
Melhoramento de pastagem 1.913 has
Manutenção de terraços 2.781 km
- No Litoral:
 - Esteiras colocadas 143.961 metros
 - Fixação por coberturas 2.006.444 m²
- Lançamento de 5 ensaios
- Levantamento florístico da Estação Experimental Engº Englert.
- Produção de 5 milhões de mudas
- Fornecimento de 3 milhões de mudas.
- Levantamento florístico do Parque Florestal de Turvo.
- Levantamento de pinheiros desvitalizados em Espigão Alto.
- Escolha de áreas adequadas para permitir a nidificação de aves aquáticas silvestres.

Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura

- Levantamento de cinco jazidas de calcário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Perfurados 190 poços com vazão média de 3.000 litros/hora.
Construídas 180 barragens com 372,70/m³ de terra compactada,
drenada uma área de 3.000 hectares e pré-estudo de bacias hidrográficas com 147.000 has.

Construídos 183.500 ms. de estradas e reconstruídos 221.940 com 39 pontes, 13 pontilhões e 3.626 bueiros.

Executadas 88 análises de água com 247 dosagens.

Confecção de mapas da região metropolitana.

Demarcação de limites municipais.

Publicação do Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul.

Área planimétrica de Candelária.

Mapa do Município de Bagé.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA

I - ÓRGÃO: GRUPO EXECUTIVO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DA PESCA - GEDIP

II - SECRETÁRIO EXECUTIVO: Engenheiro Cícero Vassão

III - SEDE: Av. Borges de Medeiros, nº 55 - 11º andar

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

- Em execução do Projeto "Organização Administrativa e Operacional do Setor Pesqueiro do Rio Grande do Sul".
- Organização do Atual Complexo Pesqueiro de Rio Grande.
- Implantação do Complexo Portuário Industrial Pesqueiro da 4ª Seção da Barra.
- Programação da Pesquisa Pesqueira.
- Concluídas as obras de adaptação da Escola Técnica de Pesca.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

42.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- II - SECRETÁRIO: Economista Roberto Pires Pacheco
- III - SEDE: Rua Caldas Júnior, nº 120 - 15º andar
- IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ
INSTITUTO SULRIOGRANDENSE DE CARNES
AÇOS FINOS PIRATINI
AÇUCAR GAÚCHO S.A.
PRODUTOS GAÚCHOS S.A.
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS
INSTITUTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL
- V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69.

A Secretaria da Indústria e Comércio, consoante o Decreto nº 21.633, de 18 de fevereiro de 1972, publicado no Diário Oficial do Estado de 21 de fevereiro do ano em curso, atendeu às disposições do Decreto nº 19.801, de 8 de agosto de 1969.

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Tendo em vista o programa de desenvolvimento industrial e comercial do Estado do Rio Grande do Sul, esta Secretaria concentrou seus esforços no equacionamento dos problemas básicos daqueles setores da economia gaúcha. As atividades foram desenvolvidas de acordo com os seguintes grupos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1. Assistência técnica
2. Atração de novos investimentos
3. Desenvolvimento comercial e mercadológico
4. Serviço de informações
5. Assistência às empresas vinculadas ao Estado
6. Assistência ao cooperativismo

Assistência técnica

O contato com muitas comunidades, principalmente do interior do Estado, mostrou a potencialidade de desenvolvimento de um grande número de indústrias, especialmente de pequeno porte. Tais contatos, ainda que de uma maneira geral, permitiram a identificação dos problemas básicos que contribuem para retardar o desenvolvimento industrial. Verificou-se a grande necessidade de assistência nos setores de produção, administrativo, financeiro, mercadológico e na obtenção de recursos dos diversos instrumentos creditícios de que dispõe o Estado. Como conclusão, foram assentadas as bases para a assistência técnica a grupos de indústrias, principalmente aquelas que não dispõem de recursos para contratá-la junto às firmas especializadas, a exemplo do que ocorre hoje, em termos mais restritos, no próprio Brasil e, em termos mais amplos, até mesmo em países industrializados, considerados já desenvolvidos.

O programa piloto, de assistência às indústrias do Município de Farroupilha, vem se desenvolvendo dentro dos recursos limitados de que a Secretaria dispõe em 71, com ampla aceitação.

O programa já realizado em Farroupilha teve-se a:

- Seleção das indústrias
- Assinatura de contratos c/empresas selecionadas
- Ciclo básico de palestras para empresários
- Seleção parcial da equipe de assessoramento
- Levantamento prévio das indústrias interessadas no programa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

49.

Em Lajeado, a SIC pretende realizar um programa de assistência técnica às empresas da região. Para tanto, já foram indicados os estagiários que trabalharão na elaboração deste programa.

Encontram-se, também, em adiantada fase de elaboração os estudos que se processam sob a orientação dos técnicos da Secretaria da Indústria e Comércio, para implantação de um Entrepósito Aduaneiro na cidade de Uruguaiana. Este empreendimento constitui aspiração generalizada dos empresários dos municípios da fronteira.

A fim de definir de maneira global e rápida os problemas do parque industrial gaúcho, esta Secretaria liderou, juntamente com a FIERGS, a organização do 19 Congresso do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul. As reuniões setoriais, agora encerradas, forneceram os subsídios básicos, atualmente em fase de processamento, para a fase final do Congresso a ser realizado em março de 72. Nessa linha, completando o espírito Escola-Empresa, a Secretaria firmou 2 convênios com o Centro de Integração Empresa - Escola da FIERGS, utilizando cerca de 45 universitários em regime de estágio, como auxiliares para os diversos programas em desenvolvimento.

Atração de novos investimentos.

Ainda de acordo com a política de desenvolvimento industrial, esta Secretaria manteve contato com grande número de empresários de fora do Estado, tanto nacionais como estrangeiros, com a finalidade de atraí-los a se estabelecerem no Rio Grande do Sul.

A prospecção sistemática de novos investidores resultou em entrevistas com mais de 150 empresas e agências governamentais. Apesar do prazo relativamente longo, exigido por um processo decisório desta ordem, uma série destes contatos resultou em estudos aprofundados, muitos deles com participação direta desta Secretaria, deixando antever algumas soluções favoráveis, ainda no primeiro semestre de 72.

O trabalho de atração, desenvolvido através de diversos setores da Secretaria, foi culminado pela 1ª Jornada de Prospecção



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Técnica e de Investimentos quando, numa iniciativa pioneira do Governo, um representante oficial foi enviado ao exterior para manter contatos diretos com industriais e agentes governamentais, em busca de novos investimentos, auxílios técnicos e de capital.

O trabalho terá prosseguimento em 1972, já com uma equipe montada e experimentada e dispondo de alguns instrumentos básicos para a realização de sua tarefa.

Os industriais da madeira, entrevistados nos Estados Unidos e Europa, mostraram-se vivamente interessados por nossa situação florestal, especialmente em função das possibilidades de aproveitamento das florestas em torno da Lagoa dos Patos, através de um complexo industrial integrado, produtor de celulose, papéis e produtos químicos e farmacêuticos, a partir de resinas de conferas.

Desenvolvimento Comercial e Mercadológico

Dentre os muitos problemas ligados à comercialização de produtos gaúchos, as atividades da Secretaria concentraram-se na comercialização da produção primária, na promoção de exportações e na assistência mercadológica.

Desde junho de 71 encontra-se em andamento um programa operacional, relativo à comercialização da produção agrícola, em que estão sendo definidos, de maneira sistemática e continuada, os problemas do setor, bem como identificadas suas soluções.

A promoção de exportações atingiu sua fase final de planejamento, devendo passar a ter caráter atuante nos próximos meses, com a constituição do Centro de Promoção de Exportações do Estado do Rio Grande do Sul, iniciativa pioneira em que se entrosam os esforços oficiais com os da iniciativa privada, através de uma atuação conjunta SIC-FIERGS.

Paralelamente, vem a Secretaria ocupando-se com o problema da indústria viti-vinícola, em intenso esforço realizado em conjunto com a Secretaria da Agricultura e representantes das classes produtoras.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Serviço de Informações

Estã em andamento um projeto de elaboraçã de um cadastro dos municípios, Estados e países. Trata-se de um cadastro convencional, numa primeira fase, utilizando fichas, pastas e arquivos. Este conterã informações gerais e específicas sobre produtos agrícolas, pastoris e de pesca, bem como sobre setores industriaais, compreendendo basicamente: Produção, Circulaçã e Consumo.

Assistência ao Cooperativismo

Dando cumprimento ao convênio INCRA/DAC, a Secretaria continuou prestando seus serviços de assistência ao cooperativismo, compreendendo assistência tēcnica, orientaçã de assemblēias gerais, incorporaçã, reestruturaçã e auditoria. Ponto alto das atividades de 1971 foi o trabalho em conjunto, liderado pela Secretaria, junto ã Cooperativa Cotrijui, que deverã resultar em um estudo de viabilidade econômica, para construçã de uma usina de extraçã de óleo de soja em Rio Grande. O anteprojeto jã se encontra em fase de execuçã, por parte de duas firmas especializadas em projetos industriais, com a finalidade de permitir uma primeira apreciaçã da magnitude do empreendimento e de sua viabilidade.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

I - ÓRGÃO: INSTITUTO TECNOLÓGICO

II - DIRETOR: Doutor Nelson Carlos Gutheil

III - SEDE: Avenida Washington Luiz, nº 675

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Trabalhos de pesquisa concluídos:

- Obtençã de óleo comestível de arroz e estabelizaçã do farelo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

- Propriedades tecnológicas dos argilitos vermelhos da área de Esteio-Gravataí e da argila montmorilonítica de Aceguá (Boletins nº 57 e 58).

- Carvão mineral, variância na amostragem, estudo estatístico da análise química, estudo petrográfico (Boletins do ITERS nºs 52, 55 e 56).

- Construção do forno elétrico para determinação do índice de inchamento em carvões.

- Dentrologia (fam. Moraceae) e Madeiras do Sul (Boletins do ITERS nºs 51 e 54).

- Ligações pregadas (Boletim do ITERS nº 53).

Acordos, Convênios e Contratos de Serviços, Estudos e Pesquisas

Foram os seguintes os mais significativos:

- Obras de barragens (Bom Retiro do Sul, Anel de Dom Marco, Amarópolis e Passo Real).

- Sondagens e estudos tecnológicos de solos (obras hidráulicas, portos, estradas, depósitos).

- Controle de concreto (pontes, silos, estruturas de aço, construções) e de cimento fabricação local.

- Know How de fabricação de óleo comestível de arroz e de farelo de arroz estabilizado.

- Estudo dos argilitos vermelhos de Esteio-Gravataí, para implantação de indústria cerâmica (pisos, revestimentos) e da montmorilonita de Aceguá.

- Prosseguimento de estudos tecnológicos das principais ocorrências de argila no Estado.

- Possibilidade da utilização de resíduos de couro na indústria da borracha.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

45,

- Metodologia para determinação de microdureza em carvão, a ser apresentado à A.B.N.T.

- Estudo comparativo do comportamento de borrachas vulcanizadas e plásticos frente a uma bateria de solvente.

- Estudo tecnológico de pesos de grande curvatura em ganchos de aço fundido.

Trabalho concluído:

- Recursos minerais não metálicos.

ATIVIDADES-MEIO

Pessoal:

O ITERS em 31.12.71 contava com 261 funcionários, sendo 135 fixos e 126 variáveis.

Renda própria:

A renda própria teve um acréscimo de 19% em relação ao ano anterior e representou 42,58% do orçamento.

Receitas e despesas efetivadas:

Receitas orçamentárias

Contribuição do Estado

- para custeio	2.516.576,00
- para investimento	26.000,00

Rendas, Ensaios e pesquisas	825.809,00
-----------------------------	------------

Outras receitas	1.060.288,00
-----------------	--------------

T o t a l	4.428.673,00
------------------	---------------------

Despesas

	Programa I	Programa II	Total
De custeio	1.281.300,00	3.051.200,00	4.332.500,00
De Capital	188.000,00	99.500,00	288.300,00
T o t a l	1.470.100,00	3.150.700,00	4.620.800,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

I - ÓRGÃO: INSTITUTO SUL RIOGRANDENSE DE CARNES

II - PRESIDENTE: Dante Peduzzi - Substituído, a pedido, em 02.01.72

III - SEDE: Rua dos Andradas, 1234 - 10º andar.

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Em face da decisão do Governo Federal de contingenciar as nossas exportações de carnes, o Instituto reuniu em 21 de janeiro, os senhores industriais da carne, tendo ficado resolvido que se encaminhasse, como efetivamente se encaminhou, a través do Of.GP. nº 9/71, à Direção da Carteira de Comércio Exterior, sugestão de distribuição de quotas para exportação de carnes em 1971, no total de 34.000 toneladas, distribuídas de acordo com o critério de abate.

No dia 2 de dezembro, viajou a Montevideu o Senhor Dante Peduzzi, presidindo a Delegação Brasileira à reunião do Comitê Internacional de Exportadores de Carnes.

Durante o ano de 1971, ocorreram ao nosso Estado missões comerciais do exterior, com o intuito de estudar a possibilidade de intercâmbios. Essas missões foram encaminhadas ao Instituto de Carnes pelo Itamarati e Cacex. A todas elas o Instituto deu a devida atenção e assessoramento, facilitando e promovendo os contatos com as indústrias frigoríficas no interior. Foi assim acolhida a Missão Comercial de Portugal, entre 12 e 14 de maio, que trouxe benéficos resultados, pois indústrias frigoríficas concluíram recentemente contratos de fornecimento de carnes a Portugal. Posteriormente, em outubro, recebemos a visita de uma Missão Egípcia, para a qual propiciamos contatos; finalmente, em novembro recebemos uma Missão de Israel.

No cômputo da Receita em Geral, atingimos um total de Cr\$ 1.056.290,61 contra Cr\$ 932.357,84, registrado no exercício anterior, com um aumento de Cr\$ 123.932,77, que representa 13,29% de ingressos, a maior neste exercício.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

No tocante às Despesas em Geral, totalizou-se Cr\$ 968.060,91, contra Cr\$ 472.595,07 em 1970, com um acréscimo de Cr\$ 495.465,84, que representa um aumento de 104,84%.

Abates - Comparativo entre 1970 e 1971

Comparando-se as quantidades abatidas neste ano com igual período do ano passado, verificou-se o seguinte:

	Reses		Dif.n/ano a:
	1970	1971	
Para charque	34.849	37.541	+ 2.692 reses
Para frio e conserva	<u>348.272</u>	<u>469.487</u>	+ <u>121.215</u> reses
Sub total	383.121	507.028	+ 123.907 reses
*Para carne verde	41.331	35.340	- 5.991 reses
*Para condicional	<u>1.100</u>	<u>1.333</u>	* <u>233</u> reses
	425.552	543.701	+ 118.149 reses

* Estes valores não se referem ao total geral no Estado.

Exportação de carnes bovinas.

A exportação de carne para o exterior, embora esteja mos à mercê de algumas informações complementares, alcançou, até o momento, cerca de 60.000 toneladas, com receita aproximada de 81 milhões de dólares, assim distribuídos:

Quilos	Dólares
59.912.687	80.597.775,93

- I - ÓRGÃO: AÇOS FINOS PIRATINI S.A.
- II - PRESIDENTE: Professor Bernardo Geise
- III - SEDE: Rua Cândio Gomes, nº 127



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Prosseguiram em ritmo acelerado as atividades de implantação da usina de aços especiais da Aços Finos Piratini S.A.

Superadas as dificuldades que no passado se antepuseram à concretização desse importante empreendimento gaúcho, com as determinações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, foram ultimadas todas as providências relacionadas com o registro de contratos no Banco Central, concessão dos avais do Tesouro Nacional para os financiamentos externos contratados e obtenção das licenças de importação e das correspondentes isenções fiscais.

No que se refere à instalação da Usina, as obras civis concluídas alcançaram 72,85%, encontrando-se em andamento 8,04% do total de obras civis previstas. Dos 19,11% restantes estão contratados, para início em princípios de 1972, 15,61%.

Verifica-se, assim, que no decorrer deste ano estarão ultimadas as obras civis da Usina, que incluem não apenas os prédios das diversas unidades de produção, mas também todas as unidades auxiliares, os múltiplos sistemas de utilidades, sistema viário, drenagem e demais serviços.

Concomitantemente, já chegaram à Charqueadas os primeiros equipamentos importados, num total aproximado de 2.000 toneladas. Numerosos carregamentos estão programados para os primeiros meses do ano.

Grande parte dos equipamentos de fabricação nacional está contratada, para entrega nos primeiros meses deste ano. A parte restante acha-se em fase adiantada de tomada de preços, no mercado nacional.

Quanto à montagem dos equipamentos, iniciou-se a execução das fundações do laminador e da aciaria, obras de grande vulto.

Paralelamente, prossegue a qualificação de empresas montadoras e a análise e cotejo das respectivas propostas.

O suprimento de matérias primas e os correlatos problemas de transporte vem sendo estudados e solucionados. Já está



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

contratado o fornecimento de minério pela Companhia Vale do Rio Doce e o respectivo transporte até Charqueadas.

Também o suprimento de energia elétrica foi assegurado, em entendimentos com a Companhia Estadual de Energia Elétrica e a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul.

A preparação de pessoal continua recebendo grande atenção pelas suas implicações óbvias na futura operação da Usina. Já regressaram do exterior alguns engenheiros que concluíram seu treinamento na A.B. Bofors; permanecem na Suécia e Alemanha doze engenheiros e quarenta e quatro técnicos, os quais deverão regressar até meados deste ano, quando se integrarão nos trabalhos de montagem das unidades a que foram destinados, além de cuidarem do treinamento do pessoal local.

A Escola de Treinamento continua preparando mão de obra qualificada para a futura Usina nos ramos de mecânica, eletricidade e metalurgia, os dois últimos iniciados em 1971.

Em virtude da concentração cada vez maior das atividades na área de Charqueadas, os serviços da Empresa estão sendo paulatinamente transferidos para aquele local.

No tocante aos investimentos realizados no exercício de 1971, somaram, com recursos de capital e financiamento interno, Cr\$ 52.001.000,00, totalizando com os exercícios anteriores um valor histórico de Cr\$ 124.572.000,00 correspondente a um valor real de Cr\$ 168.960.000,00.

Com recursos de financiamento externo foram investidos na compra de equipamentos importados o equivalente a Cr\$ 80.428.135,00.

Do capital autorizado da Empresa, de Cr\$ 225.000.000,00, foram realizados Cr\$ 113.861.610,21, dos quais Cr\$ 88.708.386,85 pela União, Cr\$ 24.290.298,20 pelo Estado e Cr\$ 862.925,16 por particulares.

O aporte de recursos estaduais foi modesto em virtude das dificuldades enfrentadas pelo Governo do Estado no exercício findo. Tal situação não acarretou maiores dificuldades no cumpri-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

mento dos cronogramas estabelecidos, graças aos recursos providos pelo Governo Federal, inclusive sob a forma de financiamento à Empresa pelo Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas.

O capital a realizar alcança Cr\$ 111.138.389,79, assim distribuídos:

União	- Cr\$ 39.791.613,15
Estado	- Cr\$ 60.956.351,80
Particulares	- Cr\$ 10.390.424,84

Em síntese, os trabalhos da Aços Finos Piratini S/A seguem em ritmo condizente com os cronogramas estabelecidos e tudo indica que poderão ser cumpridas as previsões feitas, segundo as quais, no fim deste ano, será iniciada a pré-operação da primeira unidade, a de Beneficiamento de Carvão, seguindo-se as demais nos primeiros meses de 1973, de molde a se alcançar o início da operação industrial em 29 de junho de 1973.

I - ÓRGÃO: INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

II - PRESIDENTE: Dr. Ubirajara de Jesus Pereira

III - SEDE: Av. Júlio de Castilhos, 585 - 1º andar

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Como tem feito todos os anos, o IRGA, em 1971, esteve mais uma vez presente junto aos órgãos competentes do Governo Federal, coadjuvando nos estudos especializados, que dão embasamento para a fixação dos preços mínimos para o arroz, vigentes na comercialização das safras.

Esse trabalho, em cada safra, tem início em metuculosos levantamentos que a Autarquia realiza, para determinar os custos médios da produção riograndense de arroz e prossegue, já então em área de debates junto às autoridades federais, objetivando o estabelecimento de preços de garantia compatíveis com a realidade dos custos aferidos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Em 1971, limitado pelos preços federais insuficientes, o IRGA não pôde assegurar ao nosso arroteiro senão 78%, apenas, do custo médio da produção gaúcha, sendo de notar que esse custo esteve calcado numa produtividade ponderada expressa em 3.271 quilos por hectare, um índice bastante satisfatório, tendo em conta o estágio atual de nossa orizicultura.

Esse fato não trouxe conseqüências desastrosas para nossa economia arroteira porque, felizmente, o mercado nacional se manteve sob pressão de demanda, com as cotações internas em gradativa evolução, circunstâncias que permitiram ao produtor a comercialização livre de seu arroz em bases compensadoras, sem se fazer necessária a intervenção oficial para disciplinar o mercado de compra.

Ainda em 1971, o IRGA levou a efeito a estimativa dos custos de produção da safra de 1971/72, com a esperança de que os preços mínimos sejam reajustados para a colheita, expectativa que se fundamenta no fato de que os preços reinantes nos mercados de consumo permitem esse reajustamento, sem sacrifício do consumidor.

Ação disciplinadora de mercados.

A queda sensível verificada na produção nacional de arroz, determinada pela frustração de grandes áreas de cultura no Brasil Central, por acidentes climáticos, restringiu sobremodo a oferta no mercado interno, no ano comercial.

A conjuntura deu origem a uma procura intensa do cereal em nosso Estado que, assim, pôde desfrutar de excelentes condições de comercialização, não só para o produto originário de sua última colheita, como também, para os expressivos excedentes de outras safras, acumuladas em nossos armazéns.

O Governo Federal, decidindo não intervir no mercado com medidas de exceção, tais como, o controle de preços ou a importação maciça de arroz, deu ensejo a uma gradativa majoração de preços, embora as autoridades tenham estado sempre acompanhando de perto o desenvolvimento dos fatos, para coibir manobras de especulação ou, se fosse o caso, para impedir que realmente ocorresse



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

falta do produto e conseqüente tumulto no abastecimento.

A situação descrita surpreendeu o IRGA com significativas disponibilidades de arroz, constituídas pelos excedentes a acumulados de três safras, mais o produto que a Autarquia havia adquirido no início do ano comercial. O volume das compras de arroz pelo IRGA, no exercício relatado, foi bastante reduzido, em relação às aquisições nos anos anteriores, o que foi devido, como já se sabe, às condições muito favoráveis existentes para a livre comercialização.

O volume total de arroz em poder da Autarquia, na época, era superior a 5.850.000 sacos, dos quais o IRGA colocou, no mercado interno, 3.614.473 sacos de produto beneficiado e 80.552 sacos de produto "in natura". Para o mercado externo, cumprindo contratos já existentes, firmados pela CACEX e pelo Instituto, foram embarcados 2.157.971 sacos de arroz beneficiado.

Para atender a inusitada demanda interna e satisfazer, ao mesmo tempo, os compromissos assumidos com embarques para o exterior, o IRGA teve de desenvolver esforços extraordinários, que tumultuaram seus serviços internos exigindo, principalmente de sua estrutura de pessoal, exaustivo desdobramento de atividades. Quanto ao escoamento para o mercado nacional, cumpre ressaltar que as remessas se fizeram, preponderantemente, por rodovias, o que diz do acúmulo de trabalho, no processamento burocrático dos embarques.

A próxima colheita do Estado, face ao exposto, irá encontrar o mercado interno com disponibilidades de arroz muito reduzidas, aspecto nitidamente favorável aos interesses do produtor gaúcho. Entretanto, as pesquisas que o IRGA levou a efeito nas demais zonas produtoras do país dão conta de que a safra nacional de 1971/72 será substancialmente maior que a anterior.

Assinale-se, mais, que já tendo o IRGA considerado encerradas suas compras de arroz em 1971, teve ele de reabrir suas operaões, a pedido do Governo Federal, que solicitou à Autarquia gestões junto ao comércio, à indústria e às cooperativas do Estado, visando a aquisição de maiores quantidades do produto. Assim,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

por conta e ordem das autoridades federais, o Instituto promoveu entendimentos no mercado local, conseguindo adquirir pouco mais de 140.000 sacos de arroz beneficiado, a preços bastante superiores aos mínimos oficiais. As aludidas aquisições foram efetuadas com recursos financeiros específicos, que a União colocou à disposição do IRGA.

O Governo Federal chegou a autorizar importação de arroz, porém em quantidades inexpressivas, que não totalizaram 10.000 toneladas. Não teve, a importação, portanto, reflexo algum no comportamento do mercado e, na sua maior parte, foi efetivada por grandes varejistas do Rio e de São Paulo, que temiam a falta do produto em suas redes de super-mercados.

Ação Técnico-Agronômica.

Esta atividade-fim da Autarquia, de suma importância no elenco dos objetivos básicos do órgão é exercida através de seu Departamento de Obras e Assistência Técnica (DOAT), e se distribui por duas grandes áreas de trabalho, a saber:

- Pesquisa, Experimentação e Melhoramento do Arroz;
- Assistência e Extensão Orizícolas.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS

II - DIRETOR PRESIDENTE: Economista Carlos Luiz Kretzmann

III - SEDE: Rua Carlos Von Koseritz, nº 200

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC -, foi criada pela Lei nº 5.964, de 13 de fevereiro de 1970, sucedendo ao Departamento Estadual de Abastecimento de Leite - DEAL, com a finalidade, em caráter supletivo à iniciativa privada, de organizar e explorar as atividades de produção, industrialização e comercialização do leite e derivados.

Dentre as inúmeras tarefas desenvolvidas pela CORLAC no ano de 1971, cumpre destacar:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Pagamento em dia:

Constituiu a primeira preocupação da atual administração da empresa atualizar e colocar em dia o pagamento aos produtores de leite.

É com satisfação que afirmamos estar o pagamento absolutamente em dia, como vem sendo mantido com a maior pontualidade, pois, antes do dia 15, após o mês encerrado, o mesmo está totalmente integralizado.

Os demais fornecedores, também, vinham sendo pagos com atraso; no momento não ocorrem pagamentos fora dos prazos estabelecidos.

Funcionários:

No decorrer de 1971 foi possível reduzir o número de servidores, de cerca de 800 em fins de março para 682 (dezembro).

Tributos Estaduais.

Foi regularizado em meados de 1971, o débito com o erário estadual referente à dívida em atraso com o Imposto de Circulação de Mercadorias, relativo aos exercícios de 1967 a 1970, no montante de Cr\$ 1.862.763,43. Dita quantia acrescida do ICM de 1971, atingiu a importância de Cr\$ 3.270.380,90 que foi o total recolhido aos cofres do Tesouro do Estado.

Assistência técnica ao Produtor.

A CORLAC, através de uma excelente equipe de técnicos - engenheiros-agrônomo e veterinários -, desenvolve ampla assistência ao produtor-fornecedor de leite, visando a aumentar a produtividade dos plantéis, melhoria de instalações e renovação e aumento das atuais lotações.

Convênios.

Cabe registrar que, após ingentes esforços da direção da CORLAC junto ao Ministério da Agricultura, foi possível a realização da renovação do Convênio com o PLAMAM, órgão subordinado ao mencionado Ministério, com vigência até 31 de dezembro de 1971.

Com relação a financiamentos, cumpre ressaltar os entendimentos mantidos com o Banco do Brasil S.A. para consecução, em princípios de 1972, de um Convênio com o estabelecimento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

mento padrão do país, visando carrear recursos para a aplicação de crédito rural educativo e orientado, especificamente, na produção leiteira e criação de gado leiteiro.

Aquisição de leite em pó.

A crise na produção de leite "in natura" em 1971, obrigou a Companhia a adquirir de outras unidades da Federação cerca de 1.000 toneladas de leite em pó.

A medida foi ditada com o objetivo de garantir o abastecimento da Grande Porto Alegre, evitando-se, assim, o retorno à época das malfadadas "filas", de reflexos tão negativos à população e ao Governo do Estado, em períodos anteriores, o que de forma alguma conviria voltar.

Balanço de capitais e de resultados.

A 30 de junho de 1971 foi levantado o primeiro balanço de capitais e de resultados da CORLAC.

O exame dessas peças demonstra a boa situação em que se encontra a Companhia, pois, em seu primeiro ano de atividades, como sociedade de economia mista, apresentou como resultado do exercício a apreciável importância de Cr\$ 2.991.888,53 com destaque especial da quantia de Cr\$ 2.502.000,00 colocada à disposição da Assembléia. A Sociedade, desde sua fundação, não efetuou qualquer reavaliação de seu Ativo Imobilizado.

Comparando-se o valor posto à disposição da Assembléia Geral de Acionistas - Cr\$ 2.502.000,00, em relação ao Capital Emitido - Cr\$ 11.000.000,00, obtém-se um percentual expressivo na ordem de 22,745%.

Tais dados permitem avaliar as diretrizes que estão sendo adotadas, de forma que, a curto prazo, a empresa possa reaparelhar-se para atender às reais necessidades da demanda.

Vendas

Leite pasteurizado		Leite em pó	
Ano	Litros	Ano	Litros
1968	75.709.056	1968	1.114.085
1969	71.492.799	1969	1.269.530
1970	73.742.834	1970	945.258
1971	74.719.347	1971	476.850



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- I - ÓRGÃO: AÇÚCAR GAÚCHO S.A.
- II - DIRETOR PRESIDENTE: Coronel Tisiano Felipe de Leoni
- III - SEDE: Município de Santo Antônio da Patrulha, km 97 - RS/17
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

A razão preponderante do surgimento da Açúcar Gaúcho S.A. foi o aproveitamento da cana produzida nos municípios de Santo Antônio, Osório e limítrofes, por pequenos produtores, que até então não contavam com colocação segura para sua produção.

Como confirmação à procedência da iniciativa estatal, basta que se observe a evolução da produção da cana, desde a fundação da empresa, em números arredondados:

1966	-	57.700 toneladas
1967	-	72.600 toneladas
1968	-	21.400 toneladas
1969	-	73.273 toneladas
1970	-	135.013 toneladas
1971	-	180.299 toneladas

Duração do processo produtivo

A moagem desenvolveu-se no período de 16/06/71 a 15/02/72, isto é, 245 dias corridos de safra. Todavia, houve fases ociosas somando 100 dias, em razão de fatores imponderáveis e falhas mecânicas, assim traduzidos:

Chuvas e intrategabilidade	-	37 dias
Enguiço na Usina	-	<u>63 dias</u> -100 dias

Esta última causa atribui-se à falta de recuperação sistemática e integral do complexo mecânico, que será levada a efeito no ano em curso.

Matéria prima.

Os canaviais abastecedores da AGASA proporcionaram



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

180.298.330 quilos de cana, oriundos dos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Rolante e Taquara.

Produção efetiva.

Foram produzidos 281.214 sacos de açúcar -5,6% do consumo do RS - e 9.496.113 quilos de melaço.

Produção projetada.

As perspectivas e todos os esforços foram dirigidos no sentido de se alcançar 300.000 sacos de açúcar; entretanto, os produtores, alarmados com a notícia de que a AGASA não iria receber toda a cana produzida, deram-lhe outro destino, do que resultou a insuficiência de matéria prima para atingir aquela quantidade.

Rendimento.

A já mencionada produção de 281.214 sacos de açúcar acusa um rendimento de 93,58 quilos de açúcar por tonelada de cana. Trata-se de uma nova marca pois em 1970 tal índice não excedeu a 87,06.

Em expressão financeira, o fenômeno indica um acrescimo de produtividade na ordem de 19.591 sacos de 60 quilos, o que ao preço médio de Cr\$ 45,00, representam Cr\$ 881.595,00.

Lucro.

Foram apurados, no exercício, Cr\$ 1.463.030,42 (45,37% s/Capital), afora Cr\$ 814.804,27 recolhidos em ICM.

Dividendos.

Entre Fundos e Dividendos foram atribuídos na forma estatutária Cr\$ 339.405,45. À disposição da Assembléia de Acionistas Cr\$ 1.123.624,97.

ATIVIDADES-MEIO

Assistência à produção

- Financiamentos bancários encaminhados pela empresa:
Cr\$ 667.379,60



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Adubos e calcário fornecidos:
Cr\$ 216.114,00
668 toneladas.

- Estradas construídas:
109,12 km
306 propriedades beneficiadas.

- Mudas de cana fornecidas:
145 toneladas.

- Orientação técnica:
835 produtores
2.148 consultas atendidas
452 visitas a propriedades
57 análises de solo.

Preço da matéria prima

Fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool em Cr\$ 24,60 e posteriormente Cr\$ 25,36 por tonelada de cana. A AGASA em toda a safra pagou Cr\$ 27,00 a ton.

Transporte de cana

125 caminhões
180.298.330 quilos de cana transportada
1.442.386 quilos em média por caminhão.

Investimentos

Equipamentos para a Usina - Cr\$ 1.240.213,12
Veículos - Cr\$ 197.630,01
Obras de infra-estrutura - Cr\$ 562.759,48.

Assistência social aos 242 empregados que atuaram durante a safra:

Médica	- Cr\$ 31.816,43	
Odontológica	- Cr\$ 11.031,82	
Farmacêutica	- Cr\$ 24.978,32	
Educacional	- Cr\$ 10.892,13	
Recreativa	- Cr\$ 169,80	
		- Cr\$ 78.888,50



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Observações complementares

Contribuição à economia do Estado:

Produziu 5,6% do açúcar consumido no Estado.

Pago pela cana aos produtores: Cr\$ 4.868.054,91

Situação econômico-financeira:

Capital: Cr\$ 3.225.000,00

Patrimônio líquido: Cr\$ 9.511.202,30

Índice de liquidez: 2,94

Total das vendas no exercício: Cr\$ 12.186.191,89.

- I - ÓRGÃO: PRODUTOS GAÚCHOS S.A. - PROGASA
- II - DIRETOR PRESIDENTE: Bacharel Marius Jacobs
- III - SEDE: Rua Botafogo, 965
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Em obediência às diretrizes traçadas, foram alcançadas as seguintes metas:

- Aquisição dos equipamentos industriais complementares do Parque Industrial;
- Término das obras indispensáveis ao funcionamento da indústria;
- Colocação em funcionamento da fábrica de conservas e outros produtos;
- Montagem e colocação em funcionamento, até janeiro de 1972, da fábrica de desidratação de cebola;
- A linha de produção da Empresa, aproveitando-se as instalações já existentes ou a serem implantadas, foi ampliada. Tem, ou terá, pois, a PROGASA condições de fabricar, inicialmente, três grupos de produtos:

Linha de desidratados

Linha de conservas

Linha de pescados

A par das citadas medidas, promoveu a PROGASA contatos, no mercado interno e externo, visando a colocação de seus produtos. Reativou-se e ampliou-se a rede de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

distribuição de produtos. Tendo em vista os preços mais vantajosos para aquisição de cebola vigentes no Município de Pelotas, locou-se ali um depósito, localizado no distrito de Morro Redondo, aliás, situado exatamente no centro da zona produtora de cebola, pepino, couve-flor, pêssego, cenoura e outros produtos de interesse da Empresa. Foi solucionado, favoravelmente, também, junto ao MIC, o pedido de restituição e isenção de impostos relativos a equipamentos industriais adquiridos pela PROGASA. Tal fato, representa sensível economia para a Empresa em impostos de importação e IPI.

A rápida implantação de suas indústrias já colocou a PROGASA em condições de fabricar praticamente todos os produtos componentes de sua linha de fabricação. Na primeira fase, entretanto, já estão sendo lançados os seguintes: conservas de pepinos; conserva de legumes e hortaliças; cebolinha em vinagre; peixe defumado.

Além dos testes e experimentos que estão sendo efetuados com os produtos a serem brevemente lançados, deu-se início à comercialização de cebola "in natura", embora as condições altamente desfavoráveis, atualmente vigentes. Mercê, porém, de rígido e criterioso esquema, tem-se obtido resultados satisfatórios.

Estabelecimentos.

Possui a PROGASA, além de sua sede central, os seguintes estabelecimentos:

- Parque Industrial, em São José do Norte, à rua Dr. Eduardo Pereira Velho.
- Depósito em Morro Redondo, município de Pelotas.
- Depósito em São Paulo, à rua Américo Brasiliense, 316 - Bairro do Braz.

ATIVIDADES-MEIO

Durante o período de 02/08/71 a 31/01/72, promoveu a PROGASA, entre outros, os seguintes investimentos:

Equipamentos industriais	-	Cr\$ 230.000,00
Prédios e Instalações	-	Cr\$ 116.000,00
Embalagens e Rótulos	-	Cr\$ 27.000,00
Matéria Prima	-	Cr\$ 17.000,00
Veículos	-	Cr\$ 10.300,00
Diversos	-	Cr\$ 12.500,00
T O T A L	-	Cr\$ 412.800,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

65.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
- II - SECRETÁRIO: Economista Guilherme Socias Villela
- III - SEDE: Rua Siqueira Campos, 1044, 3º andar
- IV - ÓRGÃO VINCULADO: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS
- V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69:

A Secretaria de Coordenação e Planejamento foi instituída e organizada através do Decreto nº 20.022, de 11.12.69, dentro das diretrizes traçadas para a Reforma Administrativa do Estado.

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Por sua própria estrutura, a Secretaria de Coordenação e Planejamento atua primordialmente de forma indireta em trabalhos voltados à coordenação entre os demais órgãos estaduais; entretanto, em atendimento a aspectos conjunturais, esta Secretaria realiza algumas tarefas de forma direta.

ATIVIDADES SETORIAIS UNIDADE DE ORÇAMENTO

Na Unidade de Orçamento, durante o ano de 1971, foi feita a revisão do OPI (Orçamento Plurianual de Investimentos) - 1971/1973, visando ao ajustamento das Despesas de Capital às possibilidades do Tesouro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Na parte de elaboração orçamentária para 1972/1974, o OPI foi compatibilizado com o Projeto Grande Rio Grande. Ainda foram quantificados os recursos externos (operações de créditos), necessários à execução dos projetos prioritários do atual governo.

No Orçamento Plurianual de Investimentos, em se tratando de Despesas de Capital, grandes somas foram atribuídas aos setores de Transportes, Energia, Abastecimento e Comunicações. O fato encontra explicação na atuação direta do Estado nos investimentos da infra-estrutura, enquanto que nos demais setores seus gastos são, em sua maioria, correntes, ou, ainda, típicos de uma atuação promotora, portanto, de ação indireta no processo de desenvolvimento.

O documento seguiu a orientação já adotada na Proposta Orçamentária Anual para 1972, a qual, em sua elaboração, foi orientada diretamente pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, principalmente no que diz respeito à política orçamentária; em decorrência dessa linha de atuação, a proposta do Orçamento Plurianual tem por objetivos:

A) Completar novo ciclo de reestabelecimento do realismo orçamentário, com vistas a:

- 1 - evitar a criação de fundos de contenção,
- 2 - reduzir os deficits da caixa do Tesouro,
- 3 - estabelecer prioridades para os gastos com investimentos públicos.

B) Projeção de três anos para essa orientação.

Ainda, a Secretaria de Coordenação e Planejamento propôs e o Governo instituiu a criação de um sistema de acompanhamento físico-financeiro da execução dos projetos do Orçamento Plurianual de Investimentos.

RELACIONAMENTO COM PREFEITURAS MUNICIPAIS

Cabe à Secretaria de Coordenação e Planejamento manter os entendimentos indispensáveis com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Secretarias de Estado e Admi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

nistrações Municipais com a finalidade de estabelecer mecanismos flexíveis para harmonizar a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios com a programação dos demais recursos dos municípios, adaptar os critérios prioritários para aplicação do Fundo em micro-regiões e estabelecer convênios operativos entre o Estado e os Municípios para melhor coordenação e aplicação dos recursos do Fundo.

ATIVIDADES-MEIO

UNIDADE DE FINANÇAS

A execução orçamentária da Secretaria apresentou, no exercício de 1971, o seguinte comportamento:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Pessoal

Fixo	Cr\$ 1 375 760,23
Variável.....	Cr\$ 76 787,59
Total das Despesas Correntes.....	Cr\$ 3 378 689,60
Total das Despesas de Capital.....	Cr\$ 320 825,60

As "Despesas de Custeio" representaram 43,94% dos recursos programados e as "Transferências Correntes" atingiram 47,38%. Nesse elemento cumpre ressaltar que 47,30% da aplicação global dos recursos foram destinados à concessão de Bolsas e Auxílios pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, órgão vinculado a esta Secretaria. Os investimentos acusaram 8,68% da programação financeira do exercício.

PESSOAL

No que se relaciona a pessoal verificou-se um aumento no número de funcionários, em decorrência do crescimento do ritmo de trabalho da Secretaria, contando esta, atualmente, com um total de 96 funcionários em exercício, dos quais 28 pertencem a outros órgãos da Administração centralizada e descentralizada, tendo sido colocados à disposição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

68.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

O Departamento Estadual de Estatística realizou, através de seus serviços técnicos, durante o ano de 1971, as seguintes atividades:

1 - publicações das apurações de produção de óleos e gorduras vegetais e conclusão da referente à produção extrativa vegetal e animal,

2 - trabalho de Codificação e Transcrição de notas fiscais, para remessa ao CPED, referente ao primeiro semestre de 1969,

3 - através convênio com o CIEF, da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, foram relacionados os dados referentes ao comércio externo,

4 - atualização da estatística da exportação por cabotagem,

5 - publicação relativa à 1970: Finanças Públicas, Cooperativas, Movimento Sindical e Assistência aos Desvalidos,

6 - conclusão das apurações da XXXV Campanha Estatística e remessa, ao IBGE, dos dados tabulados,

7 - edição do Anuário Estatístico de RS - 1970, Atualidades Estatísticas do RS-1971, Guia das Repartições Públicas do RS, em cooperação com a Secretaria da Administração.

JUNTA COORDENADORA DA REFORMA ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR: Economista Guilherme Socias Villela

A Junta Coordenadora da Reforma Administrativa vem orientando o amplo programa que o Governo do Rio Grande do Sul desenvolve no sentido de modernizar a administração pública estadual, dando-lhe características empresariais.

A Reforma Administrativa visa a obter maior rentabilidade do serviço público e, ao mesmo tempo, eliminar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

o paralelismo de atividades com todas as implicações nefastas que o mesmo acarreta.

Durante o primeiro período governamental foram reestruturados, além do Gabinete do Governador, as Secretarias da Educação e Cultura, do Interior e Justiça, do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, do Trabalho e Ação Social, da Saúde, da Energia, Minas e Comunicações, a Coordenadoria de Assistência Técnico-Administrativa ao Município, órgão subordinado à Secretaria do Interior e Justiça e o Departamento Central de Informação, órgão da Secretaria de Segurança Pública.

Foram criadas a Secretaria do Turismo, a Junta Coordenadora da Reforma Administrativa, o CEDRHAE e a Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura, órgão subordinado à Secretaria da Agricultura.

Na administração indireta sofreu alterações a estrutura do Instituto de Previdência do Estado e foram realizados os estudos que conduziram à criação da Companhia Riograndense de Turismo, bem como da Companhia Riograndense de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul-PROCERGS.

A Reforma compreende, ainda, desde a valorização dos serviços públicos, até o atendimento ao público. Para execução desses objetivos foi criado o CEDRHAE - Centro de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Administração Estadual - órgão vinculado à Junta Coordenadora da Reforma Administrativa, que ministrou diversos cursos de treinamento, no ano de 1971, tais como:

- 1) Curso Programado de Treinamento de Chefia
- 2) Curso para os Funcionários da Casa Civil
- 3) Curso de OSM
- 4) Treinamento de Coordenadores da Reforma Administrativa
- 5) Curso Programado de Treinamento de Chefia
- 6) Seminário para Administração Superior
- 7) Curso para Funcionários do Instituto de Identificação
- 8) Curso para Chefias do Instituto de Identificação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

CONSELHO ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E EXPANSÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS - CEPEDI

COORDENADOR: Economista Guilherme Socias Villela

O Senhor Secretário de Coordenação e Planejamento, no desempenho de suas atividades, coordena o Conselho Especial de Planejamento e Expansão dos Distritos Industriais - CEPEDI - órgão colegiado, composto pelos Secretários da Indústria e Comércio, Transportes, Energia, Minas e Comunicações, Agricultura e Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.

O CEPEDI tem por incumbência reunir e preparar informações técnicas que viabilizem a implantação de Distritos Industriais no Estado. Para tanto, foi designada uma Assessoria Técnica do CEPEDI, que, no ano de 1971, executou os seguintes trabalhos:

1. Elaboração de sugestão de Escopo de serviços a serem contratados pelo D.N.P.V.N., tendo em vista o planejamento do Complexo Portuário-Industrial de Rio Grande.
2. Elaboração de Roteiro Básico do Projeto a ser seguido pelas entidades interessadas em criar áreas industriais.
3. Estudo preliminar de aproveitamento da área industrial junto ao novo porto de Rio Grande.
4. Participação na comissão de julgamento da concorrência para a elaboração do projeto do Complexo Portuário-Industrial de Rio Grande, junto à Direção Geral do D.N.P.V.N.
5. Acompanhamento dos trabalhos em desenvolvimento pelo consórcio que projeta o Porto Pesqueiro de Rio Grande.
6. Coordenação no trabalho de definição das responsabilidades dos órgãos setoriais da Administração Estadual na implantação do Distrito Industrial de Rio Grande (roteiro de ação a ser cumprido pela CEEE, CRT, CORSAN e DAER).
7. Apreciação de solicitações referentes à instalação de Distritos Industriais de parte das Prefeituras Municipais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

71.

8. Elaboração de documento (publicado) "Síntese de Informações e proposições quanto ao Distrito Industrial de Rio Grande". Nesse estudo estão reunidos, além dos levantamentos quanto à estrutura industrial do Estado e às condições locais de Rio Grande, o esquema básico de ocupação da área, uma seleção de indústrias cuja viabilidade na área deve ser estudada e orientação quanto à estrutura financeira e administrativa necessária a implantação do Distrito.
9. Detalhamento do projeto "Seleção de oportunidades industriais". Estão sendo feitos contatos com representações consulares visando obter informações quanto às indústrias localizadas junto às áreas portuárias, em diversos países. Paralelamente está em esboço programa conjunto CEPEDI, FIERGS UNIDO, em que, com cooperação técnica internacional, procurar-se-á desenvolver pré-projetos industriais.
10. Projeto de criação da instituição que deverá gerir os distritos industriais a serem implantados pelo Estado.
11. Projeto (em desenvolvimento), "Comportamento dos Recursos Humanos na área de implantação do Distrito Industrial de Rio Grande". Esse projeto que está sendo desenvolvido conjuntamente com a SEC, STAS e FGT permitirá organizar os programas de formação e capacitação de recursos humanos necessários ao funcionamento do Distrito.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

- I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS
- II - DIRETOR PRESIDENTE DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: Professor Darcy Closs
- III - SEDE: Galeria do Rosário, 14º andar - Salas 1416/20
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul procurou manter em 1971, quando completou seu terceiro ano de atividades, a política de apoio aos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

pesquisadores e instituições de pesquisa do nosso Estado.

A Fundação, desde o início de suas atividades, em agosto de 1968, estabeleceu como meta prioritária o incentivo à pesquisa nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico do Estado, sem deixar de atender as solicitações de auxílios de pesquisadores das áreas de ciências básicas que apresentassem credenciais e um plano de pesquisa exequível.

Ao iniciarmos as atividades em 1971, sentíamos que em dois anos e meio de atividades, havia a Fundação ganhado conceito entre os pesquisadores do Estado por haver, dentro de suas limitações orçamentárias, atendido, através do critério imparcial de uma assessoria técnico-científica especializada, a grande maioria dos projetos recebidos, incluindo-se, ainda, um apoio aos cursos de pós-graduação e instituições de pesquisa tradicionais que, apesar de receberem vultosos auxílios de outras instituições, encontravam-se em dificuldades na suplementação de determinadas rubricas que lhes eram indispensáveis para o desenvolvimento dos projetos.

Iniciava, ainda, a Fundação uma extensa atividade de integração dos pesquisadores de áreas específicas, visando uma colaboração maior entre as instituições de pesquisa, procurando evitar a duplicidade de trabalhos e uma conscientização da necessidade de orientar a pesquisa na solução de problemas científicos e tecnológicos importantes para a economia estadual. Entre as múltiplas iniciativas, destacamos as reuniões das áreas de Entomologia Aplicada, Genética Aplicada, Biologia Marinha, Piscicultura, Cultivo da Mentha Piperita, Serrador da Acácia Negra, todas propostas, organizadas e patrocinadas pela Fundação.

Não descurdou a FAPERGS de uma integração de esforços junto aos órgãos de incentivos à pesquisa, tanto de âmbito estadual, Conselhos de Pesquisa e de Pós-Graduação das Universidades, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, assim como nacionais, Conselho Nacional de Pesquisa, Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

73.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Ministério de Planejamento, além das internacionais, Agência para o Desenvolvimento Internacional, Fundações Ford, Rockefeller e Von Humboldt, National Science Foundation, afora as universidades americanas e alemãs interessadas em programas bilaterais de pesquisa.

O número de bolsas no corrente exercício foi o mesmo do ano passado, isto é, 76, mas em virtude de desistências, foi o mesmo reduzido para 53 ao final de 1971. Com o aumento nos valores das bolsas, o total também se equivaleu, aproximadamente, com aquele do ano anterior.

No setor de bolsas, a categoria "especial" criada pelo Conselho Superior no ano anterior, demonstrou ser da maior utilidade dentro da atual política governamental de incentivo à pesquisa. Com a disposição introduzida, inicialmente, pelo Governo Federal e acompanhada pelo Governo Estadual, de melhor remunerar a dedicação ao regime de tempo integral, tornou-se possível a progressiva fixação de técnicos de alto nível. Em muitos casos, porém, as instituições não podem oferecer aos profissionais que demonstraram em sua carreira e/ou formação pós-graduada, em início de escala salarial, condições que permitam a dedicação exclusiva à pesquisa.

Em outros casos, os salários são relativamente baixos, levando os pesquisadores a procurarem outras ocupações complementares que os desviam profissionalmente com uma consequente falta de aproveitamento das reais possibilidades.

Tendo em vista tais condicionamentos, aprovou o Conselho Superior a criação da sequência de bolsas especiais que acompanham em sua titulação a carreira de pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas.

No setor de auxílios, foram concedidos 59 em contraposição aos 69 de 1970, mas estes somaram um total de oitocentos e quarenta e sete mil oitocentos e setenta e seis cruzeiros (Cr\$ 847.876,00), um pouco superior ao total de 1970.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Destacam-se, mais uma vez, os auxílios concedidos para as áreas de Agropecuárias e Biociências.

A relevância dos projetos aprovados pode ser inferida pelos campos abrangidos pelas pesquisas, conforme quadro a seguir.

AUXÍLIOS CONCEDIDOS - 1971

Campo de Pesquisa	Número	Valor-Cr\$	%
Agronômicas	11	289.185,68	34,2
Arqueologia	3	16.884,00	1,9
Biológicas	12	249.165,72	29,4
Economia	1	8.000,00	0,9
Geologia	9	29.251,50	3,4
Humanas/Sociais	4	15.128,00	1,8
Médicas	2	10.910,00	1,3
Pecuária	4	64.456,50	7,8
Piscicultura	2	85.570,00	10,0
Todas/Ciências	1	3.500,00	0,4
Tec./Ind.	7	29.964,80	3,5
Veterinárias	3	45.859,80	5,4
T o t a l	59	847.876,00	100,0



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- I - **ÓRGÃO:** BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESTREMO SUL
BRDE - AGÊNCIA PORTO ALEGRE
- II - **DIRETOR REPRESENTANTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-** Eco
nomista Mauro Knijnik
- III - **SEDE:** Rua Uruguai, 155 - 4º andar
- IV - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

A presente síntese registra as principais ati
vidades desenvolvidas pela Agência de Porto Alegre, do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no de
curso do ano de 1971.

Os dados ora resumidos, demonstram o esforço
desenvolvido pela atual Administração, no sentido de do
tar a Agência de melhores condições para atender a cre
cente demanda de crédito.

Basicamente, as medidas adotadas, visaram: me
lhor adequação da política de financiamento à realidade
Estadual; maior integração no esforço desenvolvimentista
do Governo Estadual, quer pela colaboração na Junta Finan
ceira do Estado; maior dinamização na tramitação das pro
postas de crédito; intensa promoção das possibilidades de
financiamento, aliada a uma assistência direta às emp
res industriais; identificação de novas oportunidades de
financiamento e de novas fontes de captação de recursos.

A orientação imprimida, permitiu a obtenção
de bons resultados, pois foi possível, praticamente, du
plicar o montante das operações contratadas, em relação
ao ano anterior. Com efeito, a colaboração financeira
contratada em 1971, foi da ordem de Cr\$ 120,3 milhões, en
quanto que em 1970 fora de Cr\$ 64,0 milhões.

Análise dos Financiamentos Concedidos.

- Financiamentos aos Setores Industrial e Público



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Montante:

Os financiamentos para os setores industriais e públicos, incluídos os destinados às indústrias hoteleiras e cinematográfica, alcançaram a expressiva soma de Cr\$ 93.580.716,00, representados por 342 contratos. No primeiro semestre do ano foram contratadas 136 operações no valor de Cr\$ 24.527.134,00 e US\$ 204.273,00; no segundo semestre, 206 contratos, no valor total de Cr\$ 68.128.585,00.

- Distribuição dos Financiamentos por origem dos Recursos.

A origem dos recursos utilizados nos financiamentos, foi a seguinte:

FUNDOS	Em Cr\$ 1.000,00		
	1º Semestre	2º Semestre	Total
FIPEME	9.141	23.620	32.761
FINAME	3.653	8.244	11.897
FUNDECE	1.200	3.200	4.400
BRDE/Fundos	4.522	11.180	15.702
PIS	-	12.000	12.000
FUNDESG	1.417	251	1.668
SUDESUL	340	2.177	2.517
FINERGS/Próprios	3.590	7.456	11.046
FINEP	1.589	-	1.589
T O T A L	25.452	68.128	93.580

- Destino dos Financiamentos.

A colaboração financeira prestada pelo Banco, destinou-se: a investimentos fixos, Cr\$ 64.673.316,00; a capital de giro, Cr\$ 27.224.400,00, e a estudos e projetos, Cr\$ 1.683.000,00.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Distribuição dos financiamentos por Ramos Industriais.

Os financiamentos do Banco foram canalizados para os seguintes ramos industriais:

ESPECIFICAÇÃO	Nº	VALOR (Cr\$)
SETOR INDUSTRIAL		
00 - Produtos minerais	2	139.761,60
10 - Minerais não metálicos	12	4.691.457,24
11 - Metalúrgica	28	12.219.077,68
12 - Mecânica	42	11.478.927,12
13 - Materiais elétricos e de comunicação	9	1.813.218,66
14 - Material de transporte	9	4.248.035,00
15 - Madeira	5	599.000,00
16 - Mobiliário	17	1.392.231,00
17 - Papel e papelão	21	3.322.413,75
18 - Borracha	5	559.192,00
19 - Couros e peles	22	2.859.027,40
20 - Química	10	6.825.710,93
21 - Produtos farmacêuticos	4	1.452.871,68
22 - Produtos de perfumarias, sabões	2	215.000,00
23 - Materiais plásticos	6	867.423,47
24 - Têxtil	5	1.490.708,80
25 - Vestuário, calçados	30	2.462.375,00
26 - Produtos alimentares	27	10.635.650,66
27 - Bebidas	1	60.060,00
28 - Fumo	6	11.290.495,33
29 - Editorial e gráfico	13	2.703.083,92
30 - Diversos	8	1.362.780,00
31 - Prestação de serviços	44	7.910.625,76
TOTAL - SETOR INDUSTRIAL	328	90.659.127,00
TOTAL - SETOR PÚBLICO	14	2.921.589,00
TOTAL GERAL	342	93.580.716,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Evolução dos Financiamentos Contratados

O quadro abaixo apresenta a evolução dos financiamentos concedidos nos últimos 5 (cinco) anos.

A N O S	VALOR-Cr\$ 1.000	INDICES
1967	10.404	100
1968	22.417	215
1969	31.075	299
1970	48.811	469
1971	93.580	899

Financiamento ao Setor Rural

- Montante

Os financiamentos concedidos ao Setor Rural atingiram o montante de Cr\$ 26.751.159,00, representados por 326 contratos. No primeiro semestre foram contratadas 162 operações, no valor de Cr\$ 9.959.949,00; e no segundo semestre, 164 contratos no valor de Cr\$ 16.791.210,00.

- Distribuição dos Financiamentos por Origem de Recursos:

Os recursos utilizados para os financiamentos rurais, tiveram a seguinte origem:

FUNDOS	1º Semestre	2º Semestre	T o t a l
FUNAGRI/PESAC	7.324	7.586	14.910
BID/BACEN	-	1.775	1.775
FUNDEPE	459	3.319	3.778
FIPECO	-	-	-
BRDE	2.177	4.111	6.288
TOTAL	9.960	16.791	26.751



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Destino dos Financiamentos:

A colaboração financeira contratada destinou-se: Capital fixo, Cr\$ 22.729.000,00 e a custeio, Cr\$ 4.023.000,00.

- Evolução dos financiamentos contratados:

O quadro abaixo apresenta a evolução dos financiamentos contratados nos últimos 5 (cinco)anos:

A N O S	VALOR-CR\$ 1.000	INDICE
1967	2.157	100
1968	4.738	220
1969	5.914	274
1970	15.168	703
1971	26.751	1.235

Estudos e Operações Especiais

- Estudos Econômicos

Segundo o Convênio firmado pelo BRDE com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, iniciou-se, na Agência de Porto Alegre, o "Estudo sobre a Indústria de Óleos Vegetais Comestíveis no Rio Grande do Sul". O referido trabalho, tem por objetivo a obtenção de subsídios para a revisão e atualização da política de apoio financeiro à indústria em seu âmbito regional (BRDE) e nacional (BNDE). Particularmente, em relação ao BRDE, o estudo reveste-se de grande interesse, face à considerável e crescente importância que assoma a indústria de óleos vegetais comestíveis no setor secundário e a sua apreciável repercussão sobre a renda gerada pelo setor primário estadual e regional.

- Assistência Gerencial.

Dentro do Programa de Assistência Gerencial, em desenvolvimento no Banco, foram assistidas várias empresas no Estado. Visando capacitar seus técnicos à prestação de assistência às empresas da Região, o BRDE, em Convênio com outras



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

entidades, promoveu, em sua sede, a realização de Seminário de Assistência Gerencial.

- Prestação de Aval.

Apenas uma operação de aval foi realizada em 1971. Foi contratada com a Companhia Estadual de Energia Elétrica, no valor de SFrs 5.957.681, equivalente a Cr\$ 7.585.855,64, destinada a garantir financiamento para aquisição de equipamentos no mercado externo.

- Operação "Underwriting"

O BRDE participou no lançamento de ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com Cr\$ 6.000.000,00, liderando um grupo de instituições financeiras. O montante da operação de "underwriting" foi de Cr\$ 30.000.000,00.

- Outras Operações.

Durante o ano de 1971, foram iniciadas as primeiras análises de financiamento com recursos do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial - FMRI e do Fundo de Modernização e Reorganização da Comercialização - PMRC.

Captação de Recursos.

A captação de recursos externos ao Banco em 1971, atingiu o montante de Cr\$ 87.294 mil. Desse total, Cr\$ 66.832 mil foram aplicados no setor industrial, e Cr\$ 20.462 mil no setor rural. Os recursos externos permitiram ao Banco uma aplicação adicional de Cr\$ 2,65 para cada Cr\$ 1,00 de recursos próprios.

Aspectos Econômico-financeiros

O capital e reservas efetivamente aplicados pela Agência de Porto Alegre, em 31.12.71, somavam Cr\$ 52,9 milhões, representando um aumento da ordem de Cr\$ 14,9 milhões em relação a 31.12.70. A diferença é representada por contribuições do Estado do Rio Grande do Sul (Cr\$ 8,6 milhões) ao BRDE, e por resultados incorporados à Reserva Regimental (Cr\$ 6,3 milhões), disponíveis para aumento de capital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Convênio BERGS/BRDE

Recentemente, foi assinado um convênio entre o BRDE e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, pelo qual as Agências deste último foram postas a serviço da Agência de Porto Alegre, para divulgação e encaminhamento de crédito industrial.

- Novas linhas de crédito.

Além do Programa de Integração Social - PIS, outras linhas de crédito foram negociadas pelo BRDE em 1971. Na Agência de Porto Alegre foram iniciadas, neste sentido, análises de financiamentos para repasse específico de fundos geridos pelo BNDE, tais como: Fundo de Reparelhamento Econômico - FRE; Fundo de Modernização e Reorganização Industrial-FMRI; e o Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização-PMRC.

Considerações Finais.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, procurou integrar-se, de maneira decisiva, no movimento de arregimentação da comunidade riograndense, objetivando a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul. O estímulo ofertado ao meio empresarial local, mediante aplicação de grandes somas de recursos, é plenamente comprovado, não só pelos esforços desenvolvidos para a consecução de recursos externos ao Banco e ao Estado, como, ainda, pelos resultados obtidos durante o ano de 1971, sintetizados no presente relatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

O BRDE através da Agência de Porto Alegre obteve Cr\$ 7,5 milhões de lucro líquido em 1971, o que representa uma remuneração de 14,2% sobre o capital efetivo do Banco.

O comportamento da origem e aplicação dos recursos evoluiu da seguinte forma: os recursos internos cresceram em 39,5%, aproximadamente (1970 = Cr\$ 37.843 mil; 1971 = Cr\$ 52.826 mil); os recursos externos tiveram um incremento da ordem de 95,3% (1970 = Cr\$ 66.105 mil; 1971 = Cr\$ 129.145 mil); os recursos aplicados em financiamentos industriais, rurais e setor público, aumentaram em cerca de 76,1% (1970 = Cr\$ 94.558 mil; 1971 = Cr\$ 166.602 mil); as demais aplicações, inclusive imobilizado, e o disponível, cresceram em 63,6%, aproximadamente (1970 = Cr\$ 9.391 mil; 1971 = Cr\$ 15.369 mil).

Acontecimentos expressivos.

- Operação "Underwriting"

No ano de 1971, foi realizada a primeira operação "Underwriting" pelo BRDE, quando participou como líder de um grupo de instituições financeiras, no lançamento de ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

- Recursos do PIS

Os primeiros recursos do Programa de Integração Social - PIS, num total de Cr\$ 12.000.000,00, repassados pela Caixa Econômica Federal ao BRDE, foram integralmente aplicados pela Agência de Porto Alegre em operações de financiamento de capital de giro.

- Repasse específico BRDE/FIPEMA

Nesse ano foi firmado com o BNDE o primeiro repasse específico com os recursos do FIPEME, destinado a uma única empresa no Rio Grande do Sul. A firma beneficiada contratou um financiamento de Cr\$ 8,8 milhões, sendo Cr\$ 6.650 mil com recursos do BNDE/FIPEME, o que constituiu a maior operação do Banco com recursos do citado fundo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

SECRETARIA DA FAZENDA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA FAZENDA

II - SECRETÁRIO: Economista José Hypólito Machado de Campos

III - SEDE: Avenida Mauá, 1099

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DA LOTERIA DO ESTADO
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69:

Após a vigência do Decreto 19.801/69, somente a Inspeção Geral do Imposto sobre Circulação de Mercadorias foi reestruturada, através da criação da Coordenadoria Geral do mesmo Imposto. Os demais órgãos permanecem com a mesma estrutura.

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Execução Orçamentária relativa ao Exercício de 1971.

Despesas autorizadas e cobertura financeira.

O orçamento do Estado para o exercício financeiro de 1971, aprovado pela Lei nº 6.115, de 9 de dezembro de 1970, fixou a despesa em Cr\$ 2.149.700.198,00 e estimou a receita em Cr\$ 2.149.700.198,00.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Durante o exercício foram abertos créditos suplementares da ordem de Cr\$ 377.347.395,42 e reduzidas dotações orçamentárias no valor de Cr\$ 366.892.392,41.

Em virtude dessas alterações, a despesa orçamentária fixada passou a ser de Cr\$ 2.160.155.201,01.

Em 1971 tiveram vigência 89 créditos adicionais, sendo 88 especiais e 1 extraordinário, num total de Cr\$ 65.276.145,39. Esse montante assim se decompõe:

a) transferidos de 1970	44.050.169,31	
menos: reduções.....	<u>10.557.997,94</u>	33.492.171,37
b) abertos em 1971		31.283.974,02
c) crédito extraordinário aberto em 1971.....		<u>500.000,00</u>
		65.276.145,39

Com essas alterações, os créditos votados para o exercício de 1971 assim se expressam:

Créditos ordinários	2.160.155.201,01
Créditos especiais	64.776.145,39
Crédito extraordinário.....	<u>500.000,00</u>
	2.225.431.346,40

Por seu turno, os recursos financeiros reestimados para a sua cobertura, assim se sintetizam:

Receita prevista pelo orçamento...	2.149.700.198,00
Recursos de operações de crédito..	49.954.232,35
Recursos de exercícios anteriores.	<u>25.276.916,05</u>
	2.224.931.346,40

Em consequência das alterações legalmente autorizadas, o Orçamento, apresentou o seguinte déficit de previsão:

Despesa autorizada.....	2.225.431.346,40
Recursos previstos.....	<u>2.224.931.346,40</u>
Déficit	500.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

86

Execução orçamentária

Ao término do exercício de 1971, a execução orçamentária apresentava, como resultante do confronto primário que a seguir se faz das despesas realizadas e das receitas arrecadadas, o seguinte resultado financeiro:

Despesa realizada.....	1.957.845.051,13
Receita arrecadada.....	<u>1.913.729.065,37</u>
Deficit financeiro apurado....	44.115.985,76 *****

O resultado da execução orçamentária também pode ser sinteticamente apreciado através das cifras a seguir alinhadas, onde se põe em confronto a Despesa Autorizada e os recursos previstos para sua cobertura com os valores da Despesa e da Receita apurados ao término do exercício.

Recursos financeiros previstos:

Receita Orçada.....	2.149.700.198,00	
Recursos em operações de crédito.....	49.954.232,35	
Recursos de exercícios anteriores.....	<u>25.276.916,05</u>	2.224.931.346,40

Receita realizada:

Receitas correntes....	1.766.399.089,80	
Receitas de capital:		
Operações de crédito	50.529.087,90	
Outras receitas...	<u>96.800.887,67</u>	<u>147.329.975,57</u>
Menor receita		<u>311.202.281,03</u> *****

Despesa fixada:

Créditos ordinários...	2.160.155.201,01	
Créditos especiais e extraordinário	<u>65.276.145,39</u>	2.225.431.346,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Despesa realizada:		
Créditos ordinários..	1.910.247.441,10	
Créditos especiais e extraordinário.....	<u>47.597.610,03</u>	<u>1.957.845.051,13</u>
Menor despesa		<u>267.586.295,27</u> =====
<u>Resumo</u>		
Previsão:		
Despesa fixada		2.225.431.346,40
Recursos previstos		<u>2.224.931.346,40</u>
Deficit previsto		500.000,00
Execução:		
Despesa realizada		1.957.845.051,13
Receita arrecadada		<u>1.913.729.065,37</u>
Deficit apurado		44.115.985,76
Resultado:		
Deficit previsto		500.000,00
Mais: menor receita		<u>+ 311.202.281,03</u>
		311.702.281,03
Menos: menor despesa		<u>- 267.586.295,27</u>
Deficit financeiro do exercício.....		<u>44.115.985,76</u> =====

Segundo as respectivas categorias econômicas,
a Despesa Orçamentária assim se decompõe:

Despesas correntes:		
Despesas de Custeio...	850.216.910,57	
Transferências Corren tes	<u>742.954.118,75</u>	<u>1.593.171.029,32</u>
Despesas de Capital:		
Investimentos.....	91.988.596,08	
Inversões Financeiras.	41.944.941,32	
Transferências de Capí tal.....	<u>230.740.484,41</u>	<u>364.674.021,81</u>
Despesa Realizada		<u>1.957.845.051,13</u> =====



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

De sua parte, a Receita Orçamentária assim se classifica:

Receitas Correntes:

Impostos	1.549.462.968,24	
Taxas	79.314.448,18	
Receita Patrimonial	10.203.671,90	
Receita Industrial.	11.388.030,39	
Transferências Correntes	44.135.030,23	
Receitas Diversas..	<u>71.894.940,86</u>	1.766.399.089,80

Receitas de Capital:

Operações de Crédito.....	50.529.087,90	
Outras Receitas de Capital.....	<u>96.800.887,67</u>	<u>147.329.975,57</u>

Receita Realizada

		<u>1.913.729.065,37</u>
		=====

Além das atribuições normais de execução orçamentária, a Secretaria da Fazenda, no decorrer do exercício de 1971, concentrou esforços na implantação de medidas inovadoras, visando a dinamização e racionalização dos serviços e obtenção de melhores resultados na área da administração financeira e orçamentária.

Dentre as medidas adotadas cumpre salientar as seguintes:

- Implantação gradativa da cobrança de tributos pela rede bancária, com a utilização das agências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e da Caixa Econômica Estadual. No exercício de 1971, foi implantada a arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias em Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Bagé, Cruz Alta e outras.

- Reativação da cobrança da dívida ativa, facilitando o recolhimento em 24 e 60 prestações.

- Introdução da correção monetária nas prestações vincendas de parcelamento de débitos fiscais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Alteração nos prazos de apuração e recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias de decenal para quinzenal, proporcionando, assim, ao contribuinte, maior soma de capital de giro.
- Revisão na sistemática de avaliação e cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens M^óveis e Im^óveis através de critérios uniformes para todo o Estado.
- Criação da Coordenadoria do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, em substituição à Inspetoria Geral do mesmo Imposto, com atribuições relacionadas com a programação, coordenação e a fiscalização do tributo básico do orçamento do Estado.
- Dinamização da fiscalização do ICM através da criação de novos postos volantes, redistribuição de fiscais entre as diversas Coordenadorias Regionais, realização de rodízios e de fiscalização orientada, obtendo-se resultados altamente compensadores e carreando-se em consequência, para o Erário, elevadas somas de tributos.
- Intensificação de cursos sobre legislação fiscal para contribuintes e cursos de alto nível para Inspetores e Fiscais do ICM visando o aperfeiçoamento do pessoal.
- Instituição de um cronograma de desembolso mensal.
- Aceleração do Sistema Centralizado de Pagamento do pessoal da Administração Direta. Em 1971 foram implantados no Plano Centralizado de Pagamentos mais 19 municípios do interior do Estado, devendo, até o final do exercício de 1972, estar completamente concluído o projeto.
- Realização de estudos, objetivando o lançamento de Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado.
- Aceleração dos estudos tendentes à modernização dos serviços da Secretaria da Fazenda através do processamento eletrônico de dados e uma maior adequação e racionalização dos tributos estaduais.
- Adaptação das Letras do Tesouro, em prazo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

rendimento e liquidez, às condições requeridas pelo mercado, permitindo maior volume de colocações.

- Contratação de novas operações de crédito e reescalonamento das existentes.

- Alienação de bens patrimoniais visando a obtenção de maior soma de recursos para atendimento das necessidades de investimentos do Estado.

- Realização de estudos para reformulação dos coeficientes de participação dos Municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias através de nova sistemática que consagra o valor agregado em cada Município, corrigindo-se anteriores distorções. A alteração realizada foi precedida de completo levantamento da produção na área de cada Município, propiciando o estabelecimento dos novos coeficientes.

- Centralização dos depósitos da administração pública estadual nos bancos oficiais e centralização das aplicações de disponibilidades financeiras, na empresa estatal especializada.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA FAZENDA

- I - ÓRGÃO: CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - CEE
- II - DIRETOR PRESIDENTE: Doutor Carlos Alberto Callage Cidade
- III - SEDE: Rua Dr. Flores, nº 307
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Amplamente satisfatórios foram os resultados apresentados pela Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, no exercício de 1971.

O número de depositantes existentes em 31 de dezembro de 1971, elevou-se a 800.802, representando um aumento percentual de 16,29 sobre os 688.640, existentes em 31 de dezembro de 1970.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Por outro lado, a evolução dos depósitos apresentou um crescimento da ordem de 53,98% ou seja Cr\$ 223.729.590,00 em 31 de dezembro de 1971 para Cr\$ 145.295.930,00 no encerramento do ano anterior.

Os depósitos médios no exercício de 1970 foram da ordem de Cr\$ 123.206.000,00 elevando-se, em 1971, para Cr\$ 178.540.000,00 com um acréscimo de 44,91%.

Da mesma forma os empréstimos concedidos pela Caixa Estadual apresentaram um acréscimo bastante acentuado.

Em 31 de dezembro de 1970 o saldo de empréstimos era de Cr\$ 196.397.050,00 passando para Cr\$ 278.294.980,00 no final do último exercício, com um aumento percentual de 41,70 e os empréstimos médios cresceram em 34,72% ou seja de Cr\$ 169.050.000,00 em 1970 para Cr\$ 227.750.000,00, em 1971.

No campo operacional, merece referência especial a inclusão no elenco de operações de crédito da Caixa Econômica Estadual das seguintes novas modalidades:

- Crédito hipotecário - prazo até 5 anos
- Crédito imobiliário - prazo até 5 anos. Atendimento de casos não previstos no Sistema Financeiro Habitacional. Recursos próprios.
- Crédito Rural - atendimento preferencialmente em áreas não assistidas suficientemente. Atuação em sintonia com normas do Banco Central do Brasil.

I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO DA LOTERIA DO ESTADO

II - DIRETOR PRESIDENTE: Doutor Pedro Prolo

III - SEDE: Rua dos Andradas, nº 857

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Criado pelo Decreto-Lei nº 1.350, de 15 de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

janeiro de 1947, o Departamento da Loteria do Estado vem atingindo suas finalidades de maneira satisfatória.

A renda do Departamento tem acusado crescimento expressivo, apresentando, em 1971, a cifra de Cr\$ 5.539.585,47, ou seja, Cr\$ 1.319.564,68 de excesso sobre a previsão orçamentária.

Os dados abaixo alinhados demonstram a evolução das rendas líquidas apuradas pela Loteria do Estado, no último quinquênio:

1967.....	Cr\$ 2.240.705,53
1968	Cr\$ 3.123.834,69
1969	Cr\$ 4.263.589,17
1970	Cr\$ 4.943.268,29
1971	Cr\$ 5.539.585,47

Dos elementos acima, verifica-se que a renda dessa autarquia estadual vem aumentando de ano para ano, apesar do limite estabelecido por legislação federal que fixa o número máximo de bilhetes e o valor do prêmio maior.

Os recursos provenientes da renda líquida do Departamento da Loteria do Estado, de acordo com o estabelecido na lei, são integralmente aplicados em benefício do desporto amadorista e das entidades culturais e de assistência social.

I - ÓRGÃO: TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

II - PRESIDENTE: Doutor Rubens Sant'Anna

III - SEDE: Rua dos Andradas, nº 1270

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Criado pela Lei nº 3.694, de 6 de janeiro de 1959, o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, tem como atribuição o julgamento em segunda e última instância administ



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

trativa, dos litígios suscitados entre a Fazenda Estadual e os contribuintes, sobre matéria fiscal.

Pelo Decreto nº 21.117, de 14 de maio de 1971, o TARF foi subordinado, para fins administrativos, à Secretaria da Fazenda.

No decurso do exercício de 1971 esse órgão colegiado cumpriu plenamente com suas finalidades, examinando e julgando os assuntos que lhe foram submetidos.

I - ÓRGÃO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BERGS

II - DIRETOR PRESIDENTE: Doutor Roberto Bier da Silva

III - SEDE: Rua Capitão Montanha, nº 77

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

No início da gestão foi dada ênfase à reorganização interna, procurando dotar o Banco de uma estrutura compatível com os objetivos que a Diretoria se dispõe alcançar.

Neste sentido foram executados estudos para de partamentalização que resultaram na criação do Departamento de Marketing, Gerências Regionais, setor de Open Market, Núcleo de Métodos e Sistemas de Trabalho.

Da mais alta significação, no início de nossa gestão, foi a elevação do capital de Cr\$ 40.000.000,00 para Cr\$ 80.000.000,00, já integralmente subscrito e que virá trazer substancial reforço para nossos recursos próprios. As do tações líquidas para formação de reservas, no valor de Cr\$ 42.137.062,49, adicionadas aos recursos oriundos da integrali zação parcial do capital, fez com que o Capital e Reservas, de Cr\$ 60.142.590,51, em 31.12.70, se elevasse para Cr\$ 102.279.653,00 em 31.12.71.

Concluiu-se o exercício registrando-se no montan te dos depósitos a cifra de Cr\$ 525.455.382,77 contra Cr\$ 346.131.868,00, acusando uma elevação da ordem de 52% no pe



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

riodo, o que demonstra a resposta positiva aos esforços da Di
reção.

As aplicações, que têm estreita vinculação com os depósitos e com os financiamentos que são obtidos através dos diversos fundos, dos quais o Banco tem procurado utilizar ao máximo, alcançaram uma expansão da ordem de 34% elevando-a de Cr\$ 1.249.567.024,00 em 1970 para 1.719.774.887,00 em 1971.

Na composição das aplicações é importante notar a continuidade mantida no sentido de canalizar, preferentemente recursos para as áreas prioritárias da economia gaúcha. Desta forma verificamos que a agricultura e a indústria absorveram 61,70% das aplicações. Foi a seguinte a distribuição dos recursos, setorialmente, no ano de 1971:

Indústria	887.257.912,00
Agropecuária	174.025.170,00
Comércio	364.186.181,00
Diversos	274.629.518,00
Poderes Públicos	<u>19.676.106,00</u>
	1.719.774.887,00

No que tange aos resultados, durante 1971, o Banco auferiu um lucro líquido de Cr\$ 12.325.024,00 superando em 48% o lucro verificado no ano anterior, que foi de Cr\$ 8.350.627,00.

Assim, considerando o capital médio integralizado nos dois exercícios (Cr\$ 46.762.941,00 em 1971 e em 1970 Cr\$ 37.548.840,00) a rentabilidade sobre o capital foi de 26,4% em 1971 contra 15,2% em 1970.

A fim de que se possa observar, ainda melhor, as primeiras repercussões das medidas que estão sendo postas em prática, é importante ressaltar que no 1º semestre de 1971, a rentabilidade foi de 10,8% sobre o capital médio integralizado e no 2º semestre 15,0%, com acréscimo de 38,8% no semestre.

Por outro lado, foram contempladas com prédios próprios 7 (sete) Agências, cujo investimento atingiu a Cr\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1.411.951,76 e foram reformadas 9 (nove) agências cujo dispêndio atingiu a Cr\$ 710.234,12, estando em andamento, 10 (dez) projetos de construção e ampliação, que absorveram em 1971 Cr\$.1.056.305,43.

- I - ÓRGÃO: JUNTA DE COORDENAÇÃO FINANCEIRA
- II - PRESIDENTE: Economista José Hypólito Machado de Campos
- III - SEDE: Gabinete do Secretário da Fazenda
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Atribuições

- formular as diretrizes básicas da política financeira e creditícia do Sistema Financeiro do Estado;
- decidir sobre os planos a serem seguidos pelas instituições financeiras integrantes do Sistema;
- aprovar o plano de aplicação das reservas técnicas do Instituto de Previdência do Estado;
- coordenar e fiscalizar as atividades das instituições integrantes do Sistema Financeiro do Estado;
- autorizar a realização das programações de crédito ou de financiamento dos órgãos da administração direta ou indireta, inclusive das sociedades sob controle acionário destes últimos.

Atividades desenvolvidas em 1971

As atividades desenvolvidas pela Junta, no seu primeiro ano de funcionamento, podem ser resumidas:

Trabalhos no sentido de:

- apreciação dos pedidos de empréstimos efetuados pelos órgãos da administração indireta;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

- fiscalização dos depósitos nos termos da Ordem de Serviço nº 2/71, do Exmo. Sr. Governador do Estado, que dispõe sobre inversões financeiras dos órgãos da administração pública;
- dinamização dos serviços dos organismos bancários para atender a demanda do próprio setor público;
- fiscalização das aplicações financeiras nos termos da Ordem de Serviço nº 2/71;
- estudo do lançamento de ações das sociedades de economia mista no mercado de capitais;
- gestões com a finalidade de colocação de títulos da dívida pública e para venda de valores mobiliários.

Atuação com vistas a:

- integração operacional dos organismos com a realização de convênios MOCASA/CEE e BRDE/BERGS;
- adaptação das estruturas administrativas da CEE e do BERGS;
- abertura de novas linhas de crédito na CEE (hipotecário e rural).

Foram desenvolvidas gestões visando:

- a contratação de empréstimos externos;
- a transformação do tipo jurídico da CEE;
- o aumento do capital do BERGS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

SECRETARIA DO TURISMO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO TURISMO
- II - SECRETÁRIO: Economista Edison Baptista Chaves
- III - SEDE: Rua Uruguai, 317 - 5º, 6º e 7º andares
- IV - ÓRGÃO VINCULADO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO-CR-TUR
- V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69:

Dada a sua recente organização, a Secretaria do Turismo foi estruturada nos precisos termos do Decreto nº 19.801/69.

VI - SÍNTESE DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

1. Criação da Secretaria do Turismo

Em 23 de julho de 1971, a Lei nº 6.237, criou a Secretaria do Turismo, com a finalidade de formular e por em execução a política de turismo no Estado, ficando a parte executiva a cargo da Companhia Rio-grandense de Turismo - CR-TUR. No primeiro período de suas atividades, a Secretaria do Turismo elaborou um documento - Turismo RS, Uma Nova Estratégia - que define as funções e justifica a criação dos três módulos operacionais que compõem a estrutura institucional do turismo.

Nele estão contidos os aspectos econômicos do Turismo e o que essa atividade representa para o Rio Grande do Sul, de acordo com os dados elaborados pela SUDESUL, na pesquisa que integra o Plano Re



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

gional de Turismo, feita em colaboração com o consórcio Engvix-Tecnibéria. O mesmo documento detalha a estrutura e funções dos três módulos e o relacionamento entre os mesmos; faz uma colocação da importância do setor público no desenvolvimento do turismo e detalha as formas como funcionam, integradamente, a Secretaria, a CR-TUR e CIUR.

2. Criação da Companhia Riograndense de Turismo
- CR-TUR.

O turismo foi definido pelo governo da União como atividade industrial. Isso significa que sua administração é diferente das demais, dentro das atividades do poder público. Dadas as características complexas do turismo, entre as quais, a mais marcante é sua dependência sazonal, torna-se necessário, juntamente com o órgão normativo que é a Secretaria do Turismo, a existência de um órgão com flexibilidade funcional e financeira, estruturado de forma a poder executar com a máxima rapidez e eficiência, os programas aprovados pela Secretaria do Turismo. A CR-TUR deve adaptar-se à dependência do Turismo aos princípios mercadológicos, isto é, qualquer mudança nas forças que delimitam o mercado - oferta e demanda - deve ser prontamente atendida com medidas corretivas, que são restituem o equilíbrio se tomadas imediatamente.

3. Criação da Comissão Inter-Setorial de Turismo
- CITUR.

Para a rápida difusão da política de desenvolvimento, adotada no setor turístico, foi necessário criar uma sistemática de entrosamento, integração de interesses e soma de esforços. Esses efeitos são atingidos através da CITUR; a sistemática desse módulo será desenvolvida principalmente através de seu caráter de órgão consultivo, de assessoria em alto nível ao Secretário do Turismo e de comissões consultivas, quando seu parecer for solicitado.

Tomando conhecimento dos planos e projetos da Secretaria do Turismo e da CR-TUR, os integrantes da CITUR e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

mitirão pareceres e sugestões, ao mesmo tempo em que as entidades representadas por seus componentes virão incorporar-se a esses trabalhos e serviços, de forma harmônica e coordenada.

A CITUR foi implantada a 17 de março do corrente. É constituída por representantes de cada uma das seguintes entidades: Secretarias de Estado; órgãos municipais de turismo; órgãos representativos da iniciativa privada; agentes financeiros e toda e qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, julgada necessária. Esta sistemática permite que os interesses do turismo transcendam ao âmbito restrito da Secretaria do Turismo, atingindo todos os setores públicos e privados dos quais depende o desenvolvimento da atividade turística.

4. Política promocional

Com a finalidade básica de criar uma imagem do Rio Grande do Sul, como centro de turismo, foi adotada uma política promocional. A Unidade de Promoção adotou como norma para a institucionalização turística do Rio Grande do Sul os títulos: Rio Grande do Sul - Brasil; Costa Gaúcha e Serra Gaúcha. Sob tais títulos, foram editados três folhetos - em português e em espanhol - e uma Revista.

Com a finalidade de fornecer ao turista o maior número possível de informações acerca das possibilidades de visitas que o Estado oferece, publicou-se o seguinte material informativo: Mapa Rodoviário, Guia de Hotéis e Calendário Turístico.

A mesma Unidade de Promoção elaborou mais de uma dezena de cartazes, em colaboração com congressos, certames e eventos que tenham interesse turístico no Estado.

5. Manual do Investidor

É o título provisório de trabalho que está sendo elaborado por esta Secretaria com a finalidade de fornecer ao investidor os dados técnicos necessários à compreensão do mecanismo legal que vem favorecer os investimentos no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

setor turístico. O manual, que será publicado brevemente, além de favorecer o desenvolvimento do turismo pelo aumento das aplicações no setor, pretende ser uma colaboração à campanha desfechada recentemente pelo governo do Estado, motivando a iniciativa privada a optar pelos incentivos fiscais ao turismo. Basicamente, o manual se compõe de um conjunto de informações sobre zonas turísticas, infra-estrutura, legislação turística, aspectos econômicos (custos de terrenos, custos de construção) necessidade de criação de alojamentos hoteleiros e extra-hoteleiros e financiamentos. De maneira geral, as informações são dirigidas ao empresário que deseja investir em projetos turísticos para mostrar-lhe, com dados concretos, as condições existentes no Estado e as facilidades para ingressar no setor dos investimentos turísticos. Serve, também, para motivar maior número de empresários devido aos esclarecimentos prestados.

6. Programa de Conscientização

Já que o turismo no Rio Grande do Sul saiu da fase de experiência empírica e está sendo tratado com apoio em bases científicas, para desenvolver-se como atividade econômica de caráter industrial, a Secretaria do Turismo tem a preocupação de criar uma mentalidade adequada ao incentivo do turismo receptivo para que a tradicional hospitalidade, tão espontânea no povo gaúcho, venha a ser acrescida daquele tanto de sofisticação que se torna essencial quando se recebem hóspedes. O programa de conscientização, permanentemente em curso, compreende conferências, palestras, entrevistas, distribuição de material para a imprensa, comparecimento a programas radiofônicos e de TV. Tanto o titular da Pasta como os supervisores e assessores cumprem tarefas nos programas de conscientização, comparecendo às reuniões e tomando parte em encontros que se relacionam com o setor.

Outros trabalhos feitos com esse mesmo sentido, incluem principalmente as seguintes atividades: Fase de Difusão do Plano Regional de Turismo, em colaboração com a SUDESUL e Assembleia Legislativa; programa de televisão para emissora da Guanabara; elaboração de trabalho para o Congres



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

122

so de Relações Públicas sobre o tema "Turismo como Relações Públicas do Setor Econômico do Governo"; participação no Seminário de Turismo de Gramado, realizado em colaboração com a Rede Brasil Sul de Comunicações e participação em encontros e seminários, com apresentação de trabalhos.

7. Planos Conjuntos

Alguns planos de trabalhos foram realizados com a participação de outros órgãos oficiais: fiscalização sanitária dos estabelecimentos situados nas rotas e localidades turísticas, em colaboração com a Secretaria da Saúde; sinalização turística nas rodovias de acesso aos locais de turismo da Costa e Serra e nas zonas urbanas, em colaboração com o DAER, Secretaria Municipal de Transportes de Porto Alegre e Touring Club.

8. Financiamentos

Realizou-se estudo para criar condições à Secretaria do Turismo de programar formas de financiamento à iniciativa privada, procurando compatibilizar ações de entidades federais, estaduais e particulares de crédito. Com tal medida, visa-se realizar atividades de promoção, expansão e captação das correntes turísticas; adequação e regulamentação normativa do funcionamento das empresas turísticas; facilidade no desenvolvimento da oferta turística mediante planificações específicas da oferta e mediante criação de canais creditícios apropriados e estabelecimento de estímulos fiscais.

9. Postos de Informações

A Secretaria do Turismo deu início ao que foi recomendado pelo Plano de Turismo, criando Postos de Informações. Para tanto, foram criados Postos em Chuí, Uruguaiana e Torres, 3 pontos importantes de entrada das correntes turísticas do Prata e do Centro do país. Além disso, foi instalado um estande de informações na nova sala de passageiros do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Aeroporto Salgado Filho e criado o Posto Central de Informações na Rua General Câmara nesta Capital.

Além disso, a Secretaria do Turismo, mantém, em regime de concessão, um estande de informações na Estação Rodoviária desta Capital, ao qual é fornecido material informativo.

ATIVIDADES-MEIO

Durante o exercício de 1.971, a Secretaria do Turismo efetuou despesas nas categorias abaixo especificadas:

I - Custeio	Cr\$ 1.421.951,16
II - Capital	Cr\$ 384.614,30

O número de funcionários fixos da Secretaria do Turismo é 40.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO TURISMO

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO - CR-TUR
- II - DIRETOR-PRESIDENTE: Dr. Luiz Emílio Correia Mayer
- III - SEDE: Rua Marquês do Herval, 200
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA CR-TUR

Constituída no dia 24 de novembro de 1.971, com a eleição e posse de sua diretoria, a CR-TUR procurou, desde logo, enquadrar-se no espírito inovador que o Estado introduziu no setor turístico.

Não obstante o curto período de suas atividades, ocupado em sua maior parte na organização física da empresa, na formação de seu quadro de funcionários, na constituição



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

de sua equipe técnica, a CR-TUR já deu início as suas atividades de executar os serviços da Secretaria do Turismo.

Inicialmente, seus técnicos elaboraram um estudo relativo à conjuntura turística riograndense, referente ao ano de 1.971, analisando o comportamento das principais variáveis componentes do mercado turístico.

Compreende-se nesta análise:

- a) estatística sobre a quantidade de turistas entrados no Rio Grande do Sul, classificados pela procedência;
- b) cálculo de permanência média no Estado;
- c) cálculo do gasto médio;
- d) meios de transporte utilizados;
- e) cálculo dos pernoites;
- f) pontos de entrada;
- g) cálculo do número de leitos disponíveis na indústria hoteleira situada nas zonas turísticas do Estado.

No que diz respeito à prestação de serviços a CR-TUR tomou a si o encargo, antes executado pela Secretaria de manutenção dos Postos de Informações Turísticas.

Desta forma, todos os postos existentes e mais o de Torres, recentemente inaugurado, passaram a ser mantidos e controlados pela Companhia.

Em relação à exploração dos recursos turísticos do Estado, a Companhia firmou contrato com o paisagista BURLE MARX para elaboração do projeto das áreas localizadas em Torres, bem como, contratou o levantamento ecológico da região, necessário e indispensável àquele projeto.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO PRESENTE EXERCÍCIO:

No setor técnico e promocional procurará a CR-TUR cumprir todas as funções a ela inerentes e descritas acima, além de executar todas as autorizações emanadas da Secretaria, dentro da estrutura funcional estabelecida. Em especial, na exploração dos recursos turísticos, a Companhia dirigirá sua ação, em primeiro lugar, aos pontos turísticos de maior afluxo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Assim, o início das obras do Parque de Torres está previsto para meados do corrente ano, eis que a primeira parte do projeto de Burle Marx, relativa à área da Guarita, deverá estar concluída até maio, permitindo sua execução imediata. Para o final do ano, as obras do restante do parque poderão ser iniciadas ou ao menos contratadas.

Caracol - Parque de propriedade da Companhia, integrado que foi ao Capital Social, deverá merecer toda a atenção com a realização de obras que permitam sua melhor exploração.

Parque de Iraí - De grande interesse para o turismo, o Parque de Iraí, será beneficiado, no corrente ano, com melhoramentos substanciais.

Postos de informações - Em cumprimento ao programa estabelecido pela Secretaria do Turismo, está prevista a construção dos postos de Yacaria, Nova Petrópolis e de Torres, este, agora, em caráter definitivo.

Campings e Albergues - É idéia da Direção da CR-TUR, a melhoria dos Campings existentes no Estado, bem como a criação de novos. Igualmente, será meta para o corrente ano, o estudo de viabilidade da construção de albergues da juventude, a exemplo do que já ocorre no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e outras cidades brasileiras.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - **ÓRGÃO:** SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
- II - **SECRETÁRIO:** Engenheiro Henrique Anavate
- III - **SEDE:** Rua Siquiera Campos, Edif. da Prefeitura - 11º andar
- IV - **ÓRGÃOS VINCULADOS:** COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
- V - **SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69:**

A Secretaria foi reestruturada segundo os princípios da Reforma Administrativa.

VI - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

Com a responsabilidade dos setores de energia e comunicações, fundamentais ao desenvolvimento do Estado e sua industrialização, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações desenvolve seus esforços através da Companhia Estadual de Energia Elétrica e da Companhia Riograndense de Telecomunicações.

Subsidiariamente atua, também, na exploração do carvão mineral no Estado, pela Companhia Riograndense de Mineração.

Para todas, a meta básica é a consolidação estrutural e financeira, capaz de dar garantia ao programa de investi



mentos destinado a acompanhar a evolução econômico-social do Estado.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

- I - **ÓRGÃO:** COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
- II - **PRESIDENTE:** General José Bastide Schneider
- III - **SEDE:** Rua Siqueira Campos - Edif. da Prefeitura - 119 and.
- IV - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

Com investimentos totais, no período, de aproximadamente 341 milhões de cruzeiros, dentro dos objetivos do Governo do Estado, prosseguem as obras que visam elevar, no quadriênio, de 80% a capacidade instalada de geração (de 580.000 kw para 1.063.000 kw), com a entrada em serviço de três usinas - Hidrelétrica de Passo Real e Passo Fundo e Termelétrica de Candiota II.

- Em Passo Real foi concluída a barragem, fechadas as com portas e completada a fase de acumulação de águas, crian do-se ali o maior lago artificial do Estado. Foi ini ciada a montagem dos equipamentos eletromecânicos e as obras civis da Casa de Força e Subestação tiveram conti nuação.
- Em Bagé começaram a chegar ao canteiro de obras de Can diota II os primeiros equipamentos nacionais e estran geiros e prosseguiram as obras civis e da Vila Residen cial. Um hotel foi concluído e em agosto assinado con trato e iniciadas as obras da barragem do Arroio Candio ta que servirá ao processo de resfriamento da usina.
- O projeto da Central Hidrelétrica de Itaúba que, com uma potência instalada de 500.000 kw, será a maior usina do Estado, foi concluído e recebida do Governo Federal a concessão para exploração do aproveitamento. Até 1975 deverão entrar em funcionamento as primeiras unidades geradoras.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- A Eletrosul, da qual o Estado e a CEEE são acionistas, concluiu a barragem da Central Hidrelétrica do Passo Fundo e tem a casa de máquinas em fase final de construção. O início das operações está previsto para o fim de 1972.

Com o substancial crescimento do potencial de geração não se descuidou, também, do incremento da transmissão e distribuição de energia que darão confiabilidade ao sistema.

As redes de municípios foram reformadas e em Porto Alegre prosseguem as obras da rede subterrânea que atenderá às necessidades da Capital além do ano 2.000. Foram ultima das linhas de transmissão (de alta tensão) numa extensão de 310 quilômetros e concluídas várias subestações. No se tor de Eletrificação Rural, além do apoio técnico às coo perativas, foram autorizadas 83 novas redes, que atende rão a 2.517 propriedades, o que, passando a receber esse be nefício, resultará em maior produtividade e conforto ã que la população interiorana.

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES
- II - PRESIDENTE: Doutor Jorge Rafael Cezar Moreira
- III - SEDE: Av. Borges de Medeiros, nº 512
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

O programa estadual de integração ao sistema te lefônico de regiões e comunidades isoladas prosseguiu, inclusive com a implantação, no interior, do entroncamen to de DDD (discagem direta à distância), colocando o Rio Grande em destaque perante os demais Estados da Federação. Completou-se a ampliação das centrais de Porto Alegre, i naugurou-se a central automática de Rio Pardo e ampliou-se a de Santa Rosa. Estavam em fase final de montagem as centrais automáticas de Santa Maria, São Marcos, Torres e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Rio Grande. A região sul do Estado, Bagê, Jaguarão, Herval e Pinheiro Machado foram ligadas à rede estadual em sistema UHF. Obras de menor porte, como recolocações e instalações de equipamentos, foram executadas em todo o Estado.

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
- II - PRESIDENTE: Engenheiro Arthur Wentz Schneider
- III - SEDE: Av. Venâncio Aires, 449 - 11º andar
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Explorando o carvão mineral nas Minas do Leão e de Candiota, produziu-se 258.600 toneladas com produtividade crescente. Com o objetivo de promoção social realizou cursos de Prevenção de Acidentes e de erradicação ao analfabetismo e, em convênio com a Secretaria da Saúde, mantém ambulatório e executou levantamento torácico e sanitário dos mineiros.

As instalações da Mina do Leão foram melhoradas substancialmente com a construção de novo depósito de explosivos, aquisição de equipamentos contra corrosão e aquisição de lanternas, substituição de rede de alta tensão e outros.

Está concluído o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que fornecerá à Central de Candiota, em Bagê, um carvão dos mais baratos do mundo, pela mineração a céu aberto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

SECRETARIA DOS TRANSPORTES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - **ÓRGÃO:** SECRETARIA DOS TRANSPORTES
- II - **SECRETÁRIO:** Engenheiro Paulo Nunes Leal
- III - **SEDE:** Av. Borges de Medeiros, 1555 - 18º andar
- IV - **ÓRGÃOS VINCULADOS:** DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS - DEPRC
DEPARTAMENTO AEROMARÍTIMO DO ESTADO - DAE
COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS - CINTEA
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS - CESA
- V - **SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69:**

A reorganização da Secretaria dos Transportes, dentro do que determina o Decreto nº 19.801/69 - Reforma Administrativa - já foi ultimada, estando apenas aguardando a publicação do Decreto respectivo.

- VI - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

A Secretaria dos Transportes, durante o transcorrer de 1971, iniciou, concluiu e deu andamento a um vasto conjunto de projetos, registrando sua atuação no setor de ensilagem e em todas as modalidades de transporte, com exceção da ferroviária.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DOS TRANSPORTES

- I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
- II - DIRETOR GERAL: Engenheiro Jorge Cláudio Xavier da Costa
- III - SEDE: Av. Borges de Medeiros, 1555
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Este Departamento obteve em 1971 o seguinte resultado:

- implantação de 231 km de estradas;
- asfaltamento de 275 km; 181 km de estradas novas e 94 km de recapeamento de pavimento desgastado;
- construção de pontes e viadutos numa extensão total de 1.675 m;
- conservação permanente de 9.639 km de estradas, dos quais 1.165 km pavimentados superiormente.

Cabe observar que:

- todos os contratos de abertura de novas rodovias, com uma única exceção, incluem a pavimentação superior das mesmas. Isto significa que a montagem da rede estadual principal é feita de modo definitivo e completo, abandonando-se o antigo uso de, primeiro, contratar a terraplenagem, para após, por novo contrato, tratar da pavimentação.

- as estradas em construção corporificam um processo de aperfeiçoamento do sistema estadual, pois, em sua grande maioria, destinam-se a substituir rodovias obsoletas, o que faz com que a extensão total da rede pouco se modifique em relação ao vulto dos investimentos.

Principais obras de pavimentação concluídas:

Santa Cruz do Sul - Rio Pardo - BR 290, (RS.7);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Pelotas - Canguçu (RS.8); Capão da Canoa - BR 101,(RS.90); Capivari - Osório, (RS.106), pavimento provisório; Cachoeirinha - Osório,(RS.2/17), recapeamento.

Estas duas últimas obras merecem destaque, diante do problema surgido com o intenso tráfego desviado para a BR 101 que, junto com aquele devido à construção da BR 290, ameaçou a trafegabilidade do acesso ao litoral.

A recuperação da RS 17 e a nova rota Porto Alegre-Viamão-Capivari-Osório, RS 1/106, garantiram o tráfego nessa importante conexão.

Implantações concluídas de maior importância:

Santa Maria-São Pedro e Sarandi-Palmeira das Missões.

Principais trechos que continuam em obras em 1972

RS 1: Estiva-Capivari	implantação e pavimentação
RS 3: Mariante-Santa Cruz	implantação e pavimentação
RS 4: Caí-Farroupilha	implantação e pavimentação
RS 10: Cruz Alta-Ijuí	implantação e pavimentação
RS 11/38:Muçum-Cruzeiro do Sul	implantação e pavimentação
RS 13 (BR 386) Tabai-Canoas	implantação e pavimentação
RS 15: Santa Rosa-S.Ângelo	implantação e pavimentação
RS 62: Santa Maria - São Sepê	implantação e pavimentação
RS 26/99:São Vendelino-Adolorata	implantação e pavimentação
RS 1: Palmares-São José do Norte	implantação
RS 10: Três de Maio-Ijuí	implantação
RS 25: Tamandaré-Farroupilha	implantação
RS 105:Charqueadas-BR 290	implantação

Pontes principais prontas em 1971

Rio Toropi, 214 m; Rio Jacuizinho, 135 m; Arroio Santa Clara, 185 m; Rio Ibicuí, 341 m e Rio Conceição, 109 m.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Obras de Arte Especiais em andamento:

Estão em execução 20 obras de arte especiais que somam uma extensão total de 2.521,00 m. Ressaltam as seguintes:

Rio das Antas, 310 m; Rio Jacuí, 330 m; Arroio Forqueta, 150 m; Rio Uruguai, 574 m(Passo do Goio-En) e Arroio dos Ratos, 366 m.

- I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS
- II - DIRETOR GERAL: Engenheiro Sérgio da Costa Matte
- III - SEDE: Av. Mauã.
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

É de ressaltar os esforços desta Autarquia no sentido de aumentar a participação dos usuários nas operações portuárias, através à implantação de instalações próprias.

Em decorrência, foram iniciadas neste exercício a construção da fábrica e terminal da empresa de fertilizantes Luchsinger, Madörin S/A, em Rio Grande; a construção de um reservatório para amônia líquida, pela Fertisul, também em Rio Grande; a construção do oleoduto da Refinaria Ipiranga S/A, ligando o pier petroleiro à Refinaria daquela empresa, em Rio Grande; a construção de um armazém graneleiro, pela SAMRIG, para movimentação do farelo de soja, em Rio Grande. Além disso, foram examinados diversos projetos de instalações particulares, destacando-se a aprovação final de uma instalação para movimentar óleos vegetais, no cais Navegantes, em Porto Alegre, de propriedade da SAMRIG. Dentro das atividades gerais do DEPRC, sobressaem aquelas ligadas à expansão do Porto de Rio Grande: execução do levantamento da área de 1.800 ha, decretada de utilidade pública e participação no julgamento da concorrência para o Plano Diretor do Porto de Rio Grande, realizada pelo DNPVN.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Quanto às obras, serviços e aquisições, podemos relacionar o seguinte:

- com recursos próprios deu-se andamento à ponte sobre o Saco da Mangueira em Rio Grande (inversão até 31/12 de Cr\$ 1.300.000,00) e a ampliação do frigorífico João Mascarenhas, também em Rio Grande (inversão em 71 de Cr\$ 714.000,00).

- a Barragem de Bom Retiro do Sul teve sua construção continuada dentro de um ritmo bastante satisfatório, agora com recursos fornecidos pelo DNPVN, em face do convênio firmado com essa Autarquia Federal.

- com recursos provenientes do Fundo de Melhoria dos Portos, deu-se andamento, nos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, a diversas obras e serviços: pavimentações, reforma, ampliação e construção de armazéns e outros melhoramentos.

Adquiriu-se, também, para os mesmos portos, variado equipamento: carregadores de grãos sólidos, empilhadeiras, caminhões, pás mecânicas, etc.

Foi dragado um total de, aproximadamente, ... 1.300.000 m³: com recursos do Fundo Portuário Nacional, 489.126 m³ e com recursos próprios, 767.000 m³.

O movimento dos três portos, importação e exportação, durante 1971, foi estimado em 8.100.000 t, recorde absoluto que representa um incremento de 20% sobre a movimentação de 1970.

I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO

II - DIRETOR GERAL: Coronel Aviador Carlos Duarte Neto

III - SEDE: Rua Siqueira Campos, 1184 - 6º andar

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Resumo geral das atividades de manutenção e melhoria de Aeroportos:
Terraplenagem 130.000 m³



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

113,

Pedrisco e saibro aplicados no reforço de pavimento	20.000	m ³
Cercas novas e recuperadas	74.000	m
Prédios recuperados		3
Estações de passageiros mobiliadas		4

O número de aeroportos atendidos alcançou a 26 destacando se pelo montante dos recursos aplicados:

- Alegrete - empedramento das pistas de pouso e de esta^çonamento, drenagem.
- Erexim - reforço de pavimento, drenagem e cercamento,
- Novo Hamburgo - ampliação da faixa de pouso.
- Pelotas - Mobiliário da estação, cercamento, drenagem, sinalização e outros.
- Santa Maria - Nova estação de passageiros em convênio com o Ministério da Aeronáutica.
- Salgado Filho - Porto Alegre - convênio com o Minist^ério da Aeronáutica para construção da estação de passagei^ros e outros serviços. Recuperação da via interna de a^ccesso aos hangares particulares e oficinas do DAE e VARIG.
- Santo Ângelo - urbanização da área fronteira à nova es^tação de passageiros.

Foi concedido, em auxílios, um total de Cr\$ 104.105,82 a 31 entidades.

Entre estas, a Federação dos Aeroclubes, 25 aeroclubes, 3 clubes de aerodelismo, o Clube de Paraque^udistas do Rio Grande do Sul e o Clube de Planadores Albat^roz.

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS
- II - DIRETOR-PRESIDENTE: Engenheiro Fernando Nunes Soares
- III - SEDE: Rua Siqueira Campos, 1184
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

A Companhia apresentou o seguinte elenco de o^bras e melhorias concluídas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- armazéns de Getúlio Vargas e Bento Gonçalves: reforma total com aparelhamento para operar a granel com aumento de utilização prevista em torno de 80 a 90%, respectivamente.

- armazéns de Canguçu, Sobradinho, Vacaria, Camapuã, Caçapava do Sul, Ibaré, Hulha Negra e Rio Grande: reformas diversas de prédios, instalações, equipamentos, obras variadas com aumento de utilização prevista que varia de 20% (Rio Grande) a 70% (Hulha Negra).

- silos de Lagoa Vermelha, Porto Alegre e Carazinho: substituição de balanças pesa-veículos por balança pesa-jamanta para 60 t. Outros melhoramentos, visando maior dinâmica no recebimento e expedição:

- mudança de ciclagem de 50 para 60 hz nas unidades de Erechim, Lagoa Vermelha, Getúlio Vargas, Passo Fundo, Carazinho, Santa Bárbara do Sul, Cruz Alta, Ibirubã, Palmeira das Missões, Santa Rosa e Santo Ângelo, com enorme economia nos custos com aumento de rendimento operacional.

- aquisição de terrenos para construção de graneleiros em Santa Bárbara do Sul, Bagé e Cruz Alta.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS

II - DIRETOR PRESIDENTE: Contador Clóvis Tartarotti

III - SEDE: Rua Padre Chagas, 66

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

O Estado, por intermédio da CINTEA, com participação dos municípios, dá andamento a um projeto de estradas alimentadoras, financiado pelo BNDE.

Esta Companhia obteve os seguintes resultados globais:

Implantação concluída, 185 km;

Revestimento concluído, 124 km;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

Obras de arte concluídas, 32 unidades com uma extensão total de 437 m.

Estão ainda, em ataque, 14 km de implantação e 23 m de pontes.

Como estradas prontas, relacionamos:

Guaíba-Divisa com Barra do Ribeiro, (GB 10); Tapes-Divisa com Barra do Ribeiro (TP 10); BR 290 - Bom Retiro de Guaíba (GB 950); BR 116-Divisa Barra do Ribeiro/Guaíba (BA 700); S. Salvador do Sul - Linha Júlio de Castilhos (SS 400); Santa Rosa-Cândido Godof (GG 450); Jacutinga-Divisa Erexím (JA 198); Erexím-Divisa Jacutinga (EX 198).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

127

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

II - SECRETÁRIO: Doutor Roberto Geraldo Coelho Silva

III - SEDE: Rua Siqueira Campos, 1184 - 3º, 4º e 5º andares.

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
FUNDAÇÃO SULRIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO

V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO
Nº 19.801/69:

A Secretaria do Trabalho e Ação Social foi reestruturada segundo as normas estabelecidas para a Reforma Administrativa do Estado, através do Decreto nº 21.215/71.

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

1 - Nos termos do art. 1º, Supervisão Técnica, 1.2, do Decreto nº 21.215/71, a Unidade de Serviços Sociais (USS) é o agente setorial da Secretaria no Sistema de Promoção Social, incumbida da coordenação operacional do referido Sistema. Existia "de fato" na estrutura antiga da Secretaria do Trabalho e Ação Social, como "Divisão de Serviço Social".

Incluem-se entre as realizações da USS em 1971 os Seminários de Capacitação Comunitária, precedidos dos cursos de treinamento para coordenadores de grupos. Esses seminários, de larga reper



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

cussão social, foram realizados com a colaboração do Serviço Social da Indústria - SESI, Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA e Secretaria da Saúde. Outros Seminários de Capacitação Comunitária realizados: no bairro Farrapos em Porto Alegre e no município de Minas do Butiã. Entre os cursos diretamente realizados destacam-se o de Liderança, nos bairros Farrapos e Tristeza, o de Reciclagem e de Introdução à Coordenação de Programas de Bem Estar, específico o último para Assistentes Sociais. Paralelamente, a Unidade de Serviços Sociais prestou Assessoramento Técnico a diversas associações comunitárias da Capital. As Agências Comunitárias da Unidade de Serviços Sociais realizaram um total de 16 cursos - com 51 turmas, globalizando 539 concluintes. A atividade de campo, específica nas agências, alcançou 1 123 entrevistas.

Secretaria do Trabalho e Ação Social, através da Unidade de Serviços Sociais, mantêm acordos com 65 entidades da Capital e do interior do Estado, que se destinam, especificamente, ao amparo à velhice, somando 559 atendimentos, como visitas domiciliares, entrevistas, estudos sócio-econômicos, etc.

- 2 - Interiorização da Secretaria - Encontra-se em andamento o plano elaborado pela STAS: "Interiorização e Integração das Atividades da Secretaria do Trabalho e Ação Social - Agências de Integração" (em exame na Secretaria de Coordenação e Planejamento).

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- II - DIRETOR PRESIDENTE: Bacharel Deoclécio Galimberti
- III - SEDE: Rua dos Andradas, nº 1234, 13º andar.
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

No ano de 1971, a Companhia de Habitação do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Estado do Rio Grande do Sul, desenvolveu as atividades abaixo relacionadas:

- 1 - Reformulação no sistema de arrecadação da COHAB-RS;
- 2 - Desenvolvimento dos projetos de construção de casas, totalizando cerca de 6 000 unidades habitacionais;
- 3 - Projetos de reformulação: Érexim - 156 casas; Cachoeirinha - 377 casas;
- 4 - Entrega dos núcleos às Prefeituras; venda às Prefeituras Municipais dos núcleos já construídos, nas mesmas normas estabelecidas pelo BNH.
- 5 - Financiamento às Prefeituras Municipais para execução de obras de infra-estrutura (água, luz, esgotos e calçamento) em conjuntos já existentes e carentes destas especificações;
- 6,- Estudos preliminares para instalação de uma "agrovila" no Banhado do Colégio, em Camaquã;
- 7 - Gestões junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre para entrega da Vila Farrapos, bem como de sua imediata participação na recuperação das ruas, recolhimento de lixo, aterro sanitário nas praças e recuperação das galerias de esgoto pluvial;
- 8 - Conclusão de 20 casas em terreno próprio em São Vicente do Sul, inauguradas em 20.11.71;
- 9 - Execução de rede elétrica no conjunto residencial de Barra do Ribeiro, por repasse à Prefeitura;
- 10 - Solução do problema de esgoto em Itaqui, (132 casas);
- 11 - Assinatura de convênio especial com o BNH, em 8.11.71, no montante de cerca de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), para utilização no triênio 72/74 em habitações populares;
- 12 - Reestruturação total das Agências Regionais de Porto Alegre, Alegrete, Passo Fundo, Pelotas, Rio Pardo e Santo Ângelo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO
- II - PRESIDENTE: Professor Jorge Furtado
- III - SEDE: Avenida Borges de Medeiros, 340 - 19 andar
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Atividades desenvolvidas pela Fundação Gaúcha do Trabalho, no exercício de 1971:

1) FGT - Cursos ministrados em 1971	633
Alunos treinados em 1971	9 779

a) Cursos no setor industrial:
385 (23 profissões) - 5 935 Formandos

b) Cursos no setor agrícola e rural:
61 cursos para 981 alunos

c) Cursos para soldados - ACISO -
124 cursos (25 profissões) para 1 606 soldados

d) Cursos no setor da construção civil:
(iniciados no fim do ano de 1971)
3 cursos para 36 alunos.

2) Unidade de Assistência ao Trabalhador - UAT - Constituição do Cadastro Sindical. Em 1971, através do Núcleo de Colocação e Reemprego, foram expedidas 1 551 cartelas profissionais.

Cumprindo determinação governamental, com o objetivo de incrementar o associativismo sindical, oportunizando o surgimento de novas lideranças, a UAT fez realizar o 19 Torneio Inter-Sindical do Estado, que congregou 20 Sindicatos do Estado, nas modalidades de Futebol de Campo e de Salão.

a) Núcleo de Colocação e Reemprego - 1971
Busca de vagas (visitas)

12 790



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Número de solicitações das empresas e firmas (vagas)	11 914
Pessoas atendidas no MCR	41 248
Pessoas encaminhadas	5 843

- I - **ÓRGÃO:** FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR
- II - **PRESIDENTE:** Major Devanir Pinto, substituído, a pedido em 21.03.72.
- III - **SEDE:** Avenida Padre Cacique, nº 1372
- IV - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor realizou, no decorrer do ano de 1971, as seguintes atividades:

- 1) reinício das obras do Centro de Recepção e Triagem;
- 2) reformulação do sistema diretivo das instituições próprias da FEBEM;
- 3) dinamização no sistema de fiscalização das instituições privadas que mantêm convênios com a FEBEM;
- 4) estudos e primeiros contatos (Passo Fundo e Santa Vitória do Palmar) relativos à interiorização dos serviços de atendimento ao menor, ao problema dos engraxates em Porto Alegre e ao dos excepcionais, menores e abandonados do Estado;
- 5) A Unidade de Assistência ao Menor da Secretaria do Trabalho e Ação Social fez realizar o 1º Encontro do Sistema de Assistência ao Menor, dias 20, 21 e 22 de dezembro de 1971, preliminar do estudo de estruturação desse Sistema, previsto na Reforma Administrativa; foram debatidos igualmente vários aspectos da problemática do menor;
- 6) em 1971, prestou assistência direta a 5 019 menores e indiretamente (convênios) assistiu a 25 936 menores;
- 7) registrou 131 instituições de menores e firmou 126 acordos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

dos para atendimento a 2 290 menores em 40 municípios do Estado;

8) 49 famílias foram assistidas financeiramente, ocasionando assistência indireta a 237 menores; 368 menores foram colocados em lares substitutos e capacitadas mais 80 famílias como substitutas;

9)-Rede de Instituições próprias:

a) Instituto Central de Menores - contenção masculina 250 menores

b) Instituto Santa Marta - contenção feminina - 45 menores.

c) Instituto Padre Cacique - iniciação profissional - 160 menores.

d) Instituto Nehita Martins Ramos - semi-aberta - masculino - 120 menores.

e) Instituto Ana Jobim - semi-aberta, feminina - 200 menores.

f) Instituto Infantil de Ipanema - crianças de 6 a 12 anos, mista - 150 crianças.

g) 10 Casas Lares - para egressos dos Institutos.

h) Organização do Pequeno Trabalhador Ambulante, instituição aberta para menores de 10 a 16 anos, com atendimento médio diário de 130 menores.

-Atendimento das instituições próprias em 1971 - 4.044 menores.

-Tratamento Psicossocial com Menores (direta e indiretamente) - 24.405.

-Entre as obras, cabe destacar a conclusão de mais uma ala no Instituto Central de Menores, para os casos de alta periculosidade.

10) Implantação do orçamento-programa: na FEBEM foram gastos, em 1971, Cr\$ 6.253.540,00. Verificou-se incentivo à produção: marcenaria, tipografia, saboaria, malharia, artesanato, serralheria, colchoaria e sapataria, visando à auto-suficiência do órgão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

120.

- I - **ÓRGÃO:** FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA
- II - **PRESIDENTE:** Doutor Ernani Coelho
- III - **SEDE:** Rua dos Andradas, nº 1234 - 11º andar - sala 1104
- IV - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

A Fundação Sul-Rio-grandense de Assistência é concessionária da Loteria do Estado, distribuindo o lucro líquido a entidades hospitalares e assistenciais que, em 1971, alcançou Cr\$ 1.072.000,00, assim distribuídos:

- Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - Cr\$ 600.000,00
- 140 entidades (59 hospitalares e 81 instituições as sistenciais) - Cr\$ 472.000,00

Esses auxílios beneficiaram entidades de 70 municípios do Estado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

107.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - **ÓRGÃO:** SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS
- II - **SECRETÁRIO:** Engenheiro Jorge Englert
- III - **SEDE:** Rua Siqueira Campos, 1044 - 4º, 5º, 6º e 7º andares
- IV - **ÓRGÃO VINCULADO:** COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO-CORSAN ESTALEIRO MABILDE, órgão vinculado, cujas instalações foram arrendadas para o Estaleiro Lucena Ltda., encontra-se, atualmente, em fase de liquidação, não atuando em sua personalidade jurídica originária.
- V - **SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69.**

Com referência ao Decreto nº 19.801/69, a SDO foi reformulada, adaptando-se seus objetivos ao realismo da problemática atual, para prestação de serviços adequados à comunidade, com métodos e estruturas modernas.

VI - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**

No decurso do ano de 1971 passou a Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas por importantes transformações, quer em sua estrutura administrativa, quer em seus objetivos.

Pelo Decreto nº 21.195, de 12.7.71, foi alterado o antigo nome de Secretaria das Obras



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Públicas, a qual passou a denominar-se Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.

Na mesma data, foi assinado o Decreto nº 21.196, dispondo sobre a estrutura básica da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e fixando-lhe as novas atribuições, que podem ser assim resumidas:

- 1 - pesquisar, elaborar e implantar programas e projetos de desenvolvimento regional e local;
- 2 - orientar sobre a política do desenvolvimento regional e local, a administração direta e indireta e o setor privado;
- 3 - dar assistência técnica aos municípios e suas associações para a implantação de planos;
- 4 - elaborar e implantar programas e projetos de prédios e obras públicas;
- 5 - conservar os prédios do Estado;
- 6 - promover a integração das atividades do Poder Público com as Universidades e órgãos afins;
- 7 - promover o saneamento básico e do meio ambiente.

Dentro das atribuições contidas no item I, acima, foi concluído o projeto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Caí, elaborado por técnicos alemães e contando com a participação de técnicos e pessoal administrativo da SDO.

Ainda no âmbito do desenvolvimento regional, foi concluído o planejamento integrado da Bacia do Rio Taquari-Antas, contratado com a firma especializada, sob a fiscalização dos técnicos da SDO.

No que diz respeito à orientação e assistência técnica aos municípios, foi dado atendimento às solicitações de trinta e seis municípios riograndenses. Nesse campo a atuação da SDO desenvolveu-se na execução de levantamentos topográficos; no levantamento de dados sócio-econômicos para formulação de projetos; na elaboração de projetos de paisagismo; na elaboração de planos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

diretores e, ainda, na orientação e assistência técnica para análise e implantação de projetos.

Com a finalidade de capacitar os técnicos da SDO no exercício das novas funções impostas pela reforma administrativa da Secretaria e, visando o atendimento da nova programação local e regional, foi realizado um curso sobre planejamento e assistência técnica, destinado aos engenheiros residentes da SDO.

A participação de técnicos da SDO em Seminários de Política de Desenvolvimento Regional e Urbano, em áreas metropolitanas, serviu bem aos propósitos da Secretaria, tendo em vista a participação do Estado no Conselho Metropolitano dos Municípios.

Esses cursos foram realizados sob o patrocínio do Ministério do Interior, através do SERFHAU, e se desenvolveram nas cidades de Brasília e Porto Alegre.

O Estado tem representação no Conselho Metropolitano de Municípios, através do Secretário do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, que é o atual Presidente do Conselho.

Subordinado ao Conselho Metropolitano de Municípios funciona o GERM - Grupo Executivo da Região Metropolitana, que desenvolve suas atividades no sentido de formular um plano diretor para a Região Metropolitana.

Relativamente à construção e manutenção de prédios públicos, intensa foi a atividade da SDO durante o ano de 1971.

No setor de estudos e projetos, foram elaborados os seguintes:

<u>PROJETOS</u>	<u>EXECUTADOS</u>	<u>EM EXECUÇÃO</u>
de Arquitetura	32	34
de Instalações	37	10
de Estruturas	19	4
	88	48



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

125

A Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - SDO, concluiu ou iniciou 178 obras novas, conforme o seguinte resumo:

1 - Obras concluídas	111 unid.	Cr\$	12.917.896,00
2 - Obras em andamento	75 unid.	Cr\$	12.931.972,00
3 - Conservação de Prédios	1.359 unid.	Cr\$	1.477.255,00

O Parque Zoológico do Estado recebeu especial atenção no ano que passou, visando proporcionar condições para a formação cultural e para recreação.

Foi desenvolvida intensa campanha publicitária, buscando incrementar a visitação pública. Essa campanha promocional, intitulada "VAMOS TODOS AO ZOO", foi coroada de pleno êxito, pois o número de visitantes ao Zoo duplicou em relação ao ano anterior. Para atender a esse afluxo de público, o Parque Zoológico recebeu inúmeras melhorias, adequando-o às suas finalidades e necessidades. Novas espécies animais foram adquiridas e incorporadas ao Zoo, em número de 14, enriquecendo, desta forma, o seu plantel.

Dentre as novas atribuições da SDO está a de promover o saneamento do meio ambiente. Nesse sentido e objetivando melhores condições para o atendimento desse Setor, a SDO elaborou a estrutura do "Sistema de Combate à Poluição", cujo anteprojeto está sendo analisado pelos setores competentes do Governo do Estado.

ATIVIDADES MEIO

O órgão básico das atividades-meio da SDO é a Supervisão Administrativa. Está a seu cargo o processamento administrativo do trabalho das Supervisões Executivas, a S.U. e a S.O., e da administração superior.

Por sua vez, as Supervisões executivas, possuem seus órgãos-meio específicos, destinados ao processamento do trabalho técnico que lhes cabe.

A Supervisão Administrativa, além do trabalho administrativo de rotina, trabalhou na elaboração de convê



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

nios, contratos, coordenação de atividades administrativas, coordenação de atividades técnicas, internas e externas, atividades de representação externa da Pasta, coordenação administrativa dos representantes regionais (em número de 27 no território do Rio Grande do Sul) e coordenação administrativa de promoções diversas, como cursos para formação e treinamento de pessoal, etc.

Os órgãos-meio das Supervisões executivas trabalharam no processamento e auxílio das missões técnicas.

Com este elenco de atividades, está a SDO perfeitamente integrada na política de realizações do atual Governo, com perspectivas bastante promissoras para o ano de 1972, levando em conta os programas já elaborados para o setor de desenvolvimento, obras, saneamento básico e do meio ambiente e, por fim, na recreação pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E OBRAS PÚBLICAS**

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- II - DIRETOR PRESIDENTE: Engenheiro Telmo José Bins
- III - SEDE: Rua Caldas Junior, 120 - 17º, 18º e 19º andares
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Através da CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento, teve desenvolvimento intenso o programa de abastecimento de água no interior do Estado, quer em ampliações ou reformas de redes, novos sistemas postos em funcionamento ou, ainda na construção de novos sistemas a serem concluídos em 1972.

Seis novas unidades foram postas em funcionamento no ano que passou.

Foram realizadas obras de construção, reformas e ampliação dos sistemas de 64 cidades, com um total de 325.000 metros de rede assentados.

Adaptações e troca de grupos elétricos e mecânicos foram efetuados em 51 cidades, sendo, ainda, perfurados 29 poços tubulares, representando um total de 2.900 metros perfurados, o que dá uma média de mais de 100 metros por poço.

Estão em pleno desenvolvimento as obras relativas aos contratos de financiamento assinados com o BNH, através do Sistema Financeiro de Saneamento, para 22 cidades.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

SECRETARIA DA SAÚDE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAÚDE

II - SECRETÁRIO: Doutor Jair de Oliveira Soares

III - SEDE: Avenida Borges de Medeiros, 308 - 15º andar

IV - RELACIONAMENTO COM OUTROS ÓRGÃOS:

A Secretaria da Saúde desenvolve atividades de Assistência Médico-sanitária, Hospitalares e Odontológicas e mantém convênios, acordos e contratos, firmados com entidades privadas, estaduais, municipais e federais.

V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69.

A Secretaria da Saúde encontra-se em fase final de reestruturação, de acordo com as disposições do Decreto nº 19.801/69.

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

A saúde da população, numa área geográfica é o resultado da interação de vários fatores, causais e condicionantes.

As variações que a saúde coletiva apresenta, num período dado, resultam também de ações diversas sobre o complexo ecológico-social e as que se dirigem propriamente ao setor.

Neste item estão citadas algumas das ações da Secretaria da Saúde, que visam diretamente à Saúde Pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Saúde Mental

A ênfase dada ao setor de doenças mentais, deve-se às dimensões que este problema toma com o passar do tempo, vindo a constituir-se num desafio à capacidade do administrador.

A verba liberada por Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, associada aos demais recursos disponíveis, propiciou um trabalho de reaparelhamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

A implantação de uma nova filosofia em termos de saúde mental, que faz uso de modernas técnicas psicoterapêuticas, procurará com maior empenho, devolver o doente mental para o convívio da sociedade.

É plano da Secretaria da Saúde, no setor de doenças mentais, a descentralização do atendimento dos doentes mentais, diminuindo a carga do Hospital Psiquiátrico São Pedro, através da criação de cinco unidades de atendimento psiquiátrico em Porto Alegre e quinze distribuídas pelo interior do Estado.

Unidades Sanitárias

Foi realizado um levantamento das Unidades desta Secretaria em todo o Estado, concluindo-se pelas precárias condições de funcionamento dos mesmos.

O Secretário da Saúde, em viagem realizada por determinação do Senhor Governador, à região da Grande Santa Rosa, colheu ótimas impressões sobre o funcionamento dos Centros de Assistência Médico Social (CAMS), que atuam dentro de uma integração comunitária, com a participação do Estado e a Prefeitura. Com base nisso, a Secretaria da Saúde, através do seu corpo técnico, elaborou um documento base sobre um novo tipo de Unidade Executiva, que se constituirá como empresa forte e eficiente, interagindo todos os setores de saúde pública da comunidade e para a qual deverão convergir os recursos materiais e humanos para promoção da saúde e bem-estar da área.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Vigilância e controle Epidemiológico

A Unidade de Controle Epidemiológico, desta Secretaria, através de suas Equipes e respectivos Núcleos, está empenhada no estudo e na avaliação das doenças no Estado, seus fatores condicionantes, a fim de se chegar a um controle ou erradicação, conforme o equacionamento das prioridades. Destaca-se, nesse aspecto, intensa campanha de combate à varíola, através da vacinação de bloqueio e de manutenção.

A erradicação da varíola é um objetivo das autoridades sanitárias internacionais, nacionais e regionais. Até 1976, a varíola deverá estar extinta no mundo. Numa primeira etapa, procura-se vacinar, no menor espaço de tempo possível, 80% da população. Isto foi feito em nosso Estado, como em todo o país, pela ação conjugada do Ministério da Saúde, da Organização Panamericana da Saúde e da Secretaria da Saúde. No Rio Grande do Sul foram vacinadas 6.527.372 pessoas entre 29 de setembro de 1969 e 20 de novembro de 1970, com isto atingindo-se o percentual de 80%.

Depois da etapa inicial deve-se evitar que a varíola volte. Para isto devem ser vacinadas as crianças de 6 meses em diante, nascidas após a vacinação em massa e os que não foram vacinados, por qualquer motivo.

Estamos, pois, numa nova fase da campanha contra a varíola, numa fase decisiva, pois terminará com a ameaça da doença no Rio Grande do Sul. Para este fim a Secretaria da Saúde iniciou no dia 16 de agosto a vacinação de manutenção nos municípios que fazem fronteira com a Argentina e o Uruguai. Este trabalho foi executado pelas Unidades Sanitárias locais e teve a ajuda da Unidade de Vigilância Epidemiológica. Toda a vacinação foi feita com injetor. Este injetor não usa agulha, é rápido e higiênico, deixando cicatriz quase invisível. A vacina utilizada é preparada pelo Instituto de Pesquisas Biológicas da Secretaria da Saúde.

O total de municípios que foram atingidos é de 22 e a conclusão dos trabalhos se deu em dezembro/1971.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Com este trabalho, a Secretaria da Saúde dá sua colaboração para o cumprimento de compromissos internacionais que integram nosso país nos grandes movimentos da Saúde Pública mundial.

Em todo o Estado foram vacinadas 386.992 pessoas.

No mesmo sentido, foram realizados trabalhos de vacinação contra a poliomielite, procurando atingir toda a população infantil do Estado, numa ação integrada pelas Unidades Sanitárias e escolares.

Intensificou-se, por outro lado, a vacinação e a luta contra a tuberculose, principalmente, na população infantil e ampla campanha de orientação sobre o assunto à comunidade.

Ainda no setor de combate às doenças transmissíveis foram realizadas 105 viagens aos diversos municípios do Estado, com a finalidade de orientar e supervisionar as Unidades Sanitárias no combate à lepra.

Combate ao Câncer

A Organização Mundial de Saúde rotulou o câncer do colo uterino como doença prevenível. É sob este aspecto que a enfermidade deve ser encarada na saúde pública. Atualmente as armas que a ciência médica possui para alcançar este objetivo são três:

- a) exame ginecológico
- b) exame colpocitológico
- c) exame colposcópico

Estes exames devem ser realizados anualmente em toda mulher após os 25 anos de idade.

Por tudo isso, a instalação de ambulatórios de prevenção do câncer do colo uterino e de diagnóstico precoce do câncer da mama, é uma das metas da Secretaria da Saúde. Estes ambulatórios visarão principalmente a população de mínimas condições sócio-econômicas não amparada pelas organizações médicas previden



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

ciárias ou particulares.

A Educação para Saúde fará o trabalho de motivação e sensibilização da mulher para realizar exames de prevenção, anualmente.

Esta parte do programa atingirá todas as camadas sócio-econômicas.

Ainda nas metas da Secretaria da Saúde consta a organização do centro de registro do câncer de qualquer localização.

Dentro deste escopo, no mês de janeiro de 1972, Sua Excelência, o Senhor Governador inaugurou o Ambulatório de Prevenção do Câncer Ginecológico e o Centro de Registro do Câncer.

Equipe Materno-Infantil e Nutrição

Uma das metas da atual administração, comum às do Governo Federal, é a assistência materno-infantil. Esse trabalho está sendo executado, atualmente, por força de convênios e acordos, em 4 Postos de Puericultura e 3 Ambulatórios da Capital, e em 5 Postos de Puericultura no interior do Estado. As principais medidas adotadas são no sentido de proceder à vacinação sistemática BCG-oral, vacina tríplice, anti-poliomielite, anti-varicela, instalar lactários para o atendimento materno-infantil e a disciplina do fornecimento do leite em pó para a alimentação do lactente, campanha de controle de verminose e educação sanitária paralela.

Recentemente, o Senhor Governador, vem de assinar o Decreto que torna obrigatória a Carteira de Saúde para todas as crianças menores de 14 anos.

O Senhor Secretário da Saúde afirma que este é um investimento altamente rentável, uma vez que as despesas são compensadas pelas contra-prestações futuras de uma comunidade física e psiquicamente sadia. As crianças são os homens de amanhã. Devem, portanto, ser tratadas, desde seu nascimento, com o maior interesse.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Nas Carteiras de Saúde, serão registradas as vacinas, as condições de saúde, a alimentação, o nascimento e desenvolvimento da criança, as reações a que está sujeita, se possui normalidades físicas ou psíquicas, enfim, será um repositório completo de sua vida pregressa, orientando os pais para as imunizações futuras e outros cuidados de puericultura para assegurar-lhe um futuro sadio, dando-lhe uma mente sã em um corpo sadio.

Centro de Registro para Controle do Doador e Receptor do Sangue

Já está em funcionamento, na Unidade de Planejamento, um projeto extremamente amplo, para a implantação modular: inicialmente, um cadastramento de doadores processado eletronicamente, logo após será fornecida a Carteira de Doador de Sangue, segundo o modelo da Comissão Nacional de Hemoterapia e a emissão quinzenal ou semanal de Boletim, informando aos Bancos de Sangue sobre irregularidades ou complicações (doadores que doam com frequência superior à prescrita, doadores reprovados, complicações infecciosas chegadas ao conhecimento de qualquer banco, incidência de diversas patologias nos doadores, etc). Posteriormente, dependendo de estudos sobre a viabilidade financeira, será feito o cadastramento de todas as transfusões realizadas nos últimos seis meses, o que permitirá a qualquer momento a identificação do doador-receptor, com suas consequências e implicações epidemiológicas e profiláticas. Esta etapa é de mais difícil execução, pois exigirá arquivo de ordem de 50.000 a 100.000 fichas perfuradas e consumo elevado de horas de computador.

Fiscalização e Controle ambiental

Outro aspecto que merece destaque é a ação desenvolvida pelos Comandos Sanitários, no que respeita à conservação e venda de alimentos nos bares, restaurantes, açougues, etc. Na Capital e no interior, acentuou-se a fiscalização na venda do leite cru e a obrigatoriedade de análise pelo IPB, da composição química dos refrigerantes, disciplinando o funcionamento de diversas fábricas que exerciam suas atividades ilegalmente, sem o competente "Alvará de Licença".



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

É de se salientar o combate ao culex, levado a efeito intensamente na Capital do Estado e na orla marítima, a fim de assegurar amplo repouso aos veranistas e moradores dessas regiões.

Laboratório Industrial do Estado

A assistência médica, propriamente dita, seria completamente nula, sem a complementação de uma assistência farmacêutica. A esta incumbe a racionalização de métodos de trabalho, proporcionando ao paciente a medicação adequada, consoante a prescrição médica, ou seja, em última análise, a recuperação de sua saúde. Tal incumbência lhe exige, pois, a coordenação e a estruturação de atividades técnico-administrativas, a fim de programar e manter, dentro dos recursos financeiros disponíveis, um esquema de luta contínua contra as doenças.

A compreensão disto determinou a realização de estudos tendentes a implantar um laboratório industrial para o fabrico de remédios básicos destinados ao fornecimento das Unidades Sanitárias e das entidades assistenciais que se dedicam aos misteres da saúde. O Laboratório já está em fase de implantação, aproveitando-se uma área de 800 metros quadrados do Hospital Psiquiátrico São Pedro, e usando dos recursos humanos e materiais da Secretaria da Saúde. As atividades serão iniciadas em 1972 com a distribuição da primeira etapa da linha de produção - comprimidos, soluções medicamentosas, soluções antissépticas e pomadas para diversas finalidades de uso dermatológico.

Com essa medida é seguida a orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que recentemente criou a CEME (Central de Medicamentos), visando à assistência farmacêutica em nível Federal.

Como corolário desse Laboratório Central, haverá o Laboratório de Controle, que se destina a examinar a matéria-prima e o produto acabado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Prevenção contra o tóxico

A toxicomania é um dos problemas mais graves da atualidade e que vem preocupando e, mesmo, desafiando a nossa sociedade. Poucos, ao longo da história, em sua gama de implicações atingem proporções tão alarmantes, no sentido de causar prejuízos à saúde, ao ajustamento social e à conformação moral do indivíduo.

No Rio Grande do Sul, o Governador Euclides Triches vem a tomar medidas de alta significação para o combate a esse terrível mal, através do Decreto nº 21.140, de 28/05/71, que criou o Conselho Estadual de Prevenção da Toxicomania, formado pelos Secretário da Educação e Cultura, Secretário de Segurança Pública, Secretário da Saúde, Secretário do Trabalho e Ação Social e Procurador Geral da Justiça.

Os objetivos principais desse Conselho prendem-se aos seguintes pontos:

a) formular as diretrizes básicas da política estadual de prevenção, recuperação, assistência e repressão dos tóxicômanos;

b) elaborar estudos, planos e projetos em colaboração com os municípios; e

c) promover as diligências e as medidas necessárias à implantação de programas e projetos, bem como sugerir e examinar os acordos e convênios de interesse do Estado, com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais que digam respeito ao desenvolvimento de seus objetivos principais.

VII - ATIVIDADES-MEIO DO ÓRGÃO:

Os investimentos da Secretaria da Saúde podem ser distribuídos em 3 itens.

I - Obras Públicas	1.909.870,00
II - Equipamentos e Instalações	920.184,14
III - Material Permanente	545.949,66



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Não está incluída no item I a verba de Cr\$ 1.090.000,00 (Um milhão e noventa mil cruzeiros) e mais Cr\$ 800.000,00 (Oitocentos mil cruzeiros), fruto da economia de outras rubricas, do orçamento da própria Secretaria com suplementação e redução do crédito, destinados a recuperação do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Entre o material permanente e equipamento enviado as Unidades Sanitárias encontram-se:

1. Gabinete Odontológico c/alta rotação 26 unidades
2. Aparelho de Pressão Arterial 89 unidades
3. Balança Pesa-Bebê 34 unidades
4. Estetoscópio bi-auricular 115 unidades
5. Estufa p/esterelização 78 unidades
6. Material Cirúrgico (pinças, tesouras, cubas, espelhos)

As despesas feitas através de convênios não estão incluídas em nenhum dos itens acima.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
- II - SECRETÁRIO: Bel. Dolmy Tarasconi
- III - SEDE: Rua Riachuelo, 1031
- IV - ÓRGÃO VINCULADO: Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.
- V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69.

A Secretaria da Administração já foi reestruturada segundo as diretrizes traçadas para a Reforma Administrativa do Estado.

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

O Complexo de Pessoal, Agente Setorial do Sistema de Pessoal do Estado, desenvolveu intensa atividade durante o ano de 1971, equacionando os problemas afetos ao mesmo e, ao mesmo tempo, lançando as bases para um programa de acentuadas melhorias para o exercício de 1972. Os órgãos desse Complexo tiveram as seguintes atividades principais:

CIMOR - A Comissão de Infortunistica e Medicina Ocupacional e de Readaptação, organizada pelo Decreto nº 19.900/69, é um órgão essencialmente técnico, composto de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

44

médicos com larga folha de serviços no âmbito do mecanismo de pessoal. Essa unidade apresentava regular atraso em seus trabalhos, notadamente na parte que diz respeito a acréscimos de tempo de serviço. Graças, porém, à dedicação dos seus atuais membros, foi possível normalizar a situação. A CIMOR teve a seu cargo a movimentação de 225 expedientes em 1971, todos eles solucionados.

Unidade de Seleção e Valorização do Servidor:

Até à criação do CEDRHAÉ - Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado, essa Unidade desenvolvia duas atividades paralelas no setor de Pessoal: seleção e treinamento. Até novembro de 1971, quando da criação do CEDRHAÉ, participou dos seguintes cursos de treinamento: Organização e Métodos, Treinamento para Coordenadores para Chefia, Treinamento para Servidores Exacionais e Treinamento para Agentes da Reforma Administrativa. A essa Unidade, outrossim, ficaram afetos os trabalhos relativos à recepção, avaliação e distribuição do pessoal devolvido ao Estado e integrante do Quadro Especial de Funcionários, sendo, nesse sentido, distribuídos 371 servidores. Deu-se, ainda, assistência às municipalidades de São Sepé e Formigueiro, para as quais a Unidade executou concursos de Escrivão e Tesoureiro.

Unidade de Classificação de Cargos e Funções:

Coube a essa Unidade executar, em 1971, trabalhos tais como a elaboração de 11 projetos de decretos sobre a transformação de cargos, projeto de novos critérios de avaliação de cargos; classificação de toda a legislação de pessoal, a partir de 1952; cadastramento de todos os servidores estabilizados, etc.

Unidade de Registro Funcional:

Podem ser assinalados como fatos marcantes nessa Unidade: implantação da delegação de competência conferida pelo Decreto nº 21.295/71, que eliminou uma série de trâmites, dando sensível velocidade e simplificação na tramitação dos expedientes relativos ao pessoal civil do Estado; finalização do cadas-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

148-

tro qualitativo e quantitativo do pessoal fixo e variável do Estado, permitindo o fornecimento de dados e informações para qualquer finalidade; implantação final de atos impressos relativos à vantagens de pessoal, com sensível economia de tempo e material; descentralização administrativa, conferindo, cada vez mais, responsabilidades aos órgãos de pessoal das demais Secretarias, etc.

ATIVIDADES-MEIO

Assessoria de Planejamento:

Estiveram a cargo dessa Assessoria vários cursos, ciclos de palestras e treinamento de funcionários; novo sistema de serviços gerais desta Pasta e exame de 21 minutos de Decreto e 6 projetos de lei referentes a pessoal e estrutura de várias Secretarias de Estado. Nessa Assessoria, foi planejada e elaborada, a coletânea de Pessoal e Estruturas Organizacionais do Estado, cujos 1º e 2º volumes já estão em circulação, devendo o 3º sair nos próximos dias.

Assessoria Jurídica:

A Assessoria Jurídica desta Pasta é o Agente Setorial do assessoramento jurídico, cujo trabalho se desenvolve através de pesquisas e estudos, traduzidos em informações, consultas, ofícios, despachos e manifestações verbais. Presta assistência jurídica no campo do Direito Administrativo e Constitucional, tendo como principais consultentes o titular da Pasta e as diversas unidades que a integram. Em 1971, emitiu 170 despachos publicados, 389 informações e 24 despachos diversos; atendeu a 24 consultas e instruiu 5 Mandados de Segurança.

Complexo Administrativo:

O Complexo Administrativo da Secretaria da Administração agrupa os órgãos compreendidos nas atividades-meio da Pasta, através dos Sistemas de Serviços Gerais, Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria e Material. Assim, integram os Serviços Gerais o Departamento de Imprensa Oficial, a Superin-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

149.

tendência dos Transportes do Estado do RGS, o Departamento Central de Administração do Material e o Centro de Processamento Eletrônico de Dados. A Unidade de Administração é o órgão operacional dos Sistemas de Pessoal, Material e Serviços Gerais, Protocolo e Arquivo, Material e Mecanografia; a Unidade de Finanças é o Agente Setorial dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria; a Unidade de Assessoramento Especial incumbe representar e assessorar o titular da Pasta, bem como promover a divulgação das atividades da Secretaria e prover seu relacionamento interno e externo. Além dos trabalhos normais de assessoramento direto ao titular da Pasta, executa também serviços extras, tais como a publicação de livros técnicos. Um deles, o GUIA DAS REPARTIÇÕES acha-se em sua 3ª edição, devendo a quarta sair em abril próximo. Outro livro em vias de ser lançado é o que leva o título de BASES DA REFORMA ADMINISTRATIVA e mais 3 volumes da obra ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, dois em fase de impressão.

Durante o ano de 1971, foi o seguinte o comportamento das despesas orçamentárias com PESSOAL:

Programa I - Administração Central

<u>Pessoal Fixo</u>	CR\$
Ajuda de Custo e Diárias	12.770,00
Funções Gratificadas	294.529,29
Gratificações Adicionais	175.406,63
Gratificações Diversas	152.493,04
Gratificações p/Régime Especial de Trabalho...	57.192,44
Honorários	41.166,84
Vencimentos	1.471.483,07
<u>Pessoal Variável</u>	
Honorários	1.884,80

DOS - CPED

CENTRO DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DA-

Órgão subordinado a esta Pasta, o CPED, em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

150.

fins de 1970, processava cheques de pagamento de 21.000 servidores estaduais. Em 1971, conseguiu elevar esse número para 52.528. No trabalho de processamento do ICM - CADASTRO DE CONTRIBUINTES, emitiu 22.137 novos cartões e inscreveu 46.000 folhas de formulários contínuos, com relação classificada de contribuintes. O órgão acha-se em fase de expansão, devendo no corrente exercício ser instalado novo computador, ao mesmo tempo em que será transformado em sociedade de economia mista, sob a denominação de PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL - DIO

Em junho de 1971 foram instaladas 4 novas máquinas INTERTYPE C 1; em setembro, uma máquina impressora GRAPHO PRESS; no mês seguinte, 3 máquinas impressoras litográficas ROLAND PARVA, uma câmara de reprodução fotográfica ROBERTSON e uma Prensa a vácuo NUARC, equipamento em fase de instalação. No corrente ano de 1972 deverá ser implantado o sistema de impressão OFF-SET, com o que será possível atender a execução de aproximadamente 50% dos trabalhos gráficos das Repartições Públicas Estaduais. O equipamento deverá ser importado, com financiamento de 90% por parte dos fornecedores. Em fins de abril do corrente ano deverá ser inaugurada a primeira etapa do novo prédio do DIO. A segunda etapa consiste na construção do Restaurante, Depósito e Portaria.

SUPERINTENDÊNCIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

O problema crucial da Superintendência é a transferência de suas instalações para local mais amplo e adequado pois vem funcionando ainda onde se instalou provisória e precariamente. Mesmo com as atuais deficiências, o órgão vem cumprindo suas finalidades de superintender os serviços de transporte das Repartições Estaduais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

DEPARTAMENTO CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL - DECAM

Como órgão do Sistema de Material, o DECAM passou a efetuar compras à vista, proporcionando considerável economia para os cofres públicos estaduais, em alguns oscilando entre 50 e 200%. Durante o ano de 1971 as compras alcançaram a cifra de Cr\$ 26.856.090,60, mais Cr\$ 999.447,70 para Autarquias e Sociedades de Economia Mista (Veículos e Tratores). Durante o exercício foram realizados 3.052 licitações, sendo consultadas 29.340 firmas, com a emissão de 22.483 boletins e 11.720 empenhos. As vitórias realizadas alcançaram a cifra de 10.837. No que concerne à venda de veículos, foram realizados três leilões, avaliados em Cr\$ 194.460,00, foram arrecadados Cr\$ 552.175,30.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

I - ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS

II - PRESIDENTE: Doutor Marcelo Moreira Tostes

III - SEDE: Av. Borges de Medeiros, 992

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Órgão vinculado a esta Pasta, durante o exercício de 1971, o IPERGS lançou novos planos de assistência médico-social. No segundo semestre do corrente ano deverá transferir-se para a nova sede construída na Praia de Belas. Está prevista para o ano de 1972 a instalação de mais 26 filiais de farmácias nas sedes de núcleos de operações da Autarquia. Os seguintes grandes números dão uma idéia do programa de assistência desenvolvido pelo IPERGS, no exercício de 1971:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Empréstimos, 11.142, no valor de Cr\$ 11.475.860,00; fianças, 4.800, no valor de Cr\$ 540.000,00; financiamentos hospitalares, médicos, odontológicos, etc., 3.960, com um valor global de Cr\$ 8.445.000,00; atendimentos de urgência, 20.600, no valor de Cr\$ 930.000,00; número atual de pensionistas, 8.500, no valor de Cr\$ 21.000.000,00; serviço assistencial médico-hospitalar, 10.200, no valor de Cr\$ 6.200.000,00; auxílio natalidade, 6.200, no valor de Cr\$ 620.000,00; pecúlio "post-mortem", 920, no valor de Cr\$ 1.840.000,00.

As farmácias da Autarquia apresentaram o seguinte movimento em 1972: compras, Cr\$ 15.395.000,00; vendas, Cr\$ 18.731.273,73; número de pessoas atendidas, 2.244.928; descontos e bonificações, Cr\$ 1.593.256,28.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
- II - SECRETÁRIO: Deputado Octavio Germano
- III - SEDE: Rua Caldas Junior, 120 - 16º andar
- IV - RELACIONAMENTO SISTEMÁTICO COM OUTROS ÓRGÃOS

Os órgãos subordinados à Secretaria do Interior e Justiça estão incluídos na Administração Direta, sendo que a Superintendência dos Serviços Penitenciários é definida como "órgão relativamente autônomo".

- V - SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69.

A Secretaria do Interior e Justiça, consoante o Decreto nº 21.180 e 21.181 de 2 de julho de 1971, atendeu às disposições do Decreto nº 19.801/69.

- VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Dentre as tarefas mais relevantes da Secretaria do Interior e Justiça, situam-se aquelas que a caracterizam como a "Pasta Política" do Governo.

O ano de 1971 registrou — dadas as normais ocorrências que o setor público oferece em virtude do processo de instalação e consolidação administrativa de um novo governo — uma movimentação marcante na área política, com saldos amplamente positivos ao entendimento e à harmonia que devem imperar como condicionante ao trabalho em prol do de-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

155

envolvimento do Estado.

O setor de promoção das Relações Consulares presidiu a realização de atividades comemorativas e culturais, além da assistência permanente ao Corpo Consular acreditado no Rio Grande do Sul.

Coordenadoria de Assistência Técnico-Administrativa ao Município

A criação da Coordenadoria de Assistência Técnico-Administrativa ao Município veio sanar um hiato formado quando da extinção dos Departamentos das Prefeituras Municipais, em 1965.

Iniciando em 1971 suas atividades, a COATAM, desde logo destacou-se em várias iniciativas, prestando assistência direta a Prefeituras e Câmaras Municipais, bem como, participando de forma ativa em reuniões, cursos e congressos.

Política Penitenciária

A situação do sistema penitenciário Riograndense, conquanto não crucial — haja visto que a sua formulação obedece a atualizada doutrina, constituindo-se, nesse sentido, num dos mais avançados do País — merece a maior preocupação por parte das autoridades da Secretaria do Interior e Justiça e da Superintendência dos Serviços Penitenciários.

Nesse sentido, é de ressaltar que, em 1966, a população carcerária do Estado não superava a 2.500 apenados, enquanto em 1971 ela alcançou perto de 5.000, proporcionando um aumento em torno de 100% em apenas um lustro.

Emulada por essas considerações, a Superintendência dos Serviços Penitenciários — órgão criado em 1968 para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

planejar e executar a ação relativa ao setor — decidiu estabelecer o planejamento global para o trabalho a ser desenvolvido no quadriênio, buscando adaptar à realidade presente, e corrigindo as distorções do tempo, todos os estudos e planos desenvolvidos no Rio Grande do Sul desde 1952, quando, pela primeira vez, se procurou programar a construção de estabelecimentos penais no Estado.

A escala de prioridades, em obras, visa, em primeira instância, a construção de presídios regionais e municipais em número a aproximar o seu total ao das circunscrições judiciárias, passando, após, ao estudo da criação de estabelecimentos médico-penais, patronatos e institutos penais, destinados a reeducandos de elevada capacidade de recuperação.

Nesse último sentido, aliás, o ano de 1971 apresentou profícuo avanço, com a criação e início de funcionamento do Instituto Penal de Mariante, localizado no Distrito do mesmo nome, do Município de Venancio Aires. Aproveitando um antigo seminário religioso adquirido pelo Estado, o IPM transforma-se no primeiro "presídio sem grades" do País, por isso que destinado a acolher detentos primários, situados na faixa etária de 18 a 25 anos, condenados a penas inferiores a seis anos. Dedicados a trabalhos manuais, agrícolas e pecuários, submetidos a intenso aprendizado em currículos oficiais — da alfabetização ao ensino técnico — os sentenciados do Instituto Penal de Mariante se beneficiam não apenas de amplas oportunidades para a sua integral recuperação, mas auferem úteis ensinamentos para reintegrarem-se plenamente na vida produtiva que os espera ao final de suas penas.

Essa mesma preocupação de proporcionar educação aos presidiários é generalizada à rede penitenciária convencional, onde, em 1971, formaram-se 1.885 detentos nos diversos cursos promovidos, desde os de alfabetização (MOBRAL) até os de primário, maturidade e de preparação de mão-de-obra (estes em convênio com o Ministério de Educação e Cultura).

Na mesma perspectiva de reeducação e recuperação de apenados, foi promovido o aperfeiçoamento da legislação que regu-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

153

ta a prestação de serviços externos por parte daqueles, a qual passou a ser possível também junto à iniciativa privada (Lei nº 6.308, de 25 de novembro de 1971). Essa medida representa notável avanço à estrutura prisional do Rio Grande do Sul, base para a introdução do sistema de "prisões-albergue" cuja fundamentação doutrinária encontra guarida em experiências de países mais avançados.

Quanto à ampliação da rede penitenciária e das instalações pertinentes, o ano de 1971 registrou o início de funcionamento de novos presídios municipais em diversas cidades do Interior e na Capital.

Na busca de recursos financeiros próprios que conduzam ao auto-financiamento das atividades afetas ao sistema penitenciário, o exercício transato significou apreciável progresso. Além do lançamento das bases do sistema de "prisões-albergue", foram implantados métodos tendentes a dinamizar a constituição do Fundo Penitenciário, bem como, promovidas medidas que levarão a maior e mais racional exploração dos recursos agro-pecuários, de produção e de comercialização artesanal que diversos estabelecimentos permitem.

Registro Público das Atividades Econômicas e Guarda de Documentos

As atividades da Junta Comercial (criada em 1855) e do Arquivo Público (1906), tradicionais no Rio Grande do Sul, prosseguiram no exercício de 1971 sem maiores alterações.

A Junta Comercial apresentou, novamente, em 1971, um resultado financeiro amplamente superavitário, porquanto arrecadou para os cofres públicos a importância de Cr\$ 1.035.499,00 (cálculo não definitivo), enquanto os recursos orçamentários utilizados somaram a Cr\$ 615.038,00.

Por sua vez, o Arquivo Público recolheu cerca de 45.000 autos de processos findos, 258 talões de Registro Civil e 2.358 Livros de Tabelionatos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR**

Processo Consultivo e Opinitivo — Conselho Penitenciário do Estado

O Conselho Penitenciário do Estado, criado em 1925 em virtude de mandamento federal, regulado pelo Decreto nº 16.665, de 6 de novembro de 1924, tem a sã finalidade de apreciar, informar e opinar sobre pedidos de livramento condicional, indulto e comutação de penas de sentenciados pela Justiça Estadual.

Durante 1971 foram apreciados 789 processos de livramento condicional, 23 de graça comum e 412 de indulto, conforme Decreto Federal nº 69.589, de 22 de novembro do mesmo ano, totalizando 1.201 feitos.

ATIVIDADES-MEIO

O órgão central da Secretaria do Interior e Justiça, ante a necessidade de adaptar as estruturas de pessoal e material a diretrizes mais modernas, bem como, se beneficiar dos conceitos administrativos introduzidos pelo Decreto nº 19.801/69, principiou a tarefa de reforma da sua administração.

A execução orçamentária apresentou, no exercício de 1971, o seguinte comportamento.

DESPESAS CORRENTES	Cr\$ 14.510.159,81
DESPESAS DE CAPITAL	Cr\$ 1.036.905,31
T O T A L	Cr\$ 15.547.065,12



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

130.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

161

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1971

- I - **ÓRGÃO:** SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
- II - **SECRETÁRIO:** Coronel Athos Cezar Baptista Teixeira
- III - **SEDE:** Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar
- IV - **SITUAÇÃO DO ÓRGÃO COM REFERÊNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 19.801/69:**

A Secretaria da Segurança Pública foi reestruturada segundo as normas estabelecidas para a Reforma Administrativa do Estado, através do Decreto nº 19.676/69.

V - RELACIONAMENTO SISTEMÁTICO COM OUTROS ÓRGÃOS

- Contatos permanentes e horizontais com outros órgãos do Estado (Secretarias de Estado);
- Contatos com órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, visto as funções de colaboração com a Justiça repressiva, de incumbência da Pasta;
- Contatos permanentes com órgãos municipais (principalmente com a Secretaria Municipal dos Transportes, visto as questões ligadas ao trânsito);
- Contatos com órgãos federais, em relacionamento constante, notadamente com:
 - Departamento de Polícia Federal, tendo em vista as finalidades peculiares comuns;
 - Serviço Nacional de Informações, tendo em vista as missões de Segurança Interna e integração no Sistema de Informações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

VI - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

Caracterizou-se o ano de 1971 por intensa a t i v i d a d e n v o l v i m e n t o q u e s e r e f e r e ã a a t u a l i z a ç ã o d e f u n ç õ e s a d m i n i s t r a t i v a s d e v i d o ã n o v a l e g i s l a ç ã o o r g ã n i c a, m as p r i n c i p a l m e n t e n o t o c a n t e ãs a t u a ç õ e s l i g a d a S e c r e t a r i a.

Tais atividades, mencionadas as de maior r e l e v o, foram as seguintes:

- Elaboração de trabalho destinado ao Plano Plurianual de Investimento, com levantamento das necessidades de todos os setores da Pasta;

- Construção, com o auxílio do Estado, Prefeitura local e comunidade, do novo prédio da Delegacia de Polícia de Torres, recentemente inaugurado;

- Gestões, consecução e remessa de Cr\$ 50.000,00, como parcela de auxílio à fase conclusiva da construção de prédios às dez (10) Delegacias de Polícia jurisdicionadas pela Delegacia Regional de Polícia, em Três Passos;

- Atuação de especial destaque dos órgãos de informações, numa ação coordenada pela Secretaria da Segurança Pública, o que permitiu manter um clima de calma no Estado e tranquilidade para o trabalho e o desenvolvimento;

- Ação da Divisão de Relações Públicas, realizando pesquisas de campo e propiciando, pela localização de problemas, um melhor atendimento de partes, nos serviços de identificação e coordenando um melhor entrosamento entre os órgãos subordinados à Secretaria da Segurança Pública;

- Efetivação de promoções, como "Semana do Policial", "Dia de Tiradentes" e Campanhas Educativas do Trânsito;

- Elaboração de Diretrizes na área da Secretaria da Segurança Pública, tendo em vista o problema dos tóxicos e face à legislação Estadual e Federal respectiva;

- Elaboração de Diretrizes sobre "Barreiras Policiais";

- Elaboração do Plano de Evolução Organizacional da Brigada Militar;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Elaboração, pela Divisão de Planejamento e Coordenação de estudos e planejamentos, sobre os mais variados assuntos, ligados às atividades administrativas e de policiamento.

Em termos de comunicação, a instalação de TELEX revolucionou os serviços de telecomunicações da Polícia Gaúcha; a partir de então, a Secretaria da Segurança Pública integrou-se à REDE NACIONAL DE TELEX, permitindo ligações instantâneas com quaisquer órgãos federais, estaduais ou municipais possuidores de tal serviço. É possível também a ligação com outros países, através do SATELITE INTELSAT. Com esse passo gigantesco a Secretaria da Segurança Pública está em pé de igualdade com os demais centros, tais como Rio, São Paulo, Brasília, etc.

- Realização de estudos junto à Corregedoria Geral da Justiça e Corregedoria do Ministério Público, visando a padronização, simplificação e correção de formulários de peças de inquéritos policiais.

ATIVIDADES-MEIO

Ressalta, desde logo, o trabalho desenvolvido pelos órgãos Administrativos e Auxiliares da Atividade Policial, tendo em vista a implantação da estrutura estabelecida pelo Decreto nº 19.676, de 30 de maio de 1969, bem como do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 20.677, de 19 de novembro de 1970, ensejando a adoção de variadas medidas destinadas a racionalizar os serviços administrativos.

Cumprе mencionar, com destaque, as diretrizes baixadas com a finalidade de serem adotados cuidados especiais quando da elaboração dos anteprojetos orçamentários, devendo ser buscado o realismo dos programas.

I - **ÓRGÃO:** BRIGADA MILITAR DO ESTADO

II - **COMANDANTE:** Coronel PM Clóvis Antônio Soares

III - **SEDE:** Andradas, 522

IV - **SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

150

No cumprimento das missões constitucionais e regulamentares de manutenção da ordem e segurança pública, objetivo finalístico, a Brigada Militar organiza-se estruturalmente em atividade de:

- Policiamento ostensivo normal, urbano e rural
- Policiamento de Trânsito
- Policiamento Florestal
- Policiamento Ferroviário
- Policiamento Rodoviário nas estradas estaduais
- Policiamento Portuário
- Policiamento de Radiopatrulha Terrestre
- Policiamento de Segurança Externa dos Estabelecimentos Penais do Estado
- Outros, fixados na legislação da Unidade Federativa.

Essas atividades revestem-se do caráter de perenidade, estando a Corporação permanentemente empenhada nessas missões, dando tranquilidade diuturna à comunidade.

No entanto, outras missões, também de manutenção da ordem, segurança interna e defesa territorial, desenvolve a Brigada Militar, mas que nem sempre possuem o caráter de permanência na ação. São atividades que por suas características exigem uma coordenação de esforços, homens e meios, de emprego temporário, limitado e com uma missão específica que são denominadas de:

OPERAÇÕES ESPECIAIS:

- Segurança Presidencial
- Segurança às diversões
- Comando e Disciplina de Trânsito
- Apoio à Secretaria da Fazenda e Superintendência da Receita Federal
- Segurança Consular
- Segurança Bancária
- Barreiras (reestruturado)
- Repressão ao Contrabando



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

ATIVIDADES-MEIOS

Compreendem estas atividades todo o conjunto de medidas postas em prática ou criadas a fim de propiciar ao homem policial-militar, condições exequíveis para bem realizar o trabalho árduo, difícil e de grande periculosidade de Policiamento Ostensivo.

O AQUARTELAMENTO é a primeira medida a nos preocupar, uma vez que toda a organização necessita de instalações condizentes para seus órgãos de Comando Operacional e Administrativo. Os atuais aquartelamentos encontram-se em boas condições de utilização, com raras exceções; muito embora as limitações de verbas orçamentárias de manutenção e construções, o Departamento de Policiamento Ostensivo vem realizando a recuperação de próprios da Força, com pequenas construções, sempre no intuito de dar ao homem, um ambiente de trabalho condizente, bem como um melhor "status" social.

SERVIÇOS HOSPITALARES

Os hospitais da Brigada Militar tem dado um perfeito atendimento ao pessoal da Corporação, bem como a seus familiares.

A Corporação, mercê do esforço de seus integrantes, possui excelentes nosocômios, equiparados aos melhores do país, dignos de seus beneficiários.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

As atividades desse Departamento, divididas em médica, odontológica e veterinária, tem sido perfeitamente desenvolvidas em toda a Corporação (Capital e Interior), através de bem montadas Formações Sanitárias Regimentais, com atendimento, inclusive, aos familiares dos elementos da Força.

ENSINO

A Academia de Polícia Militar realizou os cursos de formação e aperfeiçoamento de oficiais: CAO, CFO e CSPM.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

A EsFAG realizou os cursos de formação e aperfeiçoamento de graduados: CFS/C, CFC/C, CAS, CFS/S.

O 1º B Bomb realizou: a) Curso Especial para Oficiais Bombeiros - CEOB; b) Curso de Bombeiro para Graduados : CBS/1 e CBS/2.

O HBM/SM realizou os cursos para graduados CFS/S (2ª parte)

1º B P M - Curso de Formação de Sd PM - 1ª e 2ª turmas.

2º B P M - C F Sd PM

3º B P M - Curso de Socorrista (Cruz Vermelha,

4º B P M - Curso de Técnica de Patrulhamento

6º B P M - C F Sd P M

8º B P M - C F Sd P M

9º B P M - C F Sd P M

1º R.P.RMont - C F Sd P M

2º R P RMont - C F Sd P M

1º Esqd P M Mont Ind - C F Sd P M

CURSOS FORA DA FORÇA

- GUANABARA** - Guerra Química
- Manutenção de Armamento
- Manutenção de Auto
- Comunicações
- Explosivos
- Ex Op e Defesa Interna
- Classificação de Pessoal
- Educação Física
- SÃO PAULO** - Administração Hospitalar
- BRASÍLIA** - Curso Geral de Polícia
- Curso Superior de Polícia
- ESTADOS UNIDOS** - A I P
- A I P
- ALEMANHA** - Curso de Material Bélico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

INSTRUÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE QUADROS E TROPA

No cumprimento às Diretrizes de Instrução, no exercício de 1971, a Brigada Militar desenvolveu as atividades de instrução de adestramento e atualização profissional dos Quadros e Tropas, organizados em três Grupamentos: Oficiais, Sub-tenentes e Sargentos e Cabos e Soldados.

A instrução grupou-se prioritariamente em:

- Técnica Policial
- Ação Cívica
- Educação Moral
- Educação Física
- Técnica Militar
- Armamento e Tiro

A fiscalização e controle da Instrução, realizou-se através da sistemática documental e pelas Inspeções do Estado Maior Geral, onde aquilata-se o perfeito desenvolvimento das atribuições da instrução.

DIRETRIZES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO (DPO)

Salientou-se no ano findo, a confecção das Diretrizes de Policiamento Ostensivo, conjunto de orientação e normas relativas ao policiamento ostensivo, que objetiva coordenar e padronizar as ações inerentes ao planejamento e execução do Policiamento pela Brigada Militar.

CONCLUSÃO

Durante o ano de 1971, a Brigada Militar dobrou-se ao máximo, a fim de poder cumprir com suas missões. Grandes esforços foram realizados no sentido de se tornar mais eficiente a atuação da Força nas suas atribuições precípuas.

No que diz respeito a Aquartelamento, apesar dos grandes esforços feitos e dos bons resultados obtidos, ainda temos que equacionar o problema referente aos quartéis para o B P R Mot, 8º B P M e reforma do prédio do 9º B P M, além de alguns prédios de Pelotões e G P Ms.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Resumidamente é o que se poderia dizer sobre os assuntos que dizem respeito à Brigada Militar, que apesar das dificuldades existentes em todos os setores, tanto no âmbito federal como estadual, vem cumprindo com o seu dever, e, continuará a fazê-lo, pois não recua jamais ante obstáculos, característica que vem ainda de nossos antepassados.

I - ÓRGÃO: POLÍCIA CIVIL

II - SUPERINTENDENTE DOS SERVIÇOS POLICIAIS: Bacharel Leônidas da Silva Reis

III - SEDE: Avenida João Pessoa, 2050

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES-FIM DO ÓRGÃO:

As atividades desenvolvidas pela POLÍCIA CIVIL no período entre 01 dez 70 a 30 nov 71 podem ser assim expressas:

- Foi protocolada a apreciável cifra de 1.150.520 documentos.
- Na área metropolitana e no interior do Estado a POLÍCIA CIVIL atendeu 198.830 ocorrências.

As ocorrências determinam serviços, destacando-se as investigações, as diligências e as detenções. Em decorrência foram realizadas 16.467 investigações sendo que, destas, 16.287 efetuadas pelos órgãos do Departamento de Polícia Metropolitana - DPM.

- Foram realizadas 17.917 diligências, cabendo ao DPM a efetivação de 17.867 serviços.

- Na área metropolitana foram detidas, para averiguações, 53.698 pessoas.

- Foi registrado, no setor técnico-científico um movimento global de 77.095 trabalhos. Destes, 53.837 correspondem a exames clínicos realizados pelo Departamento de Trânsito



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- DETRAN, Departamento de Polícia Técnica Científica - DPTC e nos municípios que integram a Grande Porto Alegre.

- Apreciável foi o movimento do Instituto de Identificação, que identificou 122.925 pessoas civilmente e 6.184 criminalmente. Esses números somam 129.109 identificações.

- Considerável foi o movimento do DETRAN, no que diz respeito ao registro de veículos, que atingiu a elevada cifra de 122.950 registros incluindo-se, como é óbvio, as Circunscrições Regionais de Trânsito e os municípios que integram a Grande Porto Alegre.

- Ainda sobre o movimento do Departamento de Trânsito - DETRAN, Circunscrição Regional do Trânsito - CIRETRANS e a área da Grande Porto Alegre, cumpre registrar o movimento de habilitação de motoristas: nas categorias amador e profissional foram habilitados 90.683 motoristas.

- No período referido inicialmente, a Escola de Polícia matriculou, em seus diversos cursos, 840 alunos, dos quais 839 conseguiram aprovação.

ATIVIDADES-MEIO

Durante o exercício de 1971, foram recebidas trinta e seis (36) viaturas, distribuídas para a Capital e interior do Estado.

No mesmo período, foram instalados e remodelados os seguintes órgãos policiais: Na Capital: Instalação e funcionamento das Delegacias de Polícia do 14º e 15º Distritos; da Divisão de Registros Policiais e Capturas; da Delegacia de Menores; remodelação do prédio da D.P. do 4º Distrito; e, construção do prédio da D.P. do 11º Distrito. No Interior do Estado: Prédios em construção para as Delegacias de Polícia de Feliz, Carazinho, Rio Grande, Alecrim, Tuparendi, São Luiz Gonzaga, Frederico Westphalen, Vacaria e Torres. Foi iniciado um Plano Comunitário nas 24 regiões policiais para a construção ou remodelação de Delegacias de Polícia.

Finalmente, foram implantados novos métodos e sistemas de trabalho na Divisão de Inspeção e Correição, no Instituto de Identificação, no Instituto Médico Legal e no Departamento de Trânsito.